

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
NÍVEL MESTRADO

JAQUELINE DA SILVA TORRES CARDOSO

**A PARTICIPAÇÃO DAS FONTES QUE REPRESENTAM O SISTEMA
JURÍDICO NA CONSTRUÇÃO DO CASO ISABELLA: UMA ANÁLISE
DAS REVISTAS ÉPOCA, ISTO É E VEJA**

SÃO LEOPOLDO (RS)

2010

JAQUELINE DA SILVA TORRES CARDOSO

**A PARTICIPAÇÃO DAS FONTES QUE REPRESENTAM O SISTEMA
JURÍDICO NA CONSTRUÇÃO DO CASO ISABELLA: UMA ANÁLISE
DAS REVISTAS ÉPOCA, ISTO É E VEJA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação.

Orientador (a): Professora Doutora Beatriz Alcaraz
Marocco

SÃO LEOPOLDO (RS)

2010

JAQUELINE DA SILVA TORRES CARDOSO

**A PARTICIPAÇÃO DAS FONTES QUE REPRESENTAM O SISTEMA
JURÍDICO NA CONSTRUÇÃO DO CASO ISABELLA: UMA ANÁLISE
DAS REVISTAS ÉPOCA, ISTO É E VEJA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação.

Aprovada em 27/julho/2010

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Márcia Franz Amaral – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Professor Doutor Ronaldo Cesar Henn – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)

Professora Doutora Beatriz Alcaraz Marocco (Orientadora) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)

SÃO LEOPOLDO (RS)

2010

Dedico este trabalho aos meus pais, Pedro Viana e Hildete Mendes; às minhas irmãs, Caroline Torres e Juliana Torres; e ao meu marido; Tairone Cardoso.

AGRADECIMENTOS

À Prof^a. Dra. Beatriz Marocco, minha orientadora, pela competência, paciência e dedicação com que me conduziu nos dois anos da dissertação.

À Universidade Estadual do Piauí – UESPI, que me liberou das atividades docentes.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí – FAPEPI, que me concedeu uma bolsa de pesquisa.

Ao Programa de Pós Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, em especial aos professores Ronaldo Henn, Christa Berger, Nísia Martins e Antônio Fausto Neto por contribuírem para o meu amadurecimento com a oferta de disciplinas e discussões em sala de aula que me auxiliaram a buscar um novo enfoque para o meu projeto inicial de pesquisa.

Aos professores Ronaldo Henn (Unisinos) e Márcia Benetti (PUCRS), pelas contribuições no momento de qualificação do projeto.

À amiga Norma Sueli, pelas discussões; e orientações, sempre que necessárias. E por também cuidar da minha saúde física e mental, mais mental do que física.

À minha irmã Caroline e à minha amiga Leilanne, que, com paciência, leram e releeram o meu trabalho.

RESUMO

A presente pesquisa propõe um olhar sobre as complexas relações presentes entre a mídia e a justiça, marcadas, principalmente, por temporalidades diferentes. É nos crimes de grande repercussão, com sua farta cobertura midiática, que se permite uma maior visibilidade dos entraves que envolvem “mídia e justiça”. Por esse motivo, o foco da pesquisa são as matérias das revistas *Época*, *Isto É* e *Veja* que abordam o “caso Isabella” durante as quatro semanas consecutivas de abril de 2008. O presente trabalho investiga como o discurso de tais revistas organizou-se tanto para receber a participação do sistema jurídico, através das fontes que o representam, como para atender seu próprio tempo de produção, em termos de fontes jornalísticas, quando relataram, em seus impressos, o caso Isabella. A partir do suporte metodológico da Análise de Conteúdo, analisamos a frequência e a participação das fontes que representam o campo jurídico no caso Isabella, além de identificar as circunstâncias em que os semanários recorreram a outras fontes de informação, em função do conflito de temporalidade, e a forma como essas fontes preencheram as lacunas de informação produzidas pelos silêncios da justiça. Entre as nossas conclusões, ganha destaque a constatação de que a revista *Época* buscou fontes oficiais que a posicionassem como neutra e cuidadosa, além de sugerir freqüentemente o que deve ser feito no processo investigativo. *Isto É* recorreu às fontes oficiais para levantar tanto informações iniciais quanto finais do processo investigativo, que reafirmassem a culpa dos envolvidos no crime. *Veja* comportou-se como a instância que detém as informações do processo investigativo, não havendo necessidade de buscá-las nos discursos dos agentes jurídicos.

Palavras-chave: Caso Isabella. Fontes Jornalísticas. Justiça. Mídia. Revista. Tempo.

ABSTRACT

The present research proposes a look over the complex relations between media and justice, marked, mainly by different temporalities. And it is in crimes with great repercussion with its vast media coverage that it is possible to have a better view of the hindrance which involves “media and justice”. For this reason, the focus of this research are the reports from the magazines *Época*, *Isto É* and *Veja* which broach the “case Isabella” during the four following weeks of April 2008. This paper investigates how the discourse of such magazines was organized both to receive the juristic system participation through the sources which represent it, and to meet the deadlines of their journalistic productions, when they reported the case Isabella. Based on the methodological approach of the Content Analysis, we analyzed the frequency and the participation of the sources which represent the juristic field in the case Isabella. Moreover, we identified the circumstances in which the weeklies turned to other sources of information in order to deal with the conflict of temporality and the way these sources filled in information gaps produced by the silence of justice. Among our conclusions, it is noticeable that *Época* magazine searched for official sources that made it be neutral and careful, and also often suggest what should be done in the investigation process. *Isto É* turned to official sources to gather not only initial but also final information over the investigation process which could assure the guilt of the ones involved in the crime. *Veja* behaved as if it had all the information over the investigation process and did not have the need to search for them in the discourse of legal agents.

Key-words: Case Isabella. Journalistic Sources. Justice. Media. Magazine. Time.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Demonstrativo das matérias da revista Época que compõem o corpus	15
QUADRO 02 – Demonstrativo das matérias da revista Isto É que compõem o corpus	15
QUADRO 03 – Demonstrativo das matérias da revista Veja que compõem o corpus	16
QUADRO 04 – Identificação da primeira matéria da revista Época que compõe o corpus	39
QUADRO 05 – Identificação da primeira matéria da revista Isto É que compõe o corpus	40
QUADRO 06 – Identificação da primeira matéria da revista Veja que compõe o corpus	41
QUADRO 07 – Identificação da segunda matéria da revista Época que compõe o corpus	42
QUADRO 08 – Identificação da segunda matéria da revista Isto É que compõe o corpus	42
QUADRO 09 – Identificação da segunda matéria da revista Veja que compõe o corpus	43
QUADRO 10 – Identificação da terceira matéria da revista Época que compõe o corpus	44
QUADRO 11 – Identificação da terceira matéria da revista Isto É que compõe o corpus	44
QUADRO 12 – Identificação da terceira matéria da revista Veja que compõe o corpus	45
QUADRO 13 – Identificação da quarta matéria da revista Época que compõe o corpus	46
QUADRO 14 – Identificação da quarta matéria da revista Isto É que compõe o corpus	46
QUADRO 15 – Identificação da quarta matéria da revista Veja que compõe o corpus	47

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – Identificação das fontes que representam o sistema jurídico na revista <i>Época</i>	76
GRÁFICO 02 – Identificação das fontes que representam o sistema jurídico na revista <i>Isto É</i>	79
GRÁFICO 03 – Identificação das fontes que representam o sistema jurídico na revista <i>Veja</i>	81
GRÁFICO 04 – Identificação das fontes que representam o sistema jurídico – comparativo	83
GRÁFICO 05 – Identificação das outras fontes – revista <i>Época</i>	85
GRÁFICO 06 – Identificação das outras fontes – revista <i>Isto É</i>	91
GRÁFICO 07 – Identificação das outras fontes – revista <i>Veja</i>	95
GRÁFICO 08 – Identificação das fontes oficiosas - comparativo	100
GRÁFICO 09 – Identificação das fontes independentes - comparativo	102

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A CONSTRUÇÃO DO CASO	22
1.1 Caso	22
1.2 A cronologia do relato – Caso Isabella	24
2 AS REVISTAS DE INFORMAÇÃO SEMANAL	27
2.1 O Jornalismo de revista e suas especificidades	27
2.2 Revista Época: perfil e comportamento editorial	31
2.3 Revista Isto É: perfil e comportamento editorial	33
2.4 Revista Veja: perfil e comportamento editorial	34
2.5 O Caso Isabella nas revistas impressas	39
3 AS RELAÇÕES ENTRE A MÍDIA E A JUSTIÇA	48
3.1 As relações entre a mídia e a justiça	48
3.1.1 O tempo do jornalismo	49
3.1.2 O tempo jurídico	51
3.1.2.1 O caso Isabella no tempo jurídico	53
4 FONTES JORNALÍSTICAS	55
4.1 Definição e relevância das fontes jornalísticas	55
4.2 As fontes jornalísticas no processo de produção noticiosa	56
4.3 Tipificação das fontes jornalísticas	64
5 ASPECTOS METODOLÓGICOS	68
5.1 Fundamentos conceituais da Análise de Conteúdo	68
5.2 Delimitação do <i>corpus</i>	73
5.3 Procedimentos de codificação	73
6 ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	75
6.1 As fontes que representam o sistema jurídico no caso Isabella – Revista <i>Época</i>	75
6.2 As fontes que representam o sistema jurídico no caso Isabella – Revista <i>Isto É</i>	78

6.3 As fontes que representam o sistema jurídico no caso Isabella – Revista <i>Veja</i>	80
6.4 As fontes que representam o sistema jurídico no caso Isabella –Comparativo	82
6.5 A utilização de outras fontes – Revista <i>Época</i>	84
6.6 A utilização de outras fontes – Revista <i>Isto É</i>	90
6.7 A utilização de outras fontes – Revista <i>Veja</i>	94
6.8 A utilização de fontes oficiosas – Comparativo	99
6.9 A utilização de fontes independentes – Comparativo	101
7 CONSIDERAÇÕES	103
REFERÊNCIAS	108
ANEXOS	115

INTRODUÇÃO

Estudar o tema “mídia e justiça” é buscar investigar as relações complexas que permeiam as mídias e o campo jurídico¹. Um tema impregnado de olhares, incompreensões e posições controvertidas. A presente pesquisa propõe um olhar sobre estas relações, que estão marcadas, por temporalidades diferentes, principalmente frente a um crime de grande repercussão midiática.

Caracterizada por uma lógica própria que obedece a prazos de investigação bastante espaçosos, determinados por lei, a justiça é criticada pela sociedade por ser um sistema deficiente. Devido à morosidade nos processos criminais, ao modo como é conduzido um processo investigatório e aos procedimentos sigilosos adotados, o campo jurídico é visto como ineficaz. A mídia, por outro lado, dá privilégio ao imediato, aos detalhes, às exclusividades e às informações “vazadas”, que habitam o mito da transparência e da verdade, e ajusta o discurso ao seu público para conseguir audiência.

Se a mídia constata a lentidão no progresso da justiça em solucionar o “caso”², ela assume o papel de tribunal e adota uma “meta-justiça popular” ou uma “justiça paralela”, conforme caracterizam Machado e Santos (2008, p. 3), quando afirmam que:

Isso acontece, porque estamos perante dois campos com dinâmicas diferenciadas: enquanto a justiça se caracteriza por um ritmo de tempo lento e ritualizado, os *media* insistem na reprodução dos acontecimentos em tempo (quase) real, reconstruindo permanentemente a informação proporcionada pelas fontes.

Para Fausto Neto, Castro e Lucas (1995), a mídia julga, acusa e sentencia na medida em que classifica os fatos, qualifica os atores sociais e sentencia as ações. Com isso, ela se

¹ Tomamos de empréstimo a noção de Bourdieu, para[...] à medida que é no interior do campo jurídico que é produzida a autoridade jurídica, a qual é responsável pela criação da violência simbólica legítima, cujo monopólio pertence ao Estado. O campo jurídico é um local onde são travadas lutas de concorrência pela forma como deve ser dito e interpretado o direito. Assim, o ator jurídico com mais força para vencê-la poderá interpretar leis e normas de forma reconhecida como legítima pelos outros atores do mesmo campo. O funcionamento do campo jurídico está inscrito numa lógica baseada na utilização de uma linguagem própria, a qual é construída a partir de termos que são estranhos à língua comum, sendo utilizada na linguagem jurídica uma retórica de impessoalidade e de neutralidade. (BOURDIEU, 1989)

² A definição para “caso” será apresentada neste trabalho no item 1.1 “Caso”.

constitui no que os autores denominam “mídia-tribunal”, em que a ideia de exercer o papel de julgar e punir é predominante. Para os autores, que pesquisaram a construção discursiva da violência nos jornais impressos do Rio de Janeiro, não existe mais o relato da violência, mas a construção da violência segundo um ponto de vista:

Não se trata mais de um mostrar em termos de pura referência dos acontecimentos, mas de um mostrar agregado a uma capacidade de semantização dos fatos, submetendo-os a escalas de julgamento, ordenando-os segundo pontos-de-vista classificatórios (...). A mídia funciona como um dispositivo que resolve, no seu espaço próprio, os conflitos do mundo. (FAUSTO NETO, CASTRO e LUCAS, 1995, p. 121).

Silva ressalta que a mídia não é “uma justiça institucionalizada e adequada a um Estado de direito que se caracteriza pela contenção, distanciamento e a temporalidade do devido processo e que produz sentenças ponderadas e definitivas” (SILVA, 2003, p. 77). Tais sentenças são atitudes próprias do sistema da justiça. Por outro lado, a mídia estabelece-se como “uma meta-justiça popular, caracterizada pelo imediatismo, dramatismo e apelo à emoção, pelo nivelamento da linguagem” (SILVA, 2003, p. 77).

No interior desse modo jornalístico, realizado em espaços e tempos próprios das condições de produção, está a mídia, dotada de poder vicário (RODRIGUES, 1999), que necessita do campo jurídico para produzir as realidades, mais concretamente com o auxílio das fontes que o representam, materializando uma “voz autorizada” (FAUSTO, 1989), dotada de legitimidade para falar sobre assuntos específicos de sua competência.

Lage (2005) denomina fonte oficial toda pessoa que representa a instância de poder ou organização e tem autoridade para falar em nome delas. Cada “voz autorizada” posiciona-se de maneira diferente em relação ao acontecimento, na tentativa de “impor seus quadros próprios de sentido em ordem à regulação da experiência destas questões” (RODRIGUES, 1999, p. 18). A fonte oficiosa é descrita como a pessoa que também representa a instância de poder ou organização, porém não tem autoridade para falar em nome delas. Já a fonte independente é a pessoa que não tem vínculo com a instância de poder ou de organização e que não é especialista no assunto tratado.

De um lado, tem-se a mídia, com discursos provenientes das fontes oficiais, oficiosas e independentes (LAGE, 2005). Do outro, tem-se a justiça, ávida por reconhecimento e confiabilidade da população e que precisa da mídia para fazer-se notar eficiente.

Dos crimes de grande visibilidade em 2008³, nenhum, no nosso entendimento, teve a repercussão do assassinato de Isabella Nardoni, de cinco anos. Uma das primeiras informações sobre Isabella, que até o momento era desconhecida da população brasileira, foi veiculada no Fantástico no dia 30 de março de 2008⁴. O apresentador Zeca Camargo anunciou a reportagem de 1 minuto e 57 segundos dizendo: “A morte de uma menina de cinco anos em São Paulo está cercada de mistério. A polícia acredita que ela tenha sido jogada do 6º andar de um prédio”.

Desde a primeira matéria, no dia 30 de março, as informações sobre o caso pautaram a mídia por um período de dois meses. Enquanto o caso Isabella “explodia” na Internet, nos impressos e na televisão, outros acontecimentos foram omitidos ou pouco evidenciados pela mídia, tais como: o avanço da dengue no RJ, com a notificação de 117.775 casos e 95 mortes até a primeira quinzena de abril; um dossiê que reunia as despesas do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e de sua mulher, o qual supostamente fora encomendado para chantagear a oposição; o pedido de demissão da Ministra do Meio Ambiente Marina Silva; e o terremoto da China que matou mais de 69 mil pessoas, no início de maio.

Para compreender a intensidade midiática que o caso Isabella proporcionou, destacamos que, só na primeira semana de abril de 2008, foram criadas mais de 100 comunidades no Orkut em homenagem à menina. Um mês depois, já somavam mais de 800 comunidades e cerca de 500 vídeos disponibilizados no *YouTube*. A *Folha de São Paulo* publicou 30 matérias no período de 01 a 30 de abril de 2008. Nas três revistas impressas de maior circulação nacional⁵, *Veja*, *Isto É* e *Época*, o tema foi agendado por sete semanas consecutivas.

O Jornal Nacional disponibilizou 3h57min12s para o caso, no período de 31 de março de 2008 a 10 de maio de 2008. A Record disponibilizou para a cobertura 30 repórteres e produtores e 20 cinegrafistas.⁶ Para transmitir o deslocamento de Alexandre e Anna Carolina

³ Em ordem cronológica: a estudante L.R.S, de 12 anos, que foi torturada por Silva Calabresi em Goiânia (03/2008); o assassinato do menino João Roberto por policiais militares do Rio de Janeiro (06/07/2008); o sequestro e assassinato de Eloá Pimentel, executados por Lindemberg Fernandes Alves, em São Paulo (13/10/2008).

⁴ Ao empreender uma busca nos arquivos de imagens dos *sites* das emissoras de televisão (Globo, Record, SBT e Bandeirantes), verificou-se que a primeira emissora a divulgar o assassinato de Isabella foi a Rede Globo.

⁵ De acordo com o Instituto Verificador de Circulação (IVC).

⁶ Castro, Daniel. Folha de São Paulo. Outro Canal. Caderno Ilustrada.18/04/2008

Jatobá até uma delegacia, a TV Globo interrompeu por três horas, sem nenhum intervalo, a programação da TV Globinho⁷.

Na esfera do jornalismo de referência⁸ internacional, *Le Monde* (Paris), *El País* (Espanha) e *Diário de Notícias* (Portugal) foram alguns dos impressos que publicaram o caso da menina Isabella em suas páginas. Seguindo uma ordem cronológica, os títulos foram: 07 de abril, no *El País*: “Un menor es asesinado en Brasil cada diez horas, según datos oficiales”; 28 de abril, no *El País*: “El asesinato que desató la catarsis”; 11 de maio, no *Diário de Notícias*: “País que atiram filha pela janela do 6º andar detidos”; e 14 de maio, no *Le Monde*: “Le sourire d'Isabella hante le Brésil”⁹.

Partindo da ideia de que existe uma tensão entre o campo jurídico e o jornalismo, no que se refere à diferença temporal, e de que essa tensão pode ser verificada no discurso das revistas impressas, pela presença das fontes de informação, a presente pesquisa estudará: como o discurso das revistas *Época*, *Isto É* e *Veja* organizou-se, tanto para receber a participação da justiça, através das fontes que a representam, como para atender seu próprio tempo de produção, em termos de fontes jornalísticas, quando relataram, em seus impressos, o caso Isabella.

A possibilidade de traçarmos um vínculo entre as diferentes temporalidades e as fontes de informação suscita algumas interrogações para dar consistência a nossa trajetória de investigação: qual a frequência com que as fontes que representam o campo jurídico comparecem ao discurso? Qual a importância dessas fontes na construção do caso Isabella? Na ausência das fontes que representam o sistema da justiça, em função dos conflitos de temporalidade, a quem as revistas recorrem? Como as fontes alternativas dão conta das lacunas de informação produzidas pelos silêncios da justiça?

⁷ Castro, Daniel. Folha de São Paulo. Outro Canal. Caderno Ilustrada. 14/04/2008.

⁸ Para Vidal-Beneyto (1991, p. 203-204) jornalismo de referência ou, como o próprio autor denomina “prensa de influencia dominante”, é aquela que: “destaca el enfoque particular del espacio, con una ponderación distinta de las secciones, énfasis especial en la información internacional y en la económica, dilatado universo léxico, estructuras sintácticas complejas (...). Los indicadores funcionales son los criterios más indiscutibles. Entre ellos, sobresalen el rol de consulta obligada que cumplen respecto del resto de los medios de comunicación, incluidas las otras publicaciones periódicas, la función de plataforma privilegiada para la expresión corporativa de las asociaciones y grupos de alcance nacional, y la vigencia referencial que asumen en el ámbito de la Administración Pública y en las cancillerías extranjeras, tanto en el interior como en el exterior del país. Por lo que toca a la ideología, existe una amplia gama de posiciones que oscilan desde la derecha al centro izquierda, entendiendo estas designaciones, claro está, en función del ámbito en el que se producen. Sin embargo, lo que comparten todos los periódicos de influencia dominante es su total identificación con los intereses últimos y con los elementos esenciales del sistema social en el que están y del que son el más eficaz soporte y la más válida confirmación.” De acordo com Vidal-Beneyto (1991, p. 204), os jornais *Le Monde* e *El País* são considerados como de “influencia dominante”. Entre os diários portugueses, Sousa (2002, p. 2) considera o jornal *Diário de Notícias* como de referência.

⁹ O sorriso de Isabella assombra o Brasil.

Escolha do *corpus*

O tempo maior das revistas para a construção do caso, fornecendo mais alternativas para o estudo com as fontes, foi um dos motivos para a escolha das revistas impressas. A distinção temporal na produção noticiosa, realçando ainda mais a diferença na dinâmica de funcionamento que rege o jornalismo e o campo jurídico, foi o segundo motivo para a escolha dos semanários.

A escolha do *corpus* é compreendida por um intervalo de quatro semanas consecutivas ao assassinato de Isabella, período que coincide com o da investigação policial. Pretende-se, com este recorte, quantificar, identificar e analisar as fontes que representam o sistema jurídico que permearam todo o caso Isabella e, na ausência dessas, a quem as revistas recorreram e qual o seu reflexo nas edições.

Revista Época

Data	Edição	Seção / Sub-seção	Título da Matéria
07/04/2008	Nº 516	Sociedade / Crime	“Nunca vamos entender o porquê”
14/04/2008	Nº 517	Sociedade / Crime	O quebra-cabeça se fecha
21/04/2008	Nº 518	Sociedade / Crime	“Justiça! Justiça!”
28/04/2008	Nº 519	Sociedade / Crime	E se o menino falasse?

Quadro 01: Demonstrativo das matérias da revista Época que compõem o *corpus*

Fonte: Elaboração própria

Revista Isto É

Data	Edição	Seção / Sub-seção	Título da Matéria
09/04/2008	Nº 2005	Especial	A morte inaceitável de Isabella
16/04/2008	Nº 2006	A Semana	Justiça solta pai e madrasta de Isabella
23/04/2008	Nº 2007	Especial	Seriam eles os monstros?

30/04/2008	Nº 2008	Brasil	Tecnologia contra o crime
------------	---------	--------	---------------------------

Quadro 02: Demonstrativo das matérias da revista Isto É que compõem o *corpus*

Fonte: Elaboração própria

Revista Veja

Data	Edição	Seção / Sub-seção	Título da Matéria
09/04/2008	Nº 2055	Geral / Comportamento	O anjo e o Monstro
16/04/2008	Nº 2056	Geral / Crime	Isabella continua a morrer
23/04/2008	Nº 2057	Geral / Especial	Frios e dissimulados
30/04/2008	Nº 2058	Geral / Crime	Ainda mais acuados

Quadro 03: Demonstrativo das matérias da revista Veja que compõem o *corpus*

Fonte: Elaboração própria

Das pesquisas que versam sobre o caso Isabella

Ao realizar uma busca por pesquisas que versam sobre o caso Isabella, em bancos de periódicos de domínio público, encontramos dezesseis trabalhos que resultaram em artigos. Do total de pesquisas encontradas, podemos destacar que oito artigos dedicaram-se à espetacularização, dramatização e novelização do caso Isabella: Andrade (2008); Oliveira e Santos (2009); Costa e Ota (2008); Guedes (2008); Guirado e Pettenuci (2009); Santana, et all. (2008); Barsi, Klein e Silva (2008) e Moretzsohn (2008). Em outras linhas de investigações, que serão explicitadas mais adiante, podemos destacar os trabalhos de Piveta e Boni (2008); Porcello (2008); Corte, Esperidião e Gomes (2008); Martins e Azevedo (2008); Barbosa (2009); Primo (2008); Vaz e França (2009) e Oliveira e Cattelan (2009).

Andrade (2008), em “Construção do discurso não-sensacionalista de *Veja*”, estuda a reportagem de capa da edição de 23 de abril de 2008 da revista *Veja* com o objetivo de identificar pontos sensacionalistas encontrados no discurso do impresso. O artigo “Revista *Veja*: uma análise do sensacionalismo na cobertura do caso Isabella Nardoni”, de Oliveira e Santos (2009), evidencia como a revista *Veja* utilizou estratégias sensacionalistas nas capas das revistas, nas ilustrações, nas fotos e em palavras de forte efeito emocional, para criar um pré-julgamento dos acusados. Os autores reforçam que o impresso, além de apresentar erros de apuração, tentou buscar a legitimidade de seus discursos através de fontes oficiais.

Através de uma contextualização sobre o tema sensacionalismo e da análise do tratamento do caso pela mídia televisiva, Costa e Ota (2008) estudam quatro vídeos de telejornais da Globo (Bom Dia Brasil, Jornal Hoje e Fantástico) em “Análise do conteúdo televisivo no caso Isabella Nardoni”. Guedes (2008), em “Jornal Nacional apresenta em 36 capítulos a novela Isabella Nardoni”, traça os 36 dias consecutivos de cobertura do caso no telejornalismo da rede Globo. Através da novelização, a autora aponta que a cobertura telejornalística do Jornal Nacional apresenta o acontecimento como “notícias-mercadoria: um produto a ser vendido aos telespectadores”. E que as repetições de imagens, detalhamento de depoimentos e matérias emotivas são formas propícias para “vender o produto”.

Guirado e Pettenuci (2009), em “Processos de produção jornalística: o caso Isabella Nardoni”, descrevem a primeira semana de cobertura do Caso Isabella realizada pelo *site estadao.com.br*, tendo como objetivo levantar e analisar os elementos do enredo trágico e os recursos utilizados para comover os leitores; compreender os mecanismos que levam à cobertura de um fato à categoria de um evento importante da história do jornalismo brasileiro; e analisar as estruturas narrativas que o jornalismo desenvolve para atrair seu leitor e transformar a notícia em espetáculo.

Santana, et all. (2008), no artigo intitulado: “Jornalismo e melodrama: a cobertura do caso Isabella pelo Jornal Nacional”, analisa o modo como o telejornal construiu a cobertura do caso Isabella. A análise, embasada nos moldes dos Estudos Culturais, demonstra como ao “mesmo tempo em que reafirmava a importância de valores clássicos do jornalismo, como imparcialidade e objetividade, o Jornal Nacional utilizava sistematicamente elementos do melodrama, principalmente para captar e manter a atenção pública”.

Barsi, Klein e Silva (2008), em “Um olhar para o caso Isabella: tempo real e drama ao vivo”, analisam um dia da cobertura em todos os canais de sinal aberto VHS, com ênfase na observação de apresentações, entrevistas e entrada ao vivo. O *corpus* é analisado a partir de perspectivas teóricas relacionadas ao jornalismo televisivo e às noções de sensacionalismo e de espetacularização. Os autores relatam que é relevante tentar compreender o que certos elementos (uso de infográficos, repetição de imagens, entrevistas com especialistas, entre outros, associados à espetacularização) “fazem no jornalismo, como atuam de forma a construir uma linguagem específica destes programas telejornalísticos que hibridizam o gênero informativo com o entretenimento”. (BARSÍ, KLEIN E SILVA, 2008, p.14)

A partir da análise dos telejornais da TV Globo, o artigo de Moretzsohn (2008) “O crime que chocou o Brasil”: mídia, justiça e opinião pública, na primeira fase do caso Isabella

Nardoni” demonstra como a mídia suprime etapas do Poder Judiciário para chegar com rapidez à resolução do caso, como “convém ao clamor público”. Tendo como objeto de análise a televisão, por acreditar que nela prevalece a dramatização, a pesquisa permite identificar elementos discursivos utilizados em favor da versão oficial, que colaboraram para o prejulgamento dos acusados e o enaltecimento das autoridades.

Piveta e Boni (2008), em “Caso Isabella Nardoni: a condenação premeditada na cobertura fotográfica da *Veja*”, selecionam seis edições dessa revista para analisar a cobertura fotográfica do caso. A pesquisa baseou-se na teoria de desconstrução analítica e incluiu apontamentos sobre edição fotográfica. O objetivo do artigo foi avaliar como o impresso utilizou-se da linguagem fotográfica e da edição das imagens para gerar sentido. Os autores verificaram que a revista *Veja* “usou a geração de sentido para fazer com que o leitor tivesse o mesmo pensamento da revista”, apresentando imagetivamente pai e madrasta como os culpados pelo assassinato de Isabella.

Com o objetivo de comparar o compromisso ético do jornalismo e os princípios jurídicos, Porcello (2008), em “Culpado ou inocente? Direito à informação x Direito à privacidade – as sentenças condenatórias do telejornalismo”, compara as reportagens da Escola Base (1994) e o Caso Isabella (2008). O autor conclui que “a imprensa deixa de fazer a mediação dos fatos para assumir papel da Justiça (atuando) como autoridade julgadora, proferindo sentenças e condenando pessoas antes mesmo de qualquer providência decorrente de trâmites legais.”

Cortes, Esperidião e Gomes (2008), em “Isabella e João Hélio, ‘nossas’ crianças em perigo”, estudam as reportagens de capa da revista *Veja* sobre a morte das duas crianças. Para os autores, as famílias de Isabella e de João Hélio são famílias em que nos espelhamos nos reconhecemos, e, com essa perspectiva, a classe média, “então ‘desmobilizada’ da ‘cena pública’, engaja-se em ações políticas, ‘indignando-se’”, a partir do momento em que o medo aparentemente “externo” entra no próprio lar.

Martins e Azevedo (2008), em “A tragédia jornalística: análise das estratégias discursivas em eventos potencialmente trágicos que não correspondem ao critério ‘quantidade de mortes’”, investigam dois acontecimentos (caso Isabella Nardoni em 2008 e o caso Palace II em 1998) que não cumprem com o principal valor-notícia referente ao número de mortes, mas, mesmo assim, foram fortemente visibilizados. A intenção dos autores é a de identificar “até que ponto o número de mortes pode, ou não, ser considerado fator primeiro para identificação de tragédias?”

Através da pesquisa intitulada “O uso mercadológico da imagem infantil e o julgamento sumário em capas da revista *Veja* – um olhar bakhtiniano”, Barbosa (2009), estuda por meio da imagem e da palavra, como duas capas da revista *Veja* utilizaram o caso Isabella Nardoni, para “legitimar e veicular um discurso ideológico e construir os sentidos que lhe interessam para atrair o leitor”. A partir da cobertura e do debate dos casos Madeleine McCann e Isabella Nardoni, o artigo de Primo (2008), “A cobertura e o debate público sobre os casos Madeleine e Isabella: encadeamento midiático de *blogs*, *Twitter* e mídia massiva”, busca avaliar como impacto dos *blogs* e *microblogs* (*Twitter*), nos processos de circulação e debate de notícias, refletem sobre a estrutura midiática contemporânea e na interação social mediada tecnologicamente.

Buscando perceber os movimentos elaborados na tentativa de construção de sentido frente a um acontecimento, o artigo “Através do Espelho: o acontecimento Isabella na revista *Veja*”, de Vaz e França (2009), parte das indagações de Deleuze (1982) e Queré (2005) sobre a “natureza paradoxal do acontecimento”, destacando sua relação com a linguagem e associando-a ao fazer jornalístico, a partir da cobertura da revista *Veja* no caso Isabella Nardoni.

O artigo “Análise comparada do trabalho jornalístico: a cobertura do caso Isabella”, de Oliveira e Cattelan (2009), busca apresentar uma análise comparativa da cobertura jornalística do caso Isabella Nardoni, tendo como *corpus* de análise duas capas de revistas: uma da *Isto É* e outra da *Veja*. Como os dois impressos fazem parte do *corpus* de análise da presente pesquisa, acreditamos que é relevante destacar as conclusões encontradas. Para os autores, é possível verificar que enquanto a “revista *Veja* faz referência ao caso predominantemente por meio de elementos simbólicos, a revista *Isto É* explora signos icônicos”.

Os autores apontam que as duas publicações apresentam olhares aparentemente distintos sobre o mesmo acontecimento. Pressupondo que as publicações já tenham conhecimento do caso, eles evidenciam que a revista *Isto É* revela tal pressuposição e se propõe a abordar o fato em seus detalhes e desdobramentos, preferindo uma referência mais direta ao caso. Já a revista *Veja* o faz por meio da imagem de Isabella, desacompanhada de informações linguísticas – “a revista apenas apresenta uma pequena foto da menina em preto e branco e acredita que isso seja suficiente para o leitor identificar o assunto”. Assim, o impresso aborda o acontecimento tendo o crime como ponto de partida.

Reforçamos que a intenção em apresentar os artigos que versam sobre o caso Isabella foi a de expor as linhas de investigação que o objeto empírico mereceu no âmbito dos estudos de jornalismo.

Objetivos

A presente pesquisa tem como objetivo geral: investigar como o discurso das revistas *Época*, *Isto É* e *Veja* organizou-se, tanto para receber a participação da justiça, através das fontes que a representam, quanto para atender seu próprio tempo de produção, em termos de fontes jornalísticas, quando relataram, em seus impressos, o caso Isabella. São objetivos específicos: verificar e analisar, comparativamente: a importância da participação das fontes que representam o sistema da justiça na construção do caso Isabella; os movimentos de presença e/ou ausência das fontes que representam a justiça no discurso jornalístico; as circunstâncias em que os semanários recorreram a outras fontes de informação, em função dos conflitos de temporalidade, para discorrer sobre o caso Isabella; e a participação das fontes alternativas para suprir as lacunas de informação produzidas pelos silêncios da justiça.

Definindo os capítulos

No primeiro capítulo, intitulado “A Construção do Caso”, apresentamos de que forma um acontecimento, que produz uma intensa cobertura na mídia, materializa-se em “caso”, destacando a importância que ele traz ao convocar uma série de atores (fontes) para a discussão, produzindo assim, um “território de tensões”. Para isso, explicitamos conceitualmente a definição de caso e suas características narrativas. Também tratamos especificamente do objeto empírico, com foco nos relatos de acontecimentos que ilustram tanto a temporalidade estendida quanto a dinâmica de funcionamento da esfera midiática e jurídica que o caso Isabella proporcionou.

No segundo capítulo, destacamos “As Revistas de Informação Semanal”, na medida em que essas se constituem como um local de observação, no qual os vários discursos se apresentam. Nessa seção abordamos as definições e as características específicas das revistas semanais de informação. Demonstramos, em específico, a periodicidade, o formato, a produção textual e o estilo jornalístico dos impressos. Além disso, traçamos um breve histórico dos impressos que pertencem ao *corpus*, abordando as particularidades de cada semanário e destacando a linha editorial e a maneira como utilizam as fontes de informação. Ainda nesse capítulo, fazemos um levantamento da constituição do caso Isabella nas revistas *Época*, *Isto É* e *Veja*, durante as quatro semanas, identificando e classificando as fontes que aparecem no discurso.

No terceiro capítulo, “As Relações entre a Mídia e a Justiça”, descrevemos as relações entre a mídia e a justiça, abordando a dimensão temporal de cada sistema, ou seja, as formas de aparição do tempo (nas rotinas jornalísticas e nas rotinas jurídicas, como também no interior do relato midiático e do discurso jurídico).

No quarto capítulo, “Fontes de Informação”, apresentamos a conceituação de fontes e a sua relevância no processo de construção jornalística. Nele, traçamos algumas características das fontes, abordamos as relações de negociação e de disputa existentes entre fontes e jornalistas, trazemos algumas teorias que versam sobre as fontes no processo de produção noticiosa e destacamos algumas categorizações das fontes, no sentido de compreender como o conteúdo jornalístico determina as tipificações.

No quinto capítulo, “Aspectos Metodológicos”, abordamos aspectos fundamentais da metodologia, como o embasamento teórico, o método e as etapas da pesquisa, com descrição dos instrumentos e das técnicas utilizadas. Descrevemos, ainda, a delimitação do *corpus* e os procedimentos de codificação adotados na análise.

No sexto capítulo, “Análise do *corpus*”, apresentamos tanto as análises das quatro edições de cada revista (*Época*, *Isto É* e *Veja*), separadamente, como um estudo comparativo entre os três impressos. Num primeiro momento, recorreremos às questões quantitativas para, em seguida, buscar nos discursos produzidos a análise qualitativa das questões já apresentadas anteriormente.

No sétimo capítulo, apresentamos as considerações.

1 A CONSTRUÇÃO DO CASO

1.1 Caso

Um acontecimento é visibilizado como “caso” quando não pode ser resolvido de imediato e quando a mídia o expõe, apresentando-o em série de reportagens, por um período extenso. Referindo-se à delimitação de um objeto, em especial aqueles relacionados à investigação criminal, o caso, segundo Fausto Neto, Castro e Lucas (1995), ao ser propagado na mídia, é “previamente classificado em modelos semânticos, para ser devidamente reconhecido pelo público”.

De acordo com os autores, os modelos semânticos podem ser observados quando os impressos, por exemplo, instituem um “selo” para o caso, uma espécie de identificação no início das matérias; quando a diagramação, a tipologia, a disposição fotográfica ou os infográficos são apresentados de forma parecida no decorrer das edições – no caso das revistas. São tais elementos que permitem, num primeiro momento, uma associação rápida do leitor ao caso.

Para Ford (2002, p. 246), descrever um caso é pôr algo em cena e hierarquizar. O autor acredita que os casos “provocaron una masa mayor de discusión pública y de persistencia en los medios que las discusiones emergentes o propuestas desde la instituciones del Estado o de la sociedad civil”. O caso constrói uma via de ingresso ao conhecimento geral; estuda-se uma parte para compreender o todo. (PEDEMONTE, 2001). Na mesma linha de Pedemonte (2001), Ford (2002) aponta que o caso é ofertado pela mídia como propulsor de novos temas para que seja incorporado à agenda pública.

Lo cierto es que el caso, dentro de su amplitud semántica, pone en escena nociones como las de casualidad y / o azar, causalidad, temporalidad, subjetividad, mismidad, discontinuidad, ruptura y construcción de series, etcétera. Remite básicamente a una transformación, a un movimiento. Algo sucedió, acaeció, algo cambió su estado. Este cambio puede afectar a cosas y seres, pero también puede implicar el no cambio frente a un evento externo. (FORD, 2002, p. 255).

Quando o caso ganha visibilidade, recebe um tratamento diferenciado por parte da mídia. De acordo com Pedemonte (2001), muitos incidentes geram relevância quando podem ser usados para ilustrar uma causa ou consequência de um tema geral. Ford (2002, p. 258) exemplifica as finalidades para as quais se recorre a um caso:

Se narra un caso, un sucedido, con diversas funciones. Como en la literatura, pero también en la vida cotidiana. Para impactar o sorprender, ironizar, mostrar lo incomprensible, imprevisto y paradójico de la naturaleza humana. Para explicar el origen y los hábitos de los hombres y las características de las cosas. Para transmitir enseñanzas sobre este el 'otro' mundo. Para jugar y entretenerse. Para explorar con la imaginación los 'mundos posibles', los misterios del universo o los fantasmas del inconsciente. Para observar la realidad circundante. Para alabar, para criticar, para burlarse de los demás. Y también para explorarse a sí mismo. Otras veces es para mostrar estados o acciones 'elementares', emotivos o éticos, ejemplificadores de la maldad o la bondad, la solidaridad o el egoísmo, el heroísmo o la cobardía, la mentira o el engaño, la franqueza y la verdad, la astucia. Y también de situaciones arquetípicas.

A narração do caso tem uma forte conexão com o discurso didático ou moralizante ou com o discurso ideológico. O que importa não é o caso em si, em sua individualidade, mas sim, a relação do caso particular com o princípio geral, seu pertencimento a uma série maior. O caso pode ir do registro de uma mudança (geralmente existencial) à exploração de suas causas (por que se produziu a mudança), a forma como ocorreu a evolução do caso, as consequências, ou seja, que nova ordem o instaurou ou o modificou. (FORD, 2002).

Observa-se que o interesse, por parte da mídia, pelos casos está relacionado aos diversos processos socioculturais: a ausência dos limites entre o público e o privado; o avanço sobre a privacidade, não só entre os meios como também entre os diversos sistemas da sociedade; e a necessidade de aumentar a credibilidade da mídia através da informação individualizada. (FORD, 2002). Deve-se ressaltar a responsabilidade do leitor na interpretação do caso, porém, de acordo com o enquadramento escolhido, a interpretação pode ser mais ou menos dirigida.

Pedemonte (2001, p. 159) acredita que, ao retratar um caso, "... las afirmaciones más contundentes están casi todas puestas en boca de fuentes no calificadas o anónimas, es una

manera que eligieron los cronistas para publicar sus propias sospechas”. O autor declara que as citações servem como um instrumento de sinalização para destacar que a referida afirmação pertence a uma pessoa, de preferência não identificada, que não é o jornalista.

1.2 A cronologia do relato – Caso Isabella

Uma cronologia dos relatos sobre o crime é ponto de partida e auxilia-nos a evidenciar a dinâmica de funcionamento das esferas midiática e jurídica que foram materializadas no caso.

Isabella Nardoni, cinco anos, foi encontrada morta por volta das 23h50min do dia 29 de março de 2008 (sábado), após ser jogada da janela do apartamento localizado num bairro de classe média na cidade de São Paulo. De acordo com as informações que Alexandre Nardoni (pai) repassou à polícia, ele, sua mulher, Isabella e seus outros dois filhos chegaram ao prédio onde residiam por volta das 23h30min. Alexandre deixou sua mulher com os dois filhos no carro e levou Isabella até o apartamento.

Por volta das 23h40min, colocou-a na cama, trancou a porta e voltou para a garagem. Ao voltar com a família às 23h50min, Alexandre encontrou a tela de proteção do quarto dos filhos rasgada e, pela janela, observou o corpo da menina no jardim do prédio. Esse foi o primeiro relato apresentado pelo pai à polícia, antes da chegada da imprensa. Na madrugada do dia 30 de março de 2008, policiais, imprensa e curiosos já se aglomeravam no local. A polícia iniciou as investigações e, de acordo com exames preliminares realizados pela perícia, detectou que a menina fora agredida antes de morrer. A partir desse momento, a imprensa passou a noticiar o assassinato.

Quatro dias após a morte da menina (02 de abril), foi solicitado o pedido de prisão temporária do casal. No dia seguinte, o casal entregou-se e provocou a primeira grande agitação pública. O trajeto realizado pela polícia da casa da família Nardoni à delegacia foi acompanhado pela imprensa através de helicóptero e por motos das equipes de reportagens. Intensificou-se a concorrência por melhor matéria, melhor ângulo e melhor audiência.

Na missa de 7º dia (04 de abril), mais de 850 pessoas aglomeraram-se na igreja Nossa Senhora da Candelária, mais do dobro de pessoas acolhidas diariamente pela igreja. No dia 11 de abril, a Justiça de São Paulo concedeu o pedido de *habeas corpus* ao casal.

O dia que antecedeu o depoimento de Alexandre e Anna Carolina Jatobá foi atípico no 9º Distrito Policia do Carandiru. Foi suspenso o expediente ao público. Grades de proteção, água e banheiros químicos foram instalados no prédio. No mesmo dia, a mãe de Isabella se fez presente a uma missa realizada pelo padre Marcelo Rossi, no Santuário do Terço Bizantino, em Interlagos.

Propositalmente, em 18 de abril, pai e madrasta foram interrogados pela polícia. A data em que Isabella completaria 6 anos foi marcada por manifestações populares. A população aglomerou-se em frente à delegacia, levando bolo, cartazes e cantando parabéns. A Rede Globo alterou a sua grade de programação e substituiu a TV Globinho por uma cobertura com mais de três horas de transmissão ao vivo em torno do depoimento do casal.

No dia 20 de abril, o Fantástico exibiu em 36 minutos uma entrevista com o casal Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá, alegando inocência e amor incondicional pela menina. A reportagem foi citada na semana seguinte pela revista *Veja*. No dia seguinte à reportagem do Fantástico, Ana Carolina Oliveira, a mãe de Isabella, foi recebida como celebridade no evento “Paz, sim. Violência, não” organizado pelo Padre Marcelo Rossi, em Interlagos. Ana Carolina Oliveira transitou pelo camarim do evento e recebeu apoio de artistas como Xuxa, Ivete Sangalo, Choroó, Zezé di Camargo e Luciano e de políticos como Serra, Kassab e Alckmin, além do carinho e da solidariedade do público presente.

A coletiva do Departamento de Polícia Judiciária da Capital (DECAP), prevista para o dia 22 de abril, foi adiada. O motivo, segundo informações do próprio DECAP, foi a necessidade de se realizar ainda alguns depoimentos para se concluir o inquérito. Porém, segundo o Jornal *Folha de São Paulo*, o que aconteceu foi um desentendimento entre os policiais para saber quem apresentaria, num grande evento, as conclusões do inquérito à imprensa.

A reconstituição do assassinato de Isabella ocorreu no dia 27 de abril, com duração aproximada de 8 horas. Para isso, policiais civis cadastraram anteriormente os moradores do Edifício London (onde residiam Alexandre Jatobá e família). Só quem morasse na rua ou no prédio é que poderia circular pelo local. Foi solicitado à Justiça o bloqueio do espaço aéreo.

No dia 7 de maio, foi decretada a prisão preventiva de Alexandre e Anna Jatobá. Para conter os curiosos que tentavam invadir o prédio de Alexandre em Guarulhos, 60 policiais militares e 20 guardas civis foram solicitados para dar cobertura ao local. Mais de 800 pessoas protestaram em frente à área. A polícia fez um cordão de isolamento para conter a agitação. A

rua foi interditada e camburões cercaram o prédio onde Alexandre e Anna Carolina Jatobá estavam. A ordem judicial chegou após as 18 horas e, horas depois, o casal entregou-se. A Rede Globo, que transmitia ao vivo o jogo entre Flamengo x América do México, os quais disputavam uma vaga na Taça Libertadores, interrompeu diversas vezes a exibição da partida para apresentar ao vivo a prisão do casal.

No dia 11 de maio, Ana Carolina Oliveira concedeu a sua primeira entrevista a uma emissora de Televisão. O Fantástico exibiu-a com 33 minutos e 20 segundos de duração. Destaca-se, ainda, durante a trajetória das investigações e da exposição do caso Isabella na mídia: a necessidade de se transferir Anna Carolina Jatobá para outra penitenciária devido à hostilidade e às ameaças de outras presas; as constantes pichações realizadas nas residências das famílias envolvidas; a transformação em “atração turística” ou “parada obrigatória” para quem passava pelas imediações do prédio onde a menina caiu; e o aumento em 400% em ligações recebidas no Fórum de Santana, onde funciona o 2º Tribunal do Júri, de pessoas interessadas em se inscrever como jurado para poder participar como júri no caso Isabella

2 AS REVISTAS DE INFORMAÇÃO SEMANAL

2.1 O Jornalismo de revista e suas especificidades

Os veículos de comunicação impressos são instrumentos que contribuem para a atualização e formação permanente do indivíduo, tanto por sua característica de continuidade, que garante informações recentes, como pela oportunidade de acessar opiniões distintas num mesmo veículo. Em se tratando especificamente de revista, essa constitui veículo de comunicação que permite maior aprofundamento na análise, e, mesmo com o avanço das novas tecnologias de comunicação, persiste como meio que atinge público amplo e com grau de instrução elevado.

Outra característica importante da mídia revista impressa é que, tal como ocorre com os demais impressos, o material em papel possui uma maior credibilidade em relação aos demais veículos:

[...] o que é impresso, historicamente, parece mais verdadeiro do que aquilo que não é. Isso pode até mudar com o tempo e as novas tecnologias, mas por enquanto ainda é assim. Se ocorre um fato que mobiliza a população e tem ampla cobertura na televisão [...], é certo que jornais e revistas venderão muito mais no dia e na semana seguintes – eles servem para confirmar, explicar e aprofundar a história já vista na tevê e ouvida no rádio (SCALZO, 2003, p. 12).

Ao pesquisar a história das revistas, Scalzo (2003, p.14) aponta que, nas revistas impressas, o que se destaca não é uma “vocalização noticiosa do meio”, mas a afirmação de dois caminhos: o da educação e o do entretenimento. Assim, “(...) as revistas vieram para ajudar na complementação da educação, no aprofundamento de assuntos, na segmentação, no serviço

utilitário que podem oferecer a seus leitores.” Conforme a autora, uma revista é um “veículo de comunicação, um produto, um negócio, uma marca, um objeto, um conjunto de serviços, uma mistura de jornalismo e entretenimento” (SCALZO, 2003, p.11-12)

O jornalismo das revistas semanais possui características bem específicas. Apesar da posição privilegiada que ocupam hoje no cenário jornalístico, as revistas tiveram, ao longo dos anos, a necessidade de criar sua própria identidade. O veículo foi obrigado a reformular o fazer jornalístico de acordo com o seu próprio perfil, destacando: a periodicidade, o formato, o *design*, a produção textual, os recursos linguísticos e o gênero textual, para buscar atender aos anseios do público com perfil definido. De acordo com Kucinski (1998, p. 33), as revistas “são muitas ligadas ao seu público, que nesse caso não é formado pelos próprios protagonistas das notícias e sim por uma classe média em constante processo de mutação”.

Utilizando ferramentas de *marketing*, como, por exemplo, as pesquisas de mercado, os impressos identificam o perfil do seu público-alvo para tentar compreendê-lo e agradá-lo. Mira (2002, p. 95) discorre sobre uma entrevista de 1986 em que Roberto Civita já destacava a importância das pesquisas:

Você tem que ter pesquisa constante, se não é pesquisa formal, é através de permanente contato com os leitores... pesquisas que nos mostram quais as matérias que estão sendo mais lidas, assinalando como é que podemos aumentar o índice de leitura de nossa revista. Outros indicadores: como anda a repercussão da revista na imprensa, como está sendo citada ou comentada; como está o movimento de correspondência com os leitores...

Atualmente, encontramos pesquisas (*on-line* ou impressas enviadas para os assinantes) que permitem traçar um perfil do público e do seu potencial consumidor. De forma detalhada, a pesquisa de mercado abrange questões referentes ao hábito de consumo, de lazer e de leitura, abordando até o nível sócioeconômico (grau de escolaridade, número de eletrodomésticos, quantidade de viagens nacionais e internacionais, quantidade de carros, entre outros).

A partir desse tipo de pesquisa de mercado, torna-se viável explorar ângulos até então inexplorados, veicular notícias exclusivas e ajustar a linha editorial segundo as demandas informacionais do público em potencial. No caso específico das revistas:

[...] não adianta querer imitar formatos consagrados pela televisão e cinema ou tentar copiar inovações – gráficas ou hipertextuais – da Internet. Na concorrência

difusa entre os meios, o segredo é ser o que se realmente é. No caso, o segredo é ser “*revista*” (SCALZO, 2003, p. 51-52).

Nas revistas semanais, a periodicidade serve para diferenciá-las dos outros veículos de comunicação. Ao serem editadas a cada sete dias, não podem se restringir à veiculação de informações como resumo das notícias já divulgadas nos demais veículos ao longo da semana. Precisam oferecer ao leitor detalhamento minucioso dos fatos, muitas vezes impossível aos outros meios devido ao fator tempo.

Para Villas Boas (1996), existe um grande risco da perda informação ou de publicações incorretas por parte dos jornais, Internet e televisão. Como o fechamento das edições das revistas depende da periodicidade do veículo, o jornalista tem à sua disposição mais tempo para se dedicar à apuração dos fatos.

As revistas fazem jornalismo daquilo que ainda está em evidência nos noticiários, somando a estes pesquisas, documentação e riqueza textual. Isso possibilita a elaboração/produção de um texto prazeroso de ler, rompendo as amarras da padronização cotidiana. (VILAS BOAS, 1996, p. 9).

O fator tempo possibilita aos jornalistas buscar mais fontes de informações. Sem sofrer a pressão habitual dos fechamentos das edições, os jornalistas de revistas têm a possibilidade de aprofundar os assuntos, de interpretá-los com maior precisão. A busca minuciosa proporciona um texto rico, detalhado e mais refinado para o leitor.

Além da qualidade, exclusividade e precisão, Scalzo (2003) afirma que o texto de revista deve possuir algo especial, visto que, normalmente, o leitor de semanários tem a expectativa de realizar uma leitura agradável. Mesmo tratando dos assuntos mais diversificados, o desejo do público relaciona-se a um texto com um encadeamento envolvente que supra suas necessidades de informação. Vilas Boas (1996, p. 82) aponta que o prazer na leitura de uma revista impressa é a “ruptura com o imediatismo” dos outros veículos de comunicação:

Alcança-se uma certa estabilidade emocional em relação ao fato, pois é possível o leitor programar a hora de leitura ou simplesmente deixar que surja um horário vago para fazê-lo, independentemente do quando. Daí a importância de se valorizar as notícias de uma revista segundo critérios de atualidade.

Localizada no contexto da mídia impressa, a revista dedica-se tanto à construção da informação através do eixo verbal-textual, como também do eixo visual. A questão visual apresentar-se-á de acordo com o perfil editorial do impresso, da periodicidade da revista, do público a que se destina e da temática abordada.

Percebemos que, ao longo da semana, a televisão, o rádio e a Internet noticiam continuamente informações a respeito de um determinado tema. A cada dia, ou a cada instante, novos detalhes são adicionados. O impresso toma para si todos os detalhes do tema, tornando a cobertura ampla e completa. Assim, atribui-se à revista uma credibilidade maior em relação aos demais meios de comunicação. A premissa jornalística nesse veículo é que ali não se trabalhará com o imediatismo, mas com o aprofundamento da notícia. É por esse motivo que, para Scalzo (2003, p. 41) “não dá pra imaginar uma revista semanal de informações que se limita a apresentar para o leitor, no domingo, um mero discurso do que ele já viu e reviu na semana”.

Kucinski (1998) classifica em três as condições que qualificam a importância das revistas no Brasil: a circulação alta abrangendo todo o território nacional; a durabilidade da mídia e a “vitalidade econômica” que as imunizam relativamente das pressões governamentais. Assim:

as revistas semanais ilustradas preenchem no Brasil uma necessidade importante de leitura, devido à sua longevidade e alcance nacional, especialmente entre as classes médias, que não compram jornais diários. Ao contrário dos jornais, possuem um universo grande e próprio de leitores, distinto do universo dos protagonistas das notícias, e mantém com esse público um forte laço de lealdade. (KUCINSKI, 1998, p. 33)

As revistas enquadram-se na categoria das reportagens (gênero jornalístico). Essa é uma forma de exporem as diversas versões de um mesmo acontecimento, de buscarem as visões de especialistas no assunto tratado, de mostrarem para o leitor os diversos ângulos de um mesmo tema, enfim, a reportagem possibilita o desenvolvimento do trabalho jornalístico em uma esfera mais global. Segundo Vilas Boas (1996), tal gênero exerce relevância em relação ao trato da notícia, porque, ao valorizá-la, renova o estilo jornalístico.

Por estilo jornalístico, Vilas Boas (1996, p. 39) define o “ângulo em que o jornalista ou o veículo se coloca, levando em conta o leitor ao qual dirige”. O autor enumera alguns aspectos do estilo jornalístico como: ritmo, jeito, equilíbrio, linguagem, apresentação, símbolos, ética e personalidade. Assim, “ter estilo, é assumir uma forma peculiar de

linguagem”. No caso das revistas de informação semanal, o estilo é definido pelo “modo de ‘angular’ a matéria, de redigir o texto e pelo ponto de vista pré-determinado”. A revista escolhe um estilo, como uma alternativa para unificar o texto jornalístico, elaborando uma linguagem única. (VILAS BOAS, 1996).

Tendo em vista essas características gerais que permeiam as produções das revistas brasileiras, comentaremos mais detalhadamente cada um dos semanários que serão analisados durante a pesquisa.

2.2 Revista *Época*: perfil e comportamento editorial

A revista *Época* teve seu início no dia 25 de maio de 1998. Com sede em São Paulo, a revista de informação semanal pertence à Editora Globo, de propriedade da família Marinho. Possuindo a mesma identidade visual da revista Focus, o impresso mantém ainda um contrato de direitos autorais e um acordo de colaboração para o uso de material fotográfico e editoria com a revista alemã.

Entre as propostas de surgimento do título, estava o intuito de ser a primeira revista brasileira semanal de informação da era digital. O *site* *Época OnLine* foi criado junto com o impresso. De acordo com dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC), *Época* é a segunda revista de maior circulação no país, sendo comercializada também em outros países. A revista possui uma tiragem média de 415 mil exemplares por semana e, desses, 90% são para assinantes¹⁰.

O impresso atinge, predominantemente, as classes A e B, com 66% de participação. Sua distribuição concentra-se na região sudeste, com 66%; ficando o Sul, o Nordeste, o Centro-Oeste e o Norte com 13%, 11%, 7% e 3%, respectivamente. De acordo com os dados fornecidos pela editora do semanário, 70% dos seus leitores têm acima de 25 anos.¹¹

O impresso define-se como inovador e, de acordo com as informações obtidas no *site* da revista:

¹⁰ Informações obtidas através do site <<http://editoraglobo.globo.com/>>. Acesso em 26 ago. 2009.

¹¹ Informações obtidas através do site <<http://editoraglobo.globo.com/>>. Acesso em 26 ago. 2009.

Mais que uma novidade, ÉPOCA trouxe ao mercado um novo conceito em revista semanal de informação. Ela ousou ao utilizar um projeto gráfico moderno e uma linguagem pautada por informações ágeis e conteúdo de credibilidade. (<http://revistaepoca.globo.com>)

O surgimento da revista *Época* provocou alterações no mercado editorial. Suas concorrentes diretas (*Veja* e *Isto É*) passaram a economizar no número de páginas de suas matérias. Houve um aumento no número de leitores no segmento. Depois, foi a revista *Época* que, aos poucos, se aproximou do formato das concorrentes. (HENRIQUE, 2002).

As editorias¹² mantidas regularmente por *Época* são: Primeiro Plano; Brasil; Negócios e Carreira; Ciência e Tecnologia; Saúde e Bem-Estar; Mundo; Sociedade; Vida Útil e Mente Aberta. A editoria “Primeiro Plano” aborda os assuntos relacionados aos acontecimentos ocorridos na semana no Brasil e no mundo, curiosidades e perfil de personalidades. Em “Brasil”, são apresentadas as reportagens da política e outras temáticas relacionadas. Em “Negócios e Carreira”, destacam-se as questões econômicas e financeiras. Na editoria “Ciência e Tecnologia”, são trazidos assuntos relacionados à evolução tecnológica e a seus efeitos no âmbito da ciência humana e animal. A “Saúde e Bem-Estar” aborda os esforços tecnológicos e humanos para a melhoria da saúde e da beleza. Na editoria “Mundo”, são apresentados assuntos relacionados ao exterior. Em “Sociedade”, são publicadas as matérias que abordam assuntos como: moda, comportamento, perfil, sociedade, educação, curiosidades entre outros. Em “Vida Útil”, são apresentadas dicas de consumo, e, em “Mente Aberta”, são abordadas dicas de programas televisivos, filmes e livros.

No caso das seções fixas, as principais são: Da Redação e Caixa Postal. A seção “Da Redação” é o editorial da revista, assinado pelo diretor da redação. Em “Caixa Postal”, o espaço é destinado aos leitores da revista, que enviam seus comentários através de *e-mails*, cartas ou faxes.

No que diz respeito às colunas, as principais são: Nossa Antena, com Ruth de Aquino; Nossa Política, com Ricardo Amaral; Nossa Economia, com Paulo Rabello de Castro e Paulo Guedes; Nossa Carreira, com Max Gehringer; Nosso Dinheiro, com Mauro Halfeld; Nosso Bem Estar, com Marcio Atalla; Nossa Cultura, com Luis Antônio Giron; Nossa Intimidade, com Ivan Martins; Nosso Mundo, com Fareed Zakaria e Christopher Hitchens e Nossa Política, com Fernando Abrucio.

¹² Nesse levantamento, foram consideradas as divisões do período analisado no segundo semestre de 2009.

2.3 Revista *Isto É*: perfil e comportamento editorial

A revista *Isto É*, da Editora Três, é um dos semanários mais tradicionais do país. Foi criado em 1976 e, desde então, publica edições sobre os mais diversos temas políticos, econômicos, sociais e de entretenimento. O semanário tem uma tiragem média de 410 mil exemplares por edição, e, destes, 89% são destinados a assinantes.

De acordo com informações da revista, 67% do seu público são pessoas de classe A e B. Em relação à idade, 66% das pessoas que lêem a revista têm entre 20 a 49 anos. Sua distribuição geográfica concentra-se na região sudeste, com 62% de participação, ficando as regiões Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte com 15%, 13%, 7% e 4% de participação, respectivamente¹³.

O impresso define-se como uma:

revista semanal de informação de interesse geral, voltada para o público adulto. Está no mercado há mais de trinta anos e se consolidou como um dos veículos mais influentes do País. Foi protagonista dos mais importantes fatos políticos e sociais das últimas décadas e teve participação de destaque na redemocratização do Brasil - aliás, um dos pilares básicos de ISTOÉ é a defesa intransigente do Estado Democrático de Direito. A revista caracteriza-se por uma linha editorial independente, jamais atrelada a grupos políticos ou econômicos. ISTOÉ privilegia a reportagem e faz uma abordagem dos fatos que procura remeter o leitor além da notícia. Em decorrência disso, a revista vem ao longo dos anos colecionando uma sucessão de furos nas mais diversas editorias.
http://editora3.terra.com.br/publicidade_portugues/istoe/apresentacao.htm

De acordo com Vilas Boas (1996, p. 86), a preocupação da revista *Isto É* é “com a personalização do estilo e com a opinião do repórter”. O impresso também adota construções textuais menos ousadas no ponto de vista da linguagem, mas seus textos jornalísticos fundamentam-se nos diversos testemunhos do acontecimento.

As editorias¹⁴ mantidas regularmente por *Isto É* são: Brasil; Comportamento; Medicina e Bem-Estar; Internacional, Economia e Tecnologia. A editoria “Brasil” abrange as reportagens da política e outras temáticas relacionadas. A editoria “Comportamento” aborda assuntos relacionados à religião, educação, sexualidade, sociedade. Em “Medicina e Bem-Estar” os assuntos são relacionados ao melhoramento da saúde física e mental. A editoria

¹³ Informações obtidas através do site <http://editora3.terra.com.br/publicidade_portugues/istoe/apresentacao.htm>. Acesso em 26 ago. 2009.

¹⁴ Nesse levantamento, foram consideradas as divisões do período analisado no segundo semestre de 2009.

“Internacional” aborda matérias do exterior. Na editoria de “Economia”, destacam-se as questões econômicas e financeiras no Brasil e no mundo. Em “Tecnologia”, são abordados assuntos relacionados à evolução tecnológica e à sua interferência no âmbito social.

As seções fixas presentes são: Editorial; Entrevista; Cartas, Istoé.com.br; Semana; Gente e Em Cartaz. No “Editorial” é apresentada a opinião do veículo assinado pelo diretor editorial. Na seção “Entrevista”, é selecionada uma personalidade para fazer a entrevista do estilo de pergunta-resposta. Na seção “Cartas”, o espaço é destinado para as cartas, os *e-mails* e os faxes dos leitores da revista acerca do conteúdo da(s) edição(ões) anterior(es). A “Istoé.com.br” traz pequenas notas e enquetes dos mais variados assuntos, podendo ser visualizada de forma mais detalhada no *site* da revista. A seção “Semana” traz uma retrospectiva breve e objetiva da semana no Brasil e no mundo, com nomes, fatos, datas, fotos e frases de pessoas públicas. A seção “Gente” apresenta notas, uma espécie de coluna social, com fotos de pessoas públicas. Em “Cartaz”, a seção enumera algumas dicas de música, livros, arte e cinema. Os principais colunistas presentes na revista *Isto É* são: Ricardo Boechat; Leonardo Attuch; Miguel Falabella; José Márcio Camargo; Zeca Baleiro e Marco Sá Corrêa.

2.4 Revista *Veja*: perfil e comportamento editorial

A revista *Veja*, da Editora Abril, tem a maior circulação no país, dentre as revistas informativas semanais. Lançado em 1968, o impresso tem uma tiragem em torno de um milhão e 100 mil exemplares. Ocupa o lugar de quarta maior revista semanal de informação do mundo, superada apenas pelas norte-americanas *Time*, *Newsweek* e *U.S. News*. Esses são dados que apontam a revista *Veja* como publicação de grande penetração entre o leitorado. São aproximadamente 8 milhões e 800 mil leitores¹⁵ e cerca de 925 mil assinantes. Na edição nº 2000, de 21 de março de 2007, em sua “Carta ao Leitor”, a revista tenta explicar a razão de tamanho sucesso:

¹⁵ De acordo com a Projeção Brasil de Leitores com base nos estudos Marplan e IVC Consolidado, 2008. Obtido através do site <<http://publicidade.abril.com.br/>>. Acesso em 26 ago. 2009.

Ao lançarmos um olhar sobre o tempo que nos separa da criação de *Veja*, sobressai a constância, semana após semana, na obediência a certos princípios que definem o que se chama de “linha de revista”. Um deles é a busca incessante - muitas vezes até temerária - pela informação exclusiva confiável e independente. Outro é a preocupação em fornecer ao leitor análise clara e honesta sobre os fatos relatados, contextualizando-os no tempo e no espaço.

De acordo com informações do *site* da editora, 58% do seu público concentra-se na região sul, ficando a distribuição de 15%, 14%, 9% e 4% para as regiões do Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte, respectivamente. Em relação à idade, 63% dos leitores têm de 20 a 49 anos. O impresso atinge a classe B, com 42% de leitores, ficando a classe A e a classe C com 30% e 24% de participação, respectivamente.¹⁶

As editorias¹⁷ mantidas regularmente por *Veja* são: Panorama; Brasil; Internacional; Geral; Negócios; Guia; Arte e Espetáculos. A editoria “Panorama” traz: assuntos que tiveram destaque no âmbito mundial; notas sobre os mais variados temas (educação, economia, política, entre outros); e frases ditas por pessoas de certa notoriedade, na intenção de instaurar alguma polêmica. A editoria “Brasil” abrange as reportagens da política e outras temáticas relacionadas. A “Internacional” traz assuntos relacionados ao exterior. A editoria “Geral” envolve os mais variados assuntos: moda, comportamento, sociedade, religião, saúde e beleza, meio ambiente, tecnologia, automóveis, além de trazer notas com fotos de personalidades públicas, uma espécie de coluna social. Na editoria “Negócios”, destacam-se questões econômicas ou financeiras, enfatizando o mundo empresarial e as transações comerciais. Na editoria “Guia” são apresentadas dicas de consumo, bem como melhor uso de produtos ou serviços. “Artes e Espetáculos” é a editoria cultural, com dicas e críticas de livros, filmes, programas de televisão.

No caso das seções fixas, as principais podem ser assim enunciadas: Carta ao leitor; Entrevista, Leitor, Blogosfera e *Veja.com*. A seção “Carta ao leitor” é o editorial da revista e não é assinado. A “Entrevista” é localizada nas “páginas amarelas”: seleciona uma personalidade para fazer a entrevista do estilo de pergunta-resposta. Na seção “Leitor”, o espaço é destinado para as cartas, os *e-mails* e os faxes dos leitores da revista acerca do conteúdo da(s) edição(ões) anterior(es), com ênfase para a última. Na seção “Blogosfera”, são editados comentários a partir de blogueiros e colunistas do *site* da *Veja*. A “*Veja.com*” traz pequenas notas dos mais variados assuntos, podendo ser visualizadas de forma mais detalhada

¹⁶ Informações obtidas através do site <http://publicidade.abril.com.br/geral_circulacao_revista.php>. Acesso em 26 ago. 2009.

¹⁷ Nesse levantamento, foram consideradas as divisões do período analisado no segundo semestre de 2009.

no *site* da revista. Em relação aos colunistas, os principais são: Millôr Fernandes; Lya Luft; Diogo Mainardi; Roberto Pompeu de Toledo, J. R. Guzzo, Cláudio de Moura Castro, Maílson da Nóbrega.

A revista *Veja* é a mais lida e a mais vendida no Brasil. Conforme Scalzo (2003, p.31) é a única revista semanal de informação a obter esse *status*. “Em outros países, revistas semanais vendem bem, mas nenhuma é a mais vendida – esse posto geralmente fica com as revistas de tevê”. A autora acredita que o fator decisivo para a melhora nas vendas da revista deu-se em 1971, quando passou a ser vendida por assinatura.

Em entrevista concedida à Carnevalli (2003), o jornalista e diretor-adjunto da revista *Veja*, Eurípedes Alcântara, expõe o processo de funcionamento de construção da notícia pelo impresso:

A revista dá a notícia, mas fornece também o contexto e ainda indica um direcionamento; ela não esconde o que pensa por uma questão de fidelidade ao leitor, que espera um posicionamento da nossa parte. A diferença básica das outras publicações do gênero no Brasil é que nós não fugimos da responsabilidade de dar uma opinião nossa. Não podemos renunciar a isso, porque precisamos ter essa identidade até para as pessoas poderem expressar-se contra ou a favor (CARNEVALLI, 2003, p. 73- 74).

No entanto, Carnevalli (2003), em sua tese de doutorado “*Indispensável é o leitor*”, na qual analisa o papel dos leitores das maiores revistas semanais brasileiras, chegou à conclusão de que exatamente 50% do total das capas analisadas durante um ano trouxeram *fait divers*. Na revista *Veja*, os assuntos relacionados à semana ficaram em terceiro e último lugar com apenas 12% das manchetes, ou seja, seis capas durante o espaço de um ano.

De acordo com Mira (2002), a revista *Veja* é simultaneamente a “maior e mais polêmica revista brasileira...”. A autora, ao discorrer sobre o posicionamento ideológico da revista, afirma que *Veja* é uma revista de opinião bastante controversa, de uma maneira que parece ser objetiva e impessoal. Mesmo apresentando uma cobertura aparentemente neutra, ela é politicamente posicionada.

Kucinski (1998) aponta que o discurso da revista *Veja* reflete o pensamento da classe média ou o que seus editores julgam o que seja o pensamento da classe média. Mira (2002)

recorre a uma entrevista de 1986, de Augusto Nunes¹⁸ para ilustrar a posição de *Veja* em relação aos leitores:

Acho que *Veja* é a revista da classe média brasileira. A classe média é, grosso modo, liberal politicamente e conservadora no campo dos costumes – não gosta, por exemplo, de mulheres nuas na revista. A classe média quer eleições diretas, mas também não quer que as esquerdas avancem demais... Então é claro que devemos tratar desses assuntos com cautela, para que a revista não agrida a posição dos leitores... Por diversas razões eu definiria a revista como liberal.

De acordo com Nascimento (2002, p. 174), uma das principais características do discurso de *Veja* é pretender-se explicativo:

A revista procura “explicar” as coisas do mundo para seus leitores e, para isso, recorre frequentemente ao “conhecimento legitimado”, por meio de vozes consideradas autorizadas (professores, especialistas em áreas específicas, universidades, institutos de pesquisa, etc) e dados comprobatórios (índices, porcentagens, gráficos, quantidades, datas). Explicar, adiantamos, é próprio de quem julga deter um saber.

As pesquisas existentes que analisaram a revista *Veja* preocuparam-se em estudar os seguintes temas: a construção da questão do emprego no período da globalização (HERNANDES, 2001); o perfil dos vencedores do sexo masculino (PRADO, 2003); a construção da violência urbana (LISBOA, 2007); a discursivização sobre o referendo das armas em 2005 (SOUSA, 2008).

Para Hernandes (2001, p. 105), a revista *Veja* faz-se passar por dona de um saber tão abrangente que julga até mesmo as opiniões dos especialistas que consulta. Essas vozes, porém, só são ouvidas se reafirmarem o ponto de vista da publicação. Realizando uma análise das reportagens de *Veja*, autor encontrou algumas características em relação ao “estilo de *Veja*”, dentre as quais: “fazer a opinião parecer uma interpretação irrefutável, pois foi baseada em ‘fatos inquestionáveis’: dados estatísticos, casos da ‘vida real’, discursos aprovadores de autoridades e instituições, análises de estudiosos reconhecidos. *Veja* é aquele que detém um saber maior do que o leitor”.

Hernandes (2001, p. 14), ao estudar as reportagens do impresso, aponta que:

¹⁸ Entrevista: Antes de sair, Augusto Nunes fala de *Veja*, São Paulo: Unidade, jan-fev/1986.

Nas reportagens analisadas, cada parágrafo é uma micro-estrutura na qual se percebem opiniões cuidadosamente cercadas de “fatos” de todas as amplitudes: estatísticas, casos da “vida real”, discursos aprovadores de autoridades e instituições, análises de estudiosos reconhecidos, levantamentos históricos. Quisemos mostrar que *VEJA* opina o tempo todo, mas, justamente em função da enorme quantidade de dados apurados, tenta fazer passar sua visão de mundo por uma interpretação irrefutável de uma dada realidade.

Porém, mesmo buscando “discursos aprovadores de autoridades e instituições”, Prado (2003, p. 9) alerta que: “é *Veja* que especifica onde está a verdade para o leitor, jamais as fontes, que certamente, se ouvidas, estariam em contraposição e discordância. *Veja* não as ouve, e, quando o faz, resume os ditos a poucas frases, encaixadas no enquadre pré-construído da revista”.

Ao estudar as reportagens, Lisboa (2007), observa que é com base nas regras e nos valores implicitamente estabelecidos pelo contrato comunicacional entre enunciador e enunciatário que *Veja* discursa, busca soluções e propõe estratégias de defesa. Para a autora, “o enunciador de *Veja* é forte, tem autoridade, dota-se de um saber tão abrangente que o leva a apregoar a irrelevância do debate de certos temas e até mesmo a avaliar as opiniões dos especialistas consultados” (LISBOA, 2007, p. 206).

Corroborando com as considerações apontadas pelos autores acima, ao estudar o posicionamento da revista *Veja* em relação ao referendo das armas, Sousa (2008, p. 92) aponta que o impresso trabalhou o tema de forma “opinativa e parcial”, criando um efeito de aproximação e utilizando estratégias discursivas para convencer o leitor a crer no seu discurso, embasado em estatísticas para “desqualificar o governo e a segurança pública no país, o que lhe confere veracidade e credibilidade; com o discurso autoritário sugeriu o que fazer”.

Como podemos perceber, a revista *Veja* segue um posicionamento firme em relação a certos assuntos, praticando um jornalismo interpretativo fortemente opinativo (DITTRICH e LAGE, 2002). Em uma entrevista, Tales de Alvarenga defende que:

Uma revista semanal de informação tem a obrigação de ter opinião formada sobre todos os assuntos que aborda, sem contudo editorializar do começo ao fim. Para tal, precisa definir-se e assumir os princípios que defende. Sob esse aspecto, posso afirmar que *Veja* tem mais princípios do que quase todos os órgãos da imprensa brasileira (MORAES, 2004, p.13).

2.5 O caso Isabella nas revistas impressas

1º Semana

Na primeira semana, o caso foi capa dos três impressos. Na revista *Época*, a matéria discorreu sobre os gostos e as atitudes de Isabella. O impresso apontou como “suspeitos” o pai e a madrasta. Descreveu a chegada do casal ao apartamento e ressaltou o testemunho de dois vizinhos e do porteiro Valdomiro, que afirmaram terem ouvido os gritos de “pára, pai”, dito por uma das crianças. A revista descreveu a queda de Isabella e a chegada dos bombeiros. Foi apresentada a versão de Alexandre e divulgada parte das cartas escritas por ele e pela esposa. O impresso recorreu às informações fornecidas pelo promotor Francisco Cembranelli para enumerar as contradições ditas por Alexandre.

Através de testemunhos de amigos, de vizinhos, da diretora da escola em que Isabella estudou e de colegas da faculdade em que Alexandre Nardoni estudou, foi apresentado o relacionamento de Isabella com a família da mãe, a relação da mãe com o pai e a relação do pai com a filha. Foram trazidos alguns dados da vida pregressa de Alexandre, como uma queixa de agressão, e os insucessos nas provas da OAB. A revista resgatou o filicídio – presumindo a culpabilidade do casal – através da mitologia, além dos estudos e de exemplos sobre assassinato e violência contra crianças. Nesse último aspecto, a revista *Época* recorreu a especialistas (psicólogos e psiquiatras) para falar sobre o assunto.

Título	“Nunca vamos entender o porquê”
Data	07/04/2008
Página	84 a 91
Seção	Sociedade / Crime
Núcleos da cobertura	Família / Investigação sobre o caso / Filicídio.
Identificação da Fonte / Classificação	Luiz Carvalho (Sargento da PM); Cembranelli (promotor); a amiga de Ana Carolina Oliveira (não se identificou); Elenice dos Santos Romeu (diretora da escola de Isabella); colega de Alexandre (não se identificou); Ana Carolina Oliveira (mãe de Isabella); Guido Palomba (psiquiatra forense); funcionário de Antônio, pai de Alexandre (não identificado); Steven Pinker (psicólogo); Guilherme Fiúza (jornalista); Alexandre Nardoni (pai de Isabella); vizinhos (não identificados); Valdomiro da Silva Veloso (porteiro);

Quadro 04: Identificação da primeira matéria da revista *Época* que compõe o *corpus*

Fonte: Elaboração própria

A revista *Isto É* apresentou as características de Isabella, enumerou os dados levantados preliminarmente (as fraturas no corpo de Isabella, o sangue encontrado no carro, a roupa de Alexandre deixada na casa da irmã). A revista, através dos testemunhos de vizinhos, do delegado Calixto Filho, do sargento Luiz Carvalho, do porteiro Valdomiro, de policiais (sem nomeá-los) e do promotor Francisco Cembranelli, apontou as contradições nas informações de Alexandre Nardoni repassadas à polícia. O impresso apresentou a versão de Alexandre desde a sua chegada no prédio até o aparecimento da polícia no local do acidente.

Isto É também descreveu a vida pregressa de Alexandre e de Anna. As brigas do casal, o boletim de ocorrência contra Alexandre, o início do namoro na faculdade, a vida financeira dos dois, os fracassos no teste da OAB e a pensão alimentícia que era paga pelo pai de Alexandre foram descritas por *Isto É* através dos testemunhos de vizinhos, de amigos e de “pessoas próximas da família”. A revista, também se utilizando do testemunho de amigos, relatou a vida da mãe de Isabella, seu relacionamento com a família, hábitos familiares e situação financeira. Trouxe informações contidas nas cartas escritas por Alexandre e Anna Jatobá e referiu o momento em que se entregaram à polícia.

Título	A morte inaceitável de Isabella
Data	09/04/2008
Página	82 a 88
Seção	Especial
Núcleos da cobertura	Família / Investigação sobre o caso
Identificação da Fonte / Classificação	Luiz Carvalho (sargento da PM); Calixto Calil Filho (delegado); Francisco Cembranelli (promotor); Polícia (não identificada); vizinhos (não identificados); testemunhas residentes no prédio que Alexandre morava; amigo de Alexandre (sem se identificar); Júnior Zanellato (amigo de Ana); Maria Aparecida Alves Nardoni (mãe de Alexandre Nardoni); Alexandre (pai de Isabella); pessoas próximas a família (não identificadas); amigos (não identificados), Ana Carolina Oliveira (mãe de Isabella).

Quadro 05: Identificação da primeira matéria da revista *Isto É* que compõe o *corpus*

Fonte: Elaboração própria

A revista *Veja* apresentou o assassinato de Isabella apontando o pai como o principal suspeito. Informou da possibilidade de ouvir o irmão de Isabella. Como as outras duas revistas, o impresso trouxe a carta enviada por Alexandre e Anna à imprensa e relatou o que

os dois disseram à polícia sobre o ocorrido no dia do crime. Apresentou as dúvidas levantadas pela polícia em relação ao caso. *Veja* apontou o que teria ocorrido segundo dados preliminares da perícia. A revista não deixou de reforçar, ao final da matéria, sobre o dano que o casal sofreria caso não fosse provada a culpa deles. O impresso apresentou, através do testemunho de amigos, uma descrição de Nardoni em relação ao seu temperamento, suas brigas com Anna Carolina Jatobá e os insucessos no teste da OAB.

Título	O anjo e o Monstro
Data	09/04/2008
Página	96 e 97
Seção	Geral / Comportamento
Núcleos da cobertura	Família / Investigação sobre o crime
Identificação da Fonte / Classificação	Investigador da polícia (sem identificá-lo); Alexandre Nardoni (pai de Isabella); Anna Jatobá (madrasta); moradores (sem identificá-los); testemunhas (sem identificá-los) e amigos que estudaram com Anna Jatobá no colégio (sem identificá-los).

Quadro 06: Identificação da primeira matéria da revista *Veja* que compõe o *corpus*

Fonte: Elaboração própria

2ª Semana

Na segunda semana, a revista *Época* trouxe o discurso do desembargador para informar sobre a soltura de Anna Jatobá e Alexandre. Através das falas de peritos, policiais e delegados, algumas informações da investigação foram apresentadas, tais como: a apreensão das roupas e dos sapatos de Anna Jatobá para averiguação; a conversa de Cristiane (irmã de Alexandre Nardoni) ao telefone, minutos depois de saber sobre o acidente; a quantidade de pessoas que foram ouvidas e as explicações de Cristiane. O impresso descreveu o perfil intelectual de Anna Jatobá, seu modo de vestir, suas amigas, seu relacionamento com os filhos, o mau relacionamento com o pai. Para isso, recorreu a parentes, a ex-colegas de faculdade, à manicure e ao irmão e ao pai de Anna Jatobá. A revista resgatou uma matéria da Folha de São Paulo para explicar o “casamento moderno” e, para a discussão do assunto, recorreu a especialistas (psicólogos e psiquiatras).

Título	O quebra-cabeça se fecha
Data	14/04/2008
Página	110 a 114
Seção	Sociedade / Crime
Núcleos da cobertura	Família / Investigação sobre o caso / Constituição de nova família
Identificação da Fonte / Classificação	Caio Canguçu de Almeida (desembargador); Francisco Cembranelli (promotor); Marco Polo Levorin (advogado do casal); Peritos (não identificados); delegados (não identificados) polícia (não identificados); Cristiane (irmã de Alexandre); ex-colega de faculdade do casal (não identificado); Ricardo Lázaro (ex-aluno da faculdade onde o casal estudou); Clarice Guerra (manicure); Contargo Calligaris (psicanalista e colunista da Folha de São Paulo); Daniela Lewandoski e Eliana Riberti (psicólogas); Alexandre Jatobá (pai de Anna Jatobá); pessoas (não identificadas); parentes (não identificados); Ossana Tolmajia (Diretora do Curso de Direito da Unifig); irmão de Anna Jatobá (não identificado).

Quadro 07: Identificação da segunda matéria da revista *Época* que compõe o *corpus*
Fonte: Elaboração própria

A revista *Isto É* apresentou uma nota da soltura do pai e da madrasta de Isabella e justificou a libertação do casal através do depoimento do desembargador Caio Canguçu de Almeida e do advogado do casal, Marco Pólo Levorin. *Isto É* relatou a espera dos laudos do Instituto de Criminalística e do Instituto Médico Legal para a continuidade do processo, porém informou que “em conversa reservada” com policiais, obtivera a informação de que o casal seria indiciado por homicídio.

Título	Justiça solta pai e madrasta de Isabella
Data	16/04/2008
Página	21
Seção	A Semana
Núcleo da cobertura	Investigação sobre o caso
Identificação da Fonte / Classificação	Caio Canguçu de Almeida (desembargador), Marco Polo Levorin (advogado do casal) e policiais (sem identificá-los).

Quadro 08: Identificação da segunda matéria da revista *Isto É* que compõe o *corpus*
Fonte: Elaboração própria

A revista *Veja* reforçou as suspeitas sobre o casal e informou que eles haviam sido presos. Através dos discursos de peritos e da polícia, descreveu algumas “revelações” como: a modificação da cena no crime; o rastreamento das ligações realizado pela polícia; o vídeo do supermercado em que aparece a família Nardoni horas antes do crime; a ligação que a irmã Cristiane recebeu no bar. O impresso apresentou ainda um relato de Cembranelli culpando o casal. Após ser criticado, o promotor voltou atrás em suas afirmações.

Título	Isabella continua a morrer
Data	16/04/2008
Página	94 e 95
Seção	Geral / Crime
Núcleo de cobertura	Investigação sobre o caso
Identificação da Fonte / Classificação	Cembranelli (promotor); peritos (sem identificá-los); polícia (sem identificar); Cristiane (irmã de Alexandre Nardoni); pessoas (sem identificá-las).

Quadro 09: Identificação da segunda matéria da revista *Veja* que compõe o *corpus*

Fonte: Elaboração própria

3ª Semana

Na terceira semana, a revista *Época* declarou como resolvido pela polícia o assassinato de Isabella Nardoni. Descreveu o local e o horário em que Anna Jatobá e Alexandre haviam chegado para prestar depoimento. Relatou a existência de uma fralda e de uma toalha utilizada pelos dois para estancar o sangue de Isabella, confirmada pela polícia. Através dos testemunhos de vizinhos e de Ana Carolina Oliveira (mãe de Isabella), a revista *Época* apresentou um perfil dos envolvidos no caso: a agressividade de Ana Jatobá, a agressividade de Alexandre com os outros dois filhos, a relação conflituosa da madrasta com a mãe.

Título	“Justiça! Justiça!”
Data	21/04/2008
Página	96 e 97
Seção	Sociedade / Crime
Núcleos de cobertura	Família / Investigação sobre o caso
Identificação da Fonte / Classificação	Ricardo Martins (advogado do casal); Marco Pólo Levorin (advogado do casal); polícia (não identificada); Ana Carolina Cunha de Oliveira (mãe de Isabella) e morador (não identificado).

Quadro 10: Identificação da terceira matéria da revista *Época* que compõe o *corpus*
Fonte: Elaboração própria

A revista *Isto É* resumiu a investigação: descreveu novamente o que aconteceu no dia do crime e reapresentou os dados que embasaram a conclusão da polícia, através dos discursos dos delegados Calixto Calil Filho e Renata Pontes. Evidenciou a versão de Alexandre para o crime: “Especialistas ouvidos por *Isto É*” apontaram como “erro grave” o não-isolamento do apartamento para a investigação. Advogados do casal (Alexandre e Anna Jatobá) apontaram lacunas no inquérito policial. A revista recorreu aos testemunhos do porteiro e de vizinhos para apontar as contradições entre os depoimentos colhidos pela polícia. O impresso trouxe, também, a repercussão do caso Isabella na televisão.

Título	Seriam eles os monstros?
Data	23/04/2008
Página	76 a 79
Seção	Especial
Núcleos de cobertura	Investigação sobre o caso
Identificação da Fonte / Classificação	Calixto Cali Filho (delegado); Renata Pontes (delegada); advogados do casal (não identificados); especialistas “ouvidos por <i>Isto É</i> ” (sem identificar nomes); Valdomiro (porteiro); Ana Carolina Oliveira (mãe de Isabella); moradora advogada (sem identificá-la) e moradora do andar de cima do apartamento do casal (sem identificá-la).

Quadro 11: Identificação da terceira matéria da revista *Isto É* que compõe o *corpus*
Fonte: Elaboração própria

Ainda na terceira semana, o caso Isabella foi capa da revista *Veja*. O impresso afirmou, apoiado nas informações fornecidas pela polícia, que pai e madrasta haviam matado a menina e que os dois foram indiciados por homicídio doloso e co-autoria. Relatou, desde o início, as agressões sofridas por Isabella (numa festa) até a sua morte. A revista também descreveu a vida de Alexandre, a relação da madrasta com a mãe de Isabella, a vida pessoal de Anna Carolina Jatobá, os maus tratos de Anna Carolina Jatobá dispensados aos filhos, a relação tumultuada entre Alexandre e Ana Carolina Oliveira e a relação entre Isabella e Pietro. Para discorrer sobre esses assuntos, a revista *Veja* recorreu a amigos, a vizinhos, a um funcionário do escritório do pai de Alexandre (Antônio Nardoni) e a uma amiga de Ana Oliveira. Foi também apontada a decisão do Ministério Público em vetar a interrogação com o filho mais velho do casal. *Veja* discorreu sobre a relação próxima da delegada Renata Pontes com a mãe de Isabella e sobre a vida pessoal de Ana Carolina Oliveira. O impresso finalizou com a decisão da polícia em pedir a prisão preventiva do casal.

Título	Frios e Dissimulados
Data	23/04/2008
Página	84 a 91
Seção	Geral / Especial
Núcleos de cobertura	Família / Investigação sobre o caso
Identificação da Fonte / Classificação	Renata Pontes (delegada); Aldo Galiano (delegado do DECAP); polícia (sem identificar); investigadores (sem identificar); peritos (sem identificar); Rosa Maria Cunha de Oliveira (mãe de Ana Carolina Oliveira); ex-empregado do pai de Alexandre; testemunhas (sem identificação dos nomes); funcionário e vizinho do prédio que Alexandre trabalhava (sem identificação dos nomes); amigos (sem identificação dos nomes); vizinhos (sem identificá-los) e amiga de Rosa Maria, avó de Isabella (sem identificá-la).

Quadro 12: Identificação da terceira matéria da revista *Veja* que compõe o *corpus*

Fonte: Elaboração própria

4ª Semana

Na quarta semana, a revista *Época* questionou a decisão judicial em não ouvir o filho mais velho do casal. Para isso, apresentou vários especialistas (psicólogos, psiquiatras, juízes, advogados) a favor e contra o testemunho do menino. Cogitou a possibilidade de outras pessoas deporem.

Título	E se o menino falasse?
Data	28/04/2008
Página	88 a 90
Seção	Sociedade / Crime
Núcleo de cobertura	Testemunho de Pietro
Identificação da Fonte / Classificação	Cembranelli (promotor); polícia (sem identificar); Luiz Flavio Gomes (advogado); Edilson Bonfim (promotor do 1º Tribunal do Júri de São Paulo), Guido Palomba (psiquiatra); Osnilda Pisa (especialista em Direito); Lilian Milnitsky (psicóloga), Cristiane Nardoni (tia de Isabella) e Antônio Nardoni (avô de Isabella).

Quadro 13: Identificação da quarta matéria da revista *Época* que compõe o *corpus*

Fonte: Elaboração própria

A Revista *Isto É* trouxe uma matéria apresentando a atuação técnica dos peritos do Instituto de Criminalística na elucidação de crimes e, para isso, recorreu aos discursos de especialistas na área.

Título	Tecnologia contra o crime
Data	30/04/2008
Página	52 e 53
Seção	Brasil
Núcleo de cobertura	Investigação pericial
Identificação da Fonte / Classificação	Roberto Augusto de Carvalho Campos (professor de Direito Penal, medicina forense e criminologia da USP); Carlos Alberto Souza Coelho (diretor do Instituto Médico Legal); Celso Perioli (coordenador da superintendência da Polícia Técnico Científica); Adilson Pereira (doutor do Núcleo de Física do Instituto de Criminalista – SP).

Quadro 14: Identificação da quarta matéria da revista *Isto É* que compõe o *corpus*

Fonte: Elaboração própria

A revista *Veja* apontou na matéria as contradições, explicitadas através de cálculos matemáticos, em relação aos horários ditos por Alexandre e Anna Jatobá no dia do crime. A revista justificou os erros registrados por ela (*Veja*) em relação ao caso Isabella (a festa que não ocorreu; o sangue no carro; a fralda e a mancha de sangue no sapato de Anna) e culpabilizou os responsáveis pela área de comunicação da polícia. O impresso trouxe “especialistas ouvidos por *Veja*” para discorrer sobre o momento em que Isabella morreu. *Veja* registrou a entrevista fornecida pelo casal ao programa de televisão Fantástico.

Título	Ainda mais acuados
Data	30/04/2008
Página	84
Seção	Geral / Crime
Núcleo de cobertura	Investigação sobre o caso
Identificação da Fonte / Classificação	Investigadores (sem identificar); polícia (sem identificar); Marcelo Oliveira (especialista em química forense); Roger Ancillotti (professor de perícia criminal) e Tales Castelo Branco (criminalista).

Quadro 15: Identificação da quarta matéria da revista *Veja* que compõe o *corpus*

Fonte: Elaboração própria

3 AS RELAÇÕES ENTRE A MÍDIA E A JUSTIÇA

3.1 As relações entre a mídia e a justiça

As relações entre mídia e justiça são, frequentemente, atravessadas por desencontros que se tornam explícitos quando deparados com casos jurídicos midiáticos. Para compreendermos tais relações que são, ao mesmo tempo, autônomas e dependentes, é preciso considerar a dinâmica de funcionamento que rege o jornalismo e o campo jurídico.

Em especial, quando se trabalha com acontecimentos de grande repercussão, mídia e justiça precisam de uma “indispensável convivência” e de uma “necessária independência” (FIDALGO e OLIVEIRA, 2005). Os casos midiáticos exigem, por parte da justiça, uma transparência na apuração dos fatos, e a divulgação do que foi apurado acontece apenas por intermédio da mídia. Mídia e justiça são obrigadas a preservar a respectiva autonomia e evitar que os objetivos, estratégias e instrumentos de trabalho de cada campo se confundam.

Representando culturas profissionais bastante distintas, Silva (2003) diferencia mídia e justiça segundo as funções, os valores, a linguagem, o espaço, os símbolos próprios e os tempos de cada instituição. Fidalgo e Oliveira (2005) identificam algumas questões que exprimem as relações que permeiam as esferas midiática e jurídica.

Enquanto a mídia trabalha com o “acesso à informação”, a justiça trabalha sob o regime de “segredo de justiça”. Se, aos profissionais da justiça, compete o cumprimento do segredo profissional, aos jornalistas compete divulgar as informações, se isso for de interesse público. Moreira (2004) acredita que “a amplitude excessiva do segredo de justiça, quer no tempo, quer na extensão” demonstra uma “considerável limitação da liberdade de informação em geral e da liberdade de imprensa em especial” (MOREIRA, 2004).

Porém, a divulgação pela mídia de casos que estão sob o sigilo de justiça levanta a questão sobre quais os limites adequados dos jornalistas quando se trabalha com o direito da sociedade ao acesso a informações públicas. Fidalgo e Oliveira (2005) acreditam que, por trás do sigilo profissional, pode estar também uma forma de “esconder ou camuflar fragilidades da própria investigação ou da instrução dos processos”.

Outra relação que Fidalgo e Oliveira (2005) apontam trata da “transparência da justiça” e do “condicionamento midiático”. Em casos midiaticizados, a informação proveniente da justiça é “predominantemente unidirecional, a linguagem exotérica e os tempos de emissão e reação lentos e ritualizados” (Rodrigues, 1999, p. 38). Diante disso, os jornalistas recorrem a outros canais de informações, utilizam “métodos bidireccionais de recolha de informação, reelaboram o discurso das fontes (tangenciando) para uma comunicação em tempo real”. (Rodrigues, 1999, p. 38).

A partir desse quadro, a proposta desta pesquisa é apresentar as relações que estão em jogo, nas lógicas de produção que perpassam esses campos, e as interferências do universo midiático e da justiça na marcação do tempo.

3.1.1 O tempo do jornalismo

O fator tempo, quando relacionado ao jornalismo, é visto com frequência em estudos que contemplam a questão dos critérios de noticiabilidade (TRAQUINA, 1999 e 2001), da rotina de produção (SCHELESINGER, 1999) ou até mesmo ligando a atualidade jornalística a uma dimensão temporal (FRANCISCATTO, 2001 e 2004).

O fator tempo é o “eixo central” no fazer jornalístico. Para Traquina (1999), o tempo funciona como um critério de noticiabilidade na medida em que interfere na cobertura do acontecimento midiático. Na tentativa de impor uma ordem no tempo, Tuchman (1979), citada por Traquina (2001), destaca a criação de uma estrutura de rotinas de produção que permite realizar o trabalho diário, priorizando a cobertura de acontecimentos informativos potenciais que são dados a conhecer durante as horas normais de trabalho.

Traquina (1999) acredita, igualmente, que “a tirania do fator tempo exige uma ênfase sobre o acontecimento e não sobre a problemática”. Por esse motivo, o que prevalece nas

notícias são os elementos “quem? que? onde? quando?”. A problemática “como? por quê?” não aparece, porque “o desafio cotidiano é ter de elaborar um produto final todos os dias ou todas as semanas” (TRAQUINA, 1999, p. 170). Por exigir uma cobertura maior por parte do jornalismo, as problemáticas não podem ser normalmente contempladas.

O acontecimento é enquadrado em critérios de noticiabilidade presentes na prática jornalística. Schlesinger (1999) descreve a empresa jornalística como “máquina do tempo” e os jornalistas como “membros de uma cultura cronometrizada”, por acreditar que o tempo faz parte do próprio enraizamento cultural do profissional e a capacidade de vencê-lo é a demonstração mais clara de competência profissional. Para o autor, o “domínio da pressão temporal é um meio de manifestar seu profissionalismo” (Schlesinger, 1999, p. 177). Segundo ele, foram as condições de mercado que moldaram os valores temporais que hoje se encontram inseridos na cultura profissional dos jornalistas.

Isso é percebido dentro da própria empresa jornalística de diversas maneiras: no culto ao imediatismo; no conceito de atualidade; no ciclo de aparecimento das notícias (minuto, 24 horas, semana, quinzena, mês) e no dia do jornalista marcado por *deadlines*. Para o autor:

O imediatismo age como uma medida para a deteriorabilidade. Quanto mais imediatas, mais ‘quentes’ são as notícias. São ‘frias’ e ‘velhas’ quando já não podem ser utilizadas durante o dia noticioso em questão. (SCHLESINGER, 1999, p. 181)

Sousa (2002) acredita que, na hora do fechamento das edições, a tendência é parar com a busca por mais informações sobre o acontecimento, “apresentando, classificando, hierarquizando, seleccionando e integrando apenas as informações recolhidas até esses limites horários”. Tuchman (1979), citada por Sousa (2002), acredita que a situação relatada tende a causar buracos temporais na rede de captura de acontecimentos, pois os acontecimentos fora das horas normais de trabalho apresentam menores chances de serem cobertos.

A pressão do tempo, de acordo com Schlesinger (1999), leva os jornalistas a relatarem acontecimentos em situações de incerteza, quer porque nem sempre reúnem os dados desejados, quer porque necessitam seleccionar rapidamente as informações. É por esse motivo que:

O sistema de ciclos ao longo do dia noticioso tende para a abolição da consciência histórica, criando uma perpétua série de primeiros planos, à custa do aprofundamento e do *background*. (Schlesinger, 1999, p. 189)

Franciscatto (2001, p. 10) observa que o tempo do jornalismo é uma “temporalidade marcada pelo ritmo e velocidade da produção organizada industrialmente e pela periodicidade da circulação”. O autor afirma que a própria atualidade está relacionada a um “contínuo do espaço-tempo” e que o jornalismo serve para ofertar conteúdos com atualidade e relevância para a sociedade.

3.1.2 O tempo jurídico

A justiça trabalha com modelos centralizados, apoiados em estruturas burocráticas e empregando métodos que absorvem lentamente os novos dados das ciências da organização. O significado dos prazos, das formalidades ou dos critérios de formação da decisão está ligado à ideia de tempo: ou pela necessidade de promover o encadeamento do processo através de fases cronologicamente cadenciadas, ou porque se impõe assegurar a certeza dos atos, ou porque as exigências de um processo justo obrigam a acautelar a genuinidade da vontade das partes ou a ponderação da decisão.

Devido a sua estrutura, a seus objetivos e a sua cultura institucional, a justiça é necessariamente lenta. Os problemas relacionados ao tempo estão presentes na captação da prova, que é distribuída por fases como a investigação, a instrução ou o julgamento, sujeitando-se, assim, a um formalismo típico do sistema da justiça. Os prazos judiciais obedecem a regras específicas e tabelares de contagem (RODRIGUES, 1999).

A justiça é concebida em tempo lento. A conclusão de um processo de conhecimento depende da complexidade do problema deduzido, da argumentação das partes e do tipo de prova que a averiguação da verdade exige. A demora necessária à solução dos conflitos passou a ser alvo das críticas em tempos de velocidade máxima. O que for demorado, vagaroso ou obedecer ao ritmo normal, passa a ser combatido.

Segundo Maccalóz (2002), existem dois tipos de demora, dois motivos: o primeiro é posto nos prazos processuais para a necessária instrução da causa e o mais correto julgamento.

É a fase do conhecimento, na qual todas as provas e os argumentos são apresentados e a decisão deve acatar o mérito. O segundo motivo é o número excessivo de ações. A autora registra a existência de uma proposta para combater a demora vinculada ao rito processual, com sugestão de novos prazos, supressão de certos atos e recursos. Por isso:

a morosidade judicial não é tratada nas suas diferentes dimensões: a demora necessária à qualidade mínima das sentenças não é difundida culturalmente com as explicações técnicas, para ser aceita e desejada por todos que demandam judicialmente, porque, do contrário, o processo não é a pesquisa da verdade. (Maccalóz, 2002, p. 167).

Negar à produção judicial o necessário tempo de pesquisa para a solução de seus intrincados problemas é negar a própria justiça. A pressa ou a velocidade na justiça só produz o acordo, cada vez menos satisfatório.

A informação que é veiculada no campo jurídico é predominantemente unidirecional; a linguagem, hermética; e os tempos de resposta lentos e ritualizados. A justiça destina-se à composição de conflitos e à repressão da criminalidade. A essas atribuições, subordinam-se duas finalidades: o apuramento dos fatos e a aplicação do direito. O primeiro consiste na investigação histórica de um evento e obedece a disposições estabelecidas em leis substantivas ou processuais. A justiça não pode formular juízos especulativos, socorrer-se do anonimato das fontes ou reconstituir livremente os fatos. (RODRIGUES, 1999).

Outra característica da justiça é a sua estruturação segundo fases. “A idéia de seqüência pretende realizar a estrutura dialética da acção e contribuir para a atividade reflexiva que é necessária à aplicação do direito” (RODRIGUES, 1999, p. 63). A justiça caracteriza-se por uma linguagem rígida. A utilização da oralidade é limitada, o discurso é retórico e argumentativo.

Santos (2005) distingue a justiça de duas formas: a justiça da rotina e a justiça dramática. A justiça de rotina, como o próprio autor descreve, é caracterizada como “as intervenções nos processos de cidadãos anônimos, os quais, ainda que levantem problemas jurídicos mais complexos ou obriguem a uma investigação criminal mais complexa, nunca terão interesse para a opinião pública” (SANTOS, 2005, p. 79). Já a justiça dramática, que move o interesse desta pesquisa:

apesar de representar uma pequena fração no trabalho judicial, é a que atrai a atenção da comunicação social (...) traz os tribunais para a ribalta mediática e não envolve necessariamente problemas juridicamente complexos (SANTOS, 2005, p. 79).

O papel da mídia impressa, descrito por alguns autores como “mídia – tribunal” (FAUSTO NETO, CASTRO e LUCAS, 1995), “meta-justiça popular” (SILVA, 2003) ou “justiça paralela” (MACHADO e SANTOS, 2008), está articulado às chamadas justiças dramáticas. Isso acontece porque estamos diante de dois campos com dinâmicas diferenciadas: enquanto a justiça caracteriza-se por um ritmo de tempo lento, destinado a obedecer a prazos de investigação, a mídia “insiste na reprodução dos acontecimentos em tempo (quase) real, reconstruindo permanentemente a informação proporcionada pelas fontes”. (RODRIGUES, 1999).

3.1.2.1 O caso Isabella no tempo jurídico

O caso Isabella obedeceu a uma sequência de prazos predeterminados. De acordo com o decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, referente ao Código de Processo Penal, a autoridade policial tem de 10 a 30 dias para realizar as investigações e apresentar o inquérito policial ao Ministério Público. No caso Isabella, as investigações foram de 29 de março de 2008 a 29 de abril de 2008¹⁹. No dia 30 de abril, pela manhã, o inquérito do caso Isabella foi protocolado junto ao cartório do 2º Tribunal do Júri do Fórum de Santana. O documento era composto por mais de 1200 páginas distribuídas em seis volumes, um relatório final de 40 páginas e o pedido de prisão preventiva. Para o inquérito, foram ouvidas 65 testemunhas.

Durante o processo de investigação, no dia 02 de abril, a polícia solicitou a prisão temporária de Alexandre Nardoni e de Anna Jatobá. O Juiz do 2º Tribunal do Júri do Fórum de Santana, Juiz Maurício Fossem, aceitou o pedido de prisão e determinou o sigilo do inquérito policial. No dia 11 de abril, o desembargador Caio Eduardo Canguçu de Almeida, da 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, concedeu o pedido de *habeas corpus*.

¹⁹ O período de análise da presente pesquisa encerra nesse momento, visto que os 30 dias de investigação coincidem com o período de quatro semanas de estudo das revistas.

Após o protocolamento do inquérito, o Ministério Público tem um prazo de 15 dias para oferecer a denúncia ao juiz. No caso Isabella, o promotor do Ministério Público Francisco Cembranelli analisou o relatório durante um período de seis dias. No dia 6 de maio de 2008, o promotor endossou o pedido de prisão preventiva de Alexandre Nardoni e Anna Jatobá à Justiça. A denúncia foi por homicídio doloso (quando há intenção de matar) triplamente qualificado (cruel, sem possibilidade de defesa da vítima e para ocultar outro crime) e por fraude processual, visto que o casal alterara a cena do crime.

Oferecida a denúncia, o juiz decide pelo recebimento ou não. No dia 7 de maio de 2008, o Juiz Maurício Fossen aceitou integralmente a denúncia e decretou a prisão preventiva do casal. A partir desse momento, Alexandre Nardoni e Anna Jatobá passaram a ser réus no processo. Após o recebimento, o processo segue com o interrogatório dos acusados. Realizado no dia 28 de maio de 2008, o Juiz Maurício Fossen interrogou Anna Carolina Jatobá e, em seguida, Alexandre Nardoni. Após o interrogatório, ou no prazo de 3 dias, os advogados de defesa oferecem as alegações escritas e enumeram as testemunhas. No dia 02 de junho de 2008, foi protocolada, no 2º Tribunal do Júri do Fórum de Santana, a lista de testemunhas do casal.

As testemunhas de acusação são ouvidas dentro de um prazo máximo de 20 dias e o mesmo ocorre com as testemunhas de defesa. No caso Isabella, foram 19 testemunhas de acusação ouvidas nos dias 17 e 18 de junho de 2008, e, nos dias 2 e 3 de julho, foram ouvidas 32 testemunhas de defesa. No dia 31 de outubro de 2008, o juiz Maurício Fossen pronunciou que o casal Alexandre Nardoni e Anna Jatobá iria a júri popular.

4 FONTES JORNALÍSTICAS

4.1 Definição e relevância das fontes jornalísticas

Fontcuberta (1993) descreve como fontes de informação as “personas, instituciones y organismos de toda índole que facilitan la información que necesitan los medios para suministrar noticias” (FONTCUBERTA, 1993, p. 58). E, segundo a autora, “cualquier actor social – personal o coletivo – puede ser fuente cuando desempeña ese rol respecto de otro actor comunicándole datos, significados, versiones del caso noticiable” (FONTCUBERTA, 2006, p. 245).

A presença das fontes de informação no discurso jornalístico é considerada como uma característica primordial para a construção do relato. Ao recorrer às falas de outros atores sociais, os meios de comunicação apresentam-se como o lugar de difusão de vozes, atribuindo sentidos para o acontecimento. Sendo o jornalismo um campo que apresenta o cotidiano da vida social, torna-se necessário analisar a sua relação com as fontes de informação e a importância delas no processo de construção do acontecimento midiático.

De acordo com Sousa (2001), dentro dos veículos de comunicação, as fontes são vistas como fornecedoras de informações e de ideias veiculadas pelos meios, levando ao espaço público sugestões de debate e de conhecimento do mundo social. O autor reforça a importância não apenas de se chegar até as fontes, mas de ir além delas, rumo a identificações das forças e das regras que norteiam determinado veículo de comunicação no trabalho jornalístico de selecionar, apurar e veicular as informações.

O estudo das fontes de informação tem constituído um aspecto central da pesquisa sobre jornalismo. De algum modo, a razão para este facto residirá na constatação de que se o jornalismo fornece informações e ideias ao espaço público, e se essas informações e ideias produzem efeitos nas pessoas, nas sociedades, nas civilizações e nas culturas, então importa esclarecer qual é a proveniência dessas informações e

idéias, qual o processamento e enquadramento a que são sujeitas antes de chegarem ao espaço público, quais as forças que bloqueiam algumas delas ou aceleram a difusão e aumentam o impacto de outras. (SOUSA, 2001, p. 2).

Já Gomis (2001) acredita que as notícias devem ser lidas perguntando quem contou o fato e com que interesse. Para o autor, o interessado não aparece na notícia. Os veículos de comunicação têm a responsabilidade de verificar o fato e contrastá-lo. Deve-se indagar não só quem é o beneficiado, mas também, quem é o prejudicado, porque “a notícia é uma interpretação de um fato, mas a interpretação da notícia se faz melhor se nos perguntarmos a quem beneficia ou prejudica, como pista para averiguar quem pode ser a verdadeira fonte”. (GOMIS, 2001, p. 106).

Alguns processos decisórios inclusos na produção noticiosa são função do jornalista, tais como: selecionar os temas a serem abordados pelo veículo; escolher e questionar as fontes de informação; estruturar as informações conforme o contexto; utilizar técnicas de produção para apresentar da melhor forma possível o conteúdo ao consumidor. Dentro desses processos, a procura por fontes de informação é iniciada na produção da pauta jornalística. Contudo, de acordo com Lage (2001), a escolha das fontes é relevante também para a elaboração do texto jornalístico:

Estas [escolhas das fontes] se distribuem em duas condições: a homogeneização da informação (quando todos os veículos fazem uso das mesmas fontes, o que fica bem explícito no caso das fotografias distribuídas via agências internacionais) e a credibilidade da fonte (face à auto-legitimação das agências e ao uso, pelos veículos de arquivos donde é sempre retirado algo que se aplique ao caso, mesmo que seja fora de contexto). Portanto, o estudo de fontes jornalísticas deve receber grande atenção na pesquisa em comunicação, principalmente, na área de jornalismo, pela importância delas na construção da qualidade informativa do conteúdo jornalístico. As fontes são fundamentais no processo de produção da notícia, como matéria-prima. (LAGE, 2001).

4.2 As fontes jornalísticas no processo de produção noticiosa

Conhecer como se organiza a rede de fontes de um meio de comunicação jornalístico é conhecer os parâmetros políticos, econômicos, sociais e culturais, assim como os critérios de noticiabilidade que norteiam tais meios. Para Gans, (1979) citado por Santos (1997), a rede de

fontes reflete a estrutura social e a organização dos procedimentos produtivos de uma organização noticiosa. Os critérios que os jornalistas utilizam para conservar uma fonte são: a autoridade, a produtividade e a credibilidade.

A autoridade refere-se aos procedimentos dos jornalistas que preferem fazer referência a fontes oficiais ou que ocupam posições institucionais de autoridade. A produtividade diz respeito às razões pelas quais prevalecem as fontes institucionais, já que essas fornecem os materiais suficientes para fazer a notícia, evitando que os jornalistas tenham de recorrer a mais fontes. A credibilidade associa-se à quantidade e à qualidade de materiais e à necessidade de limitar o número de fontes a consultar.

Para Fontcuberta (1993), a entrada das informações nas redações ocorre de duas maneiras: a primeira é quando o jornalista, através da sua agenda de contatos, busca acesso a determinadas informações; e a segunda é quando a informação chega por meio da iniciativa da própria sociedade ou de setores da sociedade. Fontcuberta (1993, p. 58) reconhece que “la relación entre el medio y las fuentes es una de las más complejas y básicas de todo el proceso de producción de noticias. Un medio sin fuentes es un medio muerto”.

A relação entre fontes e jornalistas é um aspecto muito abordado na comunicação e que se caracteriza como ponto central na constituição do texto jornalístico. Sousa (2006), por exemplo, acredita que “as fontes de informação são um capital imprescindível do jornalismo e dos jornalistas. Não existiria investigação jornalística sem fontes de informação. E mais: grande parte da informação jornalística não existiria sem fontes de informação”. (SOUSA, 2006, p. 207).

Molotch e Lester (1974) e Gans (1980), relidos por Sousa (2006), e Ericson *et al.* (1989), citados por Santos (1997), apontam para a existência de uma “negociação” entre jornalistas e fontes. Qualquer pessoa pode ser fonte, ser entrevistada e fornecer informações, mas ser cultivada enquanto fonte significa que há uma convergência de interesses entre o profissional do jornalismo e o promotor da informação, e essa relação baseia-se na confiança e nos interesses de troca. Jornalistas e fontes jogam cada um com interesses específicos. Sousa (2006, p. 274) relata que, para Molotch e Lester (1999):

as notícias seriam uma construção e o campo do jornalismo um espaço dinâmico em que interagiriam promotores de notícias e jornalistas (e o próprio público), que lutariam pela definição de sentidos para os factos, havendo factos que, nesse espaço negocial, seriam avaliados como acontecimentos e outros que não.

Da mesma maneira, Sousa (2006) descreve que Gans (1980) enfatiza que os sentidos para os acontecimentos ocorrem através de uma negociação entre jornalistas e fontes. Para ele, as fontes transmitem apenas as informações que mais lhes interessam, ao passo que os jornalistas, além de obter tais informações, buscam “obter informações que as fontes por vezes pretendiam esconder, explorando ângulos alternativos”.

O autor acredita que as diversas fontes convivem, dentro de um sistema, com jornalistas e com o público. No interior desse sistema, os veículos de comunicação selecionariam suas fontes em função das suas necessidades produtivas e do posicionamento das mesmas na estrutura social. Isso acontece porque as fontes não têm todas as mesmas características ou igual relevância, o que pressupõe um acesso socialmente estratificado aos órgãos de informação.

Gans (1980), citado por Sousa (2006), identifica vários fatores que determinam a superioridade de umas fontes em relação às outras: incentivos, poder da fonte, capacidade de fornecer informações credíveis e proximidade social e geográfica relativamente aos jornalistas. Dentre eles, o terceiro fator é o determinante. Já os jornalistas selecionam as suas fontes em função dos seguintes fatores: passado credível, produtividade, fiabilidade, garantia, autoridade e clareza.

O acesso dos jornalistas às fontes também não é uniforme. Os jornalistas especializados estabelecem relações mais próximas e continuadas com as fontes. Elas acabam por se transformarem quase que em informadores pessoais, alimentando constantemente as necessidades noticiosas do jornalista, em particular com indiscrições e assuntos de alguma confidencialidade. Nesse sentido, cria-se uma relação de obrigações recíprocas entre fonte e jornalista especializado.

Já os jornalistas não especializados noticiam diariamente acontecimentos muito diferentes entre si e o fazem sem o respaldo de conhecimentos específicos, associado à falta de tempo para um necessário tratamento noticioso. Diante das questões apresentadas, o jornalista opta pelo recurso às fontes autorizadas, as quais têm sobre si produtividade e credibilidade. Nesse contexto, Sousa (2006) relembra que Gans (1980) defende que os órgãos de informação são tendencialmente passivos, o que constitui uma óbvia vantagem para as fontes. Assim, os veículos de comunicação são receptivos às fontes que respondem às suas necessidades informativas.

O acesso aos veículos de comunicação é estratificado porque as fontes não são idênticas e não têm a mesma importância. A intenção das fontes é passar a informação que mais lhes interessa. E as fontes que têm a capacidade de antecipar aos jornalistas determinadas informações tendem a ser mais escolhidas. (SOUSA, 2006, p.277). Em relação à necessidade produtiva jornalística:

existem vários factores que influenciariam a dominância de determinadas fontes sobre outras, como o seu poder, a sua credibilidade e a sua proximidade em relação aos jornalistas. Os jornalistas, por seu turno, escolheriam as fontes em função da sua conveniência, aferida, segundo Gans, não só em termos de fiabilidade e respeitabilidade mas também em termos de capacidade de produção de informação. (SOUSA, 2006, p. 277)

Ericson *et al.* (1989), citado por Santos (1997), analisaram os modos utilizados pelas fontes para protegerem suas instituições da investigação jornalística e das fugas de informações e concluíram que as atividades das fontes jornalísticas incluem estratégias defensivas e reativas, numa constante escolha do que pode se tornar público e o que deve se tornar privado. Assim como as fontes que editam e exercem escolhas sobre o que divulgar aos jornalistas, esses, por sua vez, também editam e exercem escolhas sobre o material da fonte, adaptando-o às suas conveniências e/ou necessidades. A notícia é apresentada como produto das transações entre jornalistas e suas fontes, processos de negociação e luta entre fontes e jornalistas.

Os autores supracitados verificaram que o controle do processo noticioso varia de acontecimento para acontecimento, dependendo do contexto, dos tipos de fontes envolvidas, do tipo de órgão de comunicação social implicado e do conteúdo a ser tratado. No entanto, os autores lembram que há fontes mais influentes do que outras na criação de rotinas informativas e na definição dos contornos que o debate público terá. Mas, por outro lado, verifica-se também uma disputa das fontes de informação pelos jornalistas mais prestigiosos e pelos veículos de comunicação mais visibilizados, os quais têm ao seu dispor um conjunto de recursos importantes que devem ser respeitados por quem queira ter uma posição de autoridade e de notoriedade na vida pública. Há uma preocupação em esclarecer que a publicização pode ser vantajosa para as instituições, visto que, através desse recurso, elas conseguem reconhecimento público, legitimidade e credibilidade perante a opinião pública.

Se as fontes percebem que podem depositar confiança nos jornalistas ou no veículo de comunicação, mais pró-ativas elas serão. Desse modo, a fonte tende a fornecer pistas

confidenciais e põe o jornalista no encalço de outras fontes. Nesse jogo negocial, os autores reforçam que a fonte deve manter-se discreta e aparentar desinteresse.

Para Ericson et al. (1989) citado por Santos (1997), o uso dos indivíduos como fontes apresenta-se de três modos: quando ocorre uma “reação pública” a acontecimentos já enquadrados pelas fontes oficiais; quando apresenta crítica à política ou a práticas com impacto negativo direto sobre os indivíduos; e, por último, quando ocorre expressão de emoção face a acontecimentos críticos ou de pontos de vista particulares ou distintos dos propostos pelas fontes oficiais. Os autores lembram que as fontes populares aparecem com um grande número de referências porque refletem o ponto de vista do jornalista ou do veículo ao qual ele pertence.

Schlesinger (1999) acredita que as fontes competem pelo acesso aos meios jornalísticos, desenvolvendo ações estratégicas como, por exemplo, a criação e manutenção de um ambiente capaz de garantir o sucesso da comunicação, através da cativação e da sensibilização dos jornalistas, ou a seleção apropriada dos meios-alvo e o fornecimento de mensagens capazes de corresponder aos critérios de noticiabilidade.

Tendo conhecimento do ambiente competitivo, Schlesinger (1999) aponta a desigualdade no valor das fontes e na forma de acesso a elas. Para o autor, as fontes são vistas como elementos que ocupam domínios onde se exerce luta pela aproximação dos meios de comunicação, mas em que as vantagens materiais e simbólicas são desigualmente distribuídas. Na natureza da gestão da informação na sociedade, considera-se que parte dos grupos dispõe de um poder desigual, o que significa um alcance também desigual aos sistemas de produção e de difusão das notícias.

As fontes que têm mais capacidade de ingressar nos veículos midiáticos desenvolvem um saber específico. Sob essas condições, tais fontes criam e podem manter um ambiente que garanta o sucesso da comunicação através da sensibilização dos jornalistas para a relevância dos acontecimentos transmitidos; são igualmente capazes de selecionar adequadamente a mídia-alvo e têm capacidade para transmitir mensagens que obedeçam aos critérios de noticiabilidade jornalística e prever e/ou neutralizar as fontes adversas. (SCHLESINGER, 1999)

Sigal (1973) compartilha o mesmo pensamento ao detectar que as notícias dependem tanto da forma como os jornalistas procuram as fontes como o inverso. (apud SANTOS, 1997). O “quem” da notícia assume, para o autor, maior importância e os variados “quem”

não têm acesso igual. Ao estudar as notícias veiculadas pelas fontes oficiais e não oficiais, o autor enfatiza a ideia de que os conteúdos das notícias dependem daquilo que as fontes dizem e do tipo de fontes consultadas.

O autor ainda ressalta que a maioria das notícias resulta das fontes oficiais, e compreender a razão por que as fontes, em especial as oficiais, se dirigem aos jornalistas e lhes transmitem determinados dados é a chave para explicar qual informação resulta em notícias e como essas são produzidas. Santos (1997) aponta que Sigal (1973) enumera a existência de três tipos de canais informativos: 1) os canais de rotina – que são desde os acontecimentos oficiais aos *press-releases*; 2) os canais informais – o que abrange encontros reservados e restritos, fugas de informação, acontecimentos não governamentais, e informações de outras organizações noticiosas; e 3) canais de iniciativa – que resultam da iniciativa dos jornalistas. De acordo com esse autor, a confiança dos jornalistas nos canais de rotina diminui quando aumenta o recurso aos canais de iniciativa e quando aumenta o número de fontes contactadas, permitindo, assim, novas abordagens aos acontecimentos. Porém, ele faz notar que as fontes de informação dominantes detêm um peso significativo nas notícias e que as fontes não-conhecidas através de ações espetaculares são colocadas em desvantagens em relação àquelas.

De um modo geral, os governos, os responsáveis por instituições públicas e privadas e todos os encarregados de falar em nome do interesse público possuem, enquanto fontes autorizadas, um grande volume informativo, sendo capazes de controlar o seu acesso aos meios de comunicação e de gerir a propagação das informações de acordo com interesses específicos. Por outro lado, quanto o jornalista consulta fontes com menor peso institucional (ou não oficiais), por vezes defronta-se com versões totalmente opostas dos mesmos acontecimentos, o que lhe possibilita uma compreensão mais ampla dos acontecimentos. E para ser alvo da cobertura midiática, as fontes não oficiais precisam causar impacto. (SIGAL, 1973 apud SANTOS, 1997)

Santos (1997) desenvolveu um estudo sobre as fontes e os jornalistas. Entre as principais conclusões do autor, podemos destacar que as fontes burocratizadas tendem a manter uma permanente disponibilidade de atendimento dos jornalistas e buscam traçar antecipadamente a ocorrência de acontecimentos, processando sistematicamente a informação que, depois, remeteriam aos jornalistas, de acordo com critérios de noticiabilidade adequados. Porém, a credibilidade da fonte, de acordo com o autor, dependeria sempre da instituição:

as instituições procuram organizar-se no sentido de assegurar uma cobertura que garanta a publicitação dos objectivos pretendidos e não a simples menção dos acontecimentos. A luta permanente das fontes de informação – indivíduos ou estruturas internas encarregadas de estabelecer contactos com as organizações noticiosas – é a divulgação dos acontecimentos positivos e o amortecimento ou esquecimento dos não adequados ao interesse das instituições. (SANTOS,1997, p. 75 e 76)

Por outro lado, os jornalistas desenvolvem a sua atividade jornalística de acordo com os propósitos e a cultura dos veículos de comunicação aos quais pertencem. Para Santos (1997, p. 193) “o jornalista, após a selecção de acontecimentos, produz a notícia segundo normas e protocolos relativamente definidos, e que resultam no conjunto de reuniões formais e informais, a que chamei de cultura de redacção”. Assim, a autonomia do jornalista depende do grau de liberdade que o veículo de comunicação lhe confere e do prestígio profissional de que goza entre os seus pares.

Assim como os autores já citados, Santos (1997, p. 194) considera que os objetivos das fontes e dos jornalistas nem sempre coincidem, o que leva a um “esforço sempre permanente de diálogo, luta, relação simbiótica ou negócio”. Nesse sentido, a fonte busca ocultar as informações que sejam prejudiciais aos seus interesses e/ou da instituição à qual pertence e revelar as informações favoráveis.

As fontes buscam os jornalistas com os seguintes objetivos: conseguir visibilidade e atenção dos veículos de comunicação; marcar a agenda pública e impor temas como foco da atenção coletiva; conseguir apoio ou adesão a ideias; prevenir ou reparar prejuízos e malefícios; neutralizar interesses de concorrentes ou adversários; e criar uma imagem pública positiva. Por sua vez, os jornalistas buscariam as fontes para: obter informação inédita; confirmar ou desmentir informações obtidas em outras fontes; lançar ideias e debates e atribuir credibilidade e legitimidade a informações recolhidas por eles. (PINTO, 2000). O autor acredita que o jornalismo procura dar visibilidade às matérias que os jornalistas consideram de interesse público, ao passo que as fontes buscam dar visibilidade às matérias que interessam às instituições à qual pertencem. Martini (2000) corrobora do mesmo pensamento ao enfatizar que:

Si los individuos necesitan de los medios para conocer la realidad que excede a la posibilidad de su propia experiencia, de igual manera los periodistas precisan de discursos mediadores de la realidad a la que no pueden acceder personalmente. Ese es el papel de las fuentes, legitimadas por el “haber estado allí”, protagonistas o

testigos de los acontecimientos o por el conocimiento indirecto pero fiable de lo que “realmente” sucedió. (MARTINI, 2000, p. 51).

A sociedade como origem de acontecimentos realiza dois tipos de ações: a de produzir os fatos noticiáveis e a de produzir comentários e opiniões que originam e se constituem em novos fatos e novas notícias. Por isso, um acontecimento é tanto mais noticiável quanto maior for sua possibilidade de produzir fatos futuros, ou de provocar comentários que dão lugar a novos fatos. (MARTINI, 2000). Assim, Borrat (1989) acredita que, para os veículos de comunicação, “cuanto mayor sea la cantidad, la calidad y la diversidad de las informaciones que comunica y de las fuentes que cita, tanto mayor será su credibilidad y, por tanto, su influencia.” (BORRAT, 1989, apud FONTCUBERTA, 1993, p. 58).

La potencia informativa del periódico se pone de manifiesto entonces en el *número, la calidad, y el pluralismo* de sus fuentes de información. Ante un hecho noticiable determinado, el periódico necesita disponer de varias fuentes contrastables para que su propia versión no sea una mera transcripción o reproducción de la versión de una de las partes del conflicto. (BORRAT, 1989, apud FONTCUBERTA, 1999, p. 58).

Sousa (2006) lembra que as fontes jornalísticas não são iguais:

Elas não são iguais em posição. Não são iguais em relevância social. Não são iguais em poder de influência. Não são iguais nos meios a que recorrem. Não são iguais no volume de produção de informação direcionada para os jornalistas, nem na qualidade das mensagens que emitem. (SOUSA, 2006 p. 224)

López Rodriguez (1988) realizou um trabalho sobre as motivações que levam as fontes informativas locais a fornecerem dados aos meios de comunicação. Em relação às instituições públicas, as motivações foram: a) consolidar ou incrementar seu prestígio como instituição; b) a “obrigação moral” das instituições públicas de manter a sociedade informada sobre suas atividades; c) denunciar outra instituição através de uma informação negativa sobre ela; d) “ganhar a simpatia dos jornalistas” para que não escrevam nada que possa prejudicar o bom nome da fonte.

4.3 Tipificação das fontes jornalísticas

Diversos autores dedicam-se à categorização das fontes, no sentido de compreender como essas diferentes tipificações interferem no conteúdo jornalístico. Pinto (2000, p. 279), por exemplo, elabora oito classificações, segundo: a natureza (fontes pessoais ou documentais); a origem (fontes públicas – oficiais ou privadas); a duração (fontes episódicas ou permanentes); o âmbito geográfico (fontes locais, nacionais ou internacionais); o grau de envolvimento nos fatos (oculares/primárias ou indiretas/ secundárias); a atitude face ao jornalista (fontes ativas/espontâneas ou passivas/abertas); a identificação (fontes assumidas/explicitadas ou anônimas/confidenciais); e a metodologia ou estratégia de atuação (preventivas ou defensivas).

Outro tipo de classificação – a que utilizaremos para fins de análise, no presente trabalho – é a descrita por Lage (2001), que expõe três categorias mais gerais. Primeiro, o autor classifica as fontes como: oficial, oficiosa e independente. As fontes oficiais são aquelas “mantidas pelo Estado; por instituições que preservam algum poder de Estado, como as juntas comerciais e os cartórios de ofício; por empresas e organizações, como sindicatos, associações, fundações” (LAGE, 2001, p. 63). As fontes oficiosas são aquelas ligadas a uma entidade, mas que não são autorizadas a falar em nome dela. Já as fontes independentes são aquelas desvinculadas de uma relação de poder ou de interesse específicos.

Como já foi dito no item 4.2, que relata as fontes jornalísticas no processo de produção noticiosa, a possibilidade de fornecer informações fidedignas é o que mais permite o acesso às fontes oficiais pelos jornalistas. Essas fontes são capazes de produzir eventos programados, que satisfaçam as necessidades das mídias nos tempos estabelecidos pelo veículo jornalístico. Assim, “as fontes que respondem a esses requisitos organizacionais da mídia são, obviamente, as ligadas a instituições, órgãos oficiais, grupos de poder, etc.” (GANS 1980, apud WOLF, 1995, p.201). Para justificar essa prática recorrente entre os jornalistas, Gans (1980) reforça que:

os repórteres não têm tempo de desenvolverem contactos com fontes que não são conhecidas. (...) Além disso, essas fontes estranhas fornecem informações que não podem ser verificadas, gerando, portanto, a incerteza. Mas, e talvez seja ainda mais importante, essas fontes não familiares podem fornecer dados novos ou contraditórios, o que põe à prova a capacidade de generalizar e sintetizar” (Gans, 1979 apud Wolf, 1995, p.204 – 205).

Gomis (2001) compartilha da mesma ideia:

Los medios están técnicamente interesados en entrar en contacto con las fuentes oficiales y difusamente obligados a tener atenciones con ellas. Las fuentes oficiales suministran noticias esperadas e inesperadas, ofrecen filtraciones y facilitan conocimientos amplios que hacen más completo y seguro el trabajo de los periodistas al explicarles el transfondo o (background) de las noticias. (GOMIS, 2001, p. 61)

Sousa (2006) ressalta que o horário de funcionamento, coincidente com o das redações jornalísticas e “um *staff* a tempo inteiro, contactável”, leva os jornalistas a usarem mais as fontes oficiais. Segundo Sousa (2006, p. 225), “o recurso às fontes oficiais eleva a performatividade dos jornalistas, já que estes estão concentrados em pessoas acessíveis, vistas como tendo coisas importantes e credíveis para dizer.”

O poder oficial está identificado nas notícias através da descrição como “fontes oficiais”, “fontes do governo”, ente outras denominações, e o acesso a elas é para, frequentemente, responder a pautas e estabelecer relações com os veículos. O acesso a fontes oficiais permite a construção de grande parte das agendas dos meios de comunicação. Para Martini (2000), tais fontes são as que se identificam como as responsáveis diretas por uma instituição pública ou privada, são atores diretos ou indiretos do acontecimento, traduzem o nível mais alto de confiabilidade e fazem o efeito de credibilidade da notícia.

Voltando à tipificação, Lage (2001) também distingue os tipos de fontes, de acordo com o seu grau de envolvimento com os acontecimentos, em primárias e secundárias. Se a fonte fornece o “essencial de uma matéria” e apresenta “fatos, versões e números,” é classificada como primária. Se for consultada para contextualizar o acontecimento, ou seja, “para a preparação de uma pauta, ou a construção das premissas genéricas ou contexto ambientais” é denominada como secundária. (LAGE, 2001, p. 65 – 66).

A última distinção que Lage (2001) descreve diz respeito ao caráter emocional da fonte com o acontecimento:

O testemunho é normalmente colorido pela emotividade e modificado pela perspectiva: pode-se testemunhar uma guerra sem presenciar uma batalha, assistindo a um pedaço de uma ou vendo várias; do lado do vencedor ou do vencido (...). De modo geral, o testemunho mais confiável é o mais imediato. Ele se apóia na memória de curto prazo, que é mais fidedigna, embora eventualmente desordenada e confusa (...) *Experts* são geralmente fontes secundárias, que se procuram em busca de versões ou interpretações de eventos. (...) costumam costurar os fatos em suas

próprias convicções. (...) De toda sorte, é conveniente ouvir mais de um especialista e variar os especialistas que se ouvem. (Lage, 2001, p. 67 – 68)

Para Lage (2001), o testemunho é normalmente emotivo e, por isso, deve ser observado sob essa perspectiva. Para que o depoimento da fonte seja mais confiável, é importante que seja imediato. Isso porque quanto mais tempo se passa, mais difícil é lembrar de detalhes e fazer descrições, ainda que, com o passar do tempo, a lógica narrativa se organize melhor. Esses conceitos são importantes para entendermos como o caráter emocional influencia num depoimento ou como o interesse pessoal de determinada fonte pode contaminar o conteúdo da informação.

Sponholz (2008) realizou uma pesquisa qualitativa com repórteres de jornais brasileiros de circulação nacional e regional, para levantar dados sobre como os jornalistas escolhem *experts* na cobertura de temas polêmicos, quais informações esperam dessas fontes e como retratam esse tipo de informante. Jornalistas esperam que os *experts* tenham comprovadamente um conhecimento específico do assunto e, ao serem entrevistados, devam ter a capacidade comunicativa de dizer “o que está acontecendo”, de forma a conseguir a compressão do público com o qual eles se comunicam.

A relevância dos *experts* no âmbito jornalístico aumenta não somente com a complexidade dos temas a serem noticiados, mas também com a diversidade de opções de consumo midiático e com a concorrência entre os veículos de comunicação. Esse cenário inflaciona a necessidade por previsões e por fontes com a competência socialmente reconhecida para fazê-las (SPONHOLZ, 2008). Nas coberturas jornalísticas não especializadas, a principal função dos *experts* é dar sentido à notícia ou à reportagem mediante a organização dos fatos em um contexto e a previsão das consequências de um acontecimento (LAGE, 2001).

Os resultados da pesquisa realizada por Sponholz (2008) mostram que os jornalistas procuram, rotineiramente, os mesmos *experts*. Isso aponta para uma confirmação de uma das hipóteses de seu estudo, de que as informações fornecidas por esse tipo de fonte não seriam confrontadas com uma segunda fonte.

No interior das tipificações descritas por Lage (2001), ressaltamos a existência das fontes anônimas participando da construção dos textos jornalísticos. Elas “são fontes que pretendem visibilidade para determinadas informações ou ideias, mas não para si mesmas, porque necessitam de proteger-se ou de salvaguardar a sua posição” (SOUSA, 2002, p.7). Sua

utilização por parte dos jornalistas serve para confirmar suspeitas, introduzir novos elementos na informação, orientar investigações ou cruzar dados. (SOUSA, 2002)

Diante de uma gama crescente de informações, os profissionais do jornalismo precisam, inevitavelmente, “exercitar” sua condição de selecionar, hierarquizar, excluir e incluir na edição do dia seguinte os assuntos. Esses assuntos, sob sua ótica e em relativa consonância com os interesses e expectativas dos leitores e no próprio jogo de “pressão” por parte das indústrias culturais, será editado e terá destaque no caderno de cada edição.

De acordo com Mazzarino (2007), através dos estudos das fontes é possível verificar características importantes que definem as coberturas jornalísticas:

Conhecer como se organiza a rede de fontes de um meio de comunicação jornalístico dá a conhecer sobre seus parâmetros políticos, econômicos, sociais e culturais, assim como sobre os critérios de noticiabilidade por que se rege. Qualquer pessoa pode ser fonte, ser entrevistada e fornecer informações, mas ser cultivada enquanto fonte significa que há uma conversão de interesses entre o profissional do campo jornalístico e o promotor da informação, e esta relação baseia-se na confiança e nos interesses de troca (MAZZARINO, 2007, p. 5).

Assim, para Sousa (2006, p. 208), a competência jornalística está na “capacidade de cultivo de fontes e de recolha, selecção, processamento e hierarquização de informação, vencendo o tempo” (SOUSA, 2006, p.208).

5 ASPECTOS METODOLÓGICOS

5.1 Fundamentos conceituais da Análise de Conteúdo

A pesquisa aqui proposta tem, na análise de conteúdo, as ferramentas metodológicas necessárias à investigação de como o discurso das revistas *Época*, *Isto É* e *Veja* organizou-se tanto para receber a participação da justiça, através das fontes que a representam, como para atender seu próprio tempo de produção, em termos de fontes jornalísticas, quando relataram, em seus impressos, o caso Isabella. Como centro dessa abordagem, discorreremos sobre os pensamentos de Bardin (1979) para compreendermos conceitos e procedimentos metodológicos utilizados na análise de conteúdo. Em seguida, abordaremos autores que trabalham mais especificamente a análise de conteúdo voltada ao jornalismo, como Herscovitz (2007) e Fonseca Junior (2005).

A definição clássica de análise de conteúdo é a de Berelson (1952), citado por Bardin (1979, p.16): “a análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”. Objetiva, pois procede, segundo as regras preestabelecidas, obedecendo a diretrizes suficientemente claras e precisas, de forma a propiciar que diferentes pesquisadores, trabalhando sobre o mesmo conteúdo, obtenham os mesmos resultados.

Sistemática significa dizer que o conteúdo a ser analisado é selecionado de acordo com regras explícitas e aplicadas da mesma maneira, sendo que cada item deve ter a mesma chance de ser incluído na análise. Deve haver uniformidade também no processo de avaliação, na codificação e nos procedimentos de análise. Avaliar sistematicamente significa afirmar que apenas um único grupo de critérios será aplicado em toda a pesquisa. Por último, a análise

deve ser quantitativa, o que significa afirmar que o resultado da pesquisa expresso através de números é o caminho pelo qual os pesquisadores buscam a precisão da matemática como forma de sinalização universalmente aceita.

Em outros estudos, essa maneira de apenas quantificar os achados foi sendo questionada e ampliada, assim como as aplicações dessa técnica. Autores como Gomes (1979), Chizzotti (1998), Goldenberg (2000) e Bauer e Gaskell (2002) acreditam que a análise de conteúdo não deve se restringir aos processos quantitativos, mas sim, estender-se ao qualitativo, para “comprovar se uma comunicação possui ou não determinados atributos” (GOMES, 1979, p.12). A utilidade de cada método é descrita por Goldenberg (2000, p.63):

A pesquisa qualitativa é útil para identificar conceitos e variáveis relevantes de situações que podem ser estudadas quantitativamente. (...) Também é evidente o valor da pesquisa qualitativa para estudar questões difíceis de quantificar (...) Os métodos qualitativos e quantitativos deixam de ser percebidos como opostos para serem vistos como complementares.

A partir da década de 60, tem-se a presença de análise de conteúdo transitando por vertentes qualitativas e quantitativas, definindo-se como:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens (BARDIN, 1979, p. 42)

Bardin (1979, p. 31) ressalta que a análise de conteúdo deve ser entendida como “um leque de apetrechos (...) marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações”. Para Chizzotti (1998, p. 98), a análise de conteúdo (AC) é entendida como:

um método de tratamento e análise de informações, colhidas por meio de técnicas de coleta de dados, consubstanciadas em um documento. A técnica se aplica à análise de textos escritos ou de qualquer comunicação (oral, visual, gestual) reduzida a um texto ou documento.

A análise de conteúdo procura reduzir um grande volume de material, num conjunto de categorias de conteúdo. O objetivo, segundo Chizzotti (1998, p. 98), é “compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”. O autor propõe que o material seja examinado e que a informação nele contida seja fragmentada em termos da ocorrência de conteúdos ou categorias, frequentemente preestabelecidas.

A análise de conteúdo pode ser utilizada para diversas finalidades que perpassam desde as análises de textos históricos até as análises de propaganda. Em relação às possibilidades de seu uso, Pereira (1998, p. 94) esclarece:

Dois objetivos estão presentes ao recorrermos à análise de conteúdo: ultrapassar a incerteza e enriquecer a leitura. No primeiro caso, a análise de conteúdo ajuda a demonstrar que a leitura particular do observador é válida e generalizável. O segundo aspecto diz respeito a descobrir conteúdos e estruturas das mensagens e esclarecer elementos de significações de mecanismos não imediatamente perceptíveis. Assim, a análise de conteúdo nos permite distanciarmos de uma sociologia ingênua, ou a crença na transparência dos dados.

Trazendo essa reflexão para o nosso campo de interesse, verificamos que a análise de conteúdo em jornalismo é entendida como um:

método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação. (HERSCOVITZ, 2007, p. 126 – 127).

De acordo com Herscovitz (2007, p. 123), o método pode ser utilizado para “detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramento e agendamento”. A análise de conteúdo também serve para:

descrever e classificar produtos, gêneros e formatos jornalísticos, para avaliar características da produção de indivíduos, grupos e organizações, para identificar elementos típicos, exemplos representativos e discrepâncias e para comparar o conteúdo jornalístico de diferentes mídias em diferentes culturas (HERSCOVITZ, 2007, p. 123).

Wimmer e Dominick (1987) esclarecem ainda que a análise de conteúdo pode ser utilizada em cinco finalidades específicas: a primeira, descreve o conteúdo de comunicação e relaciona as pesquisas que analisa de “maneira descritiva e tradicional para identificar o que já existe”. Esse tipo de estudo pode ser usado para interpretar as mudanças sociais. A segunda, testa hipóteses de características de mensagens – um dos objetivos a que pretendemos chegar com a presente pesquisa – e busca relacionar certo número de análises às características das fontes de “um certo bloco de conteúdo de mensagem com as mensagens que são produzidas”. Os autores recorrem a Holsti (1969), que exemplifica a utilização: “Se a fonte tem uma característica ‘A’, então mensagens contendo os elementos ‘x’ e ‘y’ serão produzidas, se a fonte tem uma característica ‘B’, então mensagens contendo os elementos ‘w’ e ‘z’ serão produzidas”.

A terceira finalidade compara o conteúdo da mídia ao “mundo real”, realiza uma “checagem da realidade” onde a “descrição de certo grupo, fenômeno, traço ou característica é avaliada quando comparada com um padrão retirado da atualidade”. Depois, é confrontado e discutido o que é apresentado na mídia com a situação existente na sociedade. A quarta finalidade avalia as imagens de grupos sociais específicos, cujas pesquisas realizadas objetivam “medir mudanças na política da mídia em relação a esses grupos (minoritário), para avaliar a resposta da mídia às exigências para uma ‘melhor’ cobertura, ou para documentar tendências sociais” (WIMMER e DOMINICK, 1987).

Por último, a quinta finalidade estuda os efeitos da mídia, “onde a mensagem dominante e temas em conteúdo de mídia são documentados através de procedimentos sistemáticos, e um estudo separado de audiência é feito para ver se essas mensagens estão criando atitudes semelhantes entre os grandes usuários da mídia” (WIMMER e DOMINICK, 1987).

A análise de conteúdo organiza-se em torno de três etapas, compreendidas em: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação. A pré-análise consiste na organização e sistematização das ideias iniciais. Nessa fase, ocorre a escolha dos documentos a serem analisados, a retomada dos objetivos iniciais da pesquisa em relação ao material coletado e a elaboração de indicadores que orientarão a interpretação final. Nesse processo, Bardin (1979) propõe uma “leitura flutuante” como uma primeira aproximação do *corpus*. A “leitura flutuante” é o “contato com os documentos a serem analisados, visando a conhecer o texto, deixando-se invadir por impressões e orientações” (FONSECA JUNIOR, 2005, p. 290).

Após esse primeiro contato, realiza-se a constituição do *corpus*, ou seja, a seleção de todos os documentos que serão submetidos à análise. A constituição do *corpus* deve responder aos critérios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência destacados por Bardin (1979)²⁰. Em seguida, formulam-se os objetivos e o pesquisador elabora, de acordo com os objetivos a serem alcançados, os indicadores a serem adotados no processo de análise. (BARDIN, 1979).

A exploração do material refere-se à codificação dos dados brutos em função de regras previamente formuladas. “A codificação é o processo de transformação dos dados brutos de forma sistemática, segundo regras de enumeração, agregação e classificação, visando esclarecer o analista sobre as características do material selecionado” (FONSECA JUNIOR, 2005, p. 294). Na codificação, é realizada a escolha das unidades de registro e de contexto (recorte), a escolha das regras de quantificação e a categorização.

Por categorização, Fonseca Junior (2005, p. 298) entende o “trabalho de classificação e reagrupamento das unidades de registro, em número reduzidos de categorias”. Os critérios de classificação podem ser semânticos (temas), sintáticos (adjetivos, verbos), léxicos (classificação das palavras segundo seu sentido) e expressivos (classificação das perturbações da linguagem). (BARDIN, 1979).

Por fim, o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação consistem no tratamento dos dados brutos, buscando estabelecer quadros de resultados, figuras, modelos, diagramas. De posse dos resultados, o pesquisador propõe suas inferências e realiza suas interpretações de acordo com o quadro teórico e os objetivos propostos na pesquisa. Para Fonseca Junior (2005, p. 299), a inferência é um procedimento “utilizado para desvendar as condições de produção das análises”.

²⁰ Critério da exaustividade – Dentro do período escolhido, devem ser considerados todos os documentos relativos ao assunto pesquisados. Critério da representatividade – Determinar o tamanho da amostra de acordo com a ênfase dada na pesquisa (análise quantitativa ou qualitativa). Critério da homogeneidade – os documentos para a análise devem ser da mesma natureza, do mesmo gênero ou do mesmo assunto. Critério da pertinência – os documentos devem se adequar aos objetivos da pesquisa. (FONSECA JUNIOR, 2005, p. 292 – 293).

5.2 Delimitação do *corpus*

A amostra inicial era composta por 18 matérias (6 da revista *Época*, 5 da revista *Isto É* e 7 da revista *Veja*). Seguindo as orientações metodológicas de Bardin (1979) realizamos uma “leitura flutuante”, no intuito de obter as primeiras impressões. Como um dos objetivos centrais da presente pesquisa é verificar as fontes que representam o sistema da justiça no caso Isabella e a forma como cada revista organiza essas fontes para construir o relato, optamos por analisar apenas as matérias que recorrem a essas fontes de informação.

Depois da “leitura flutuante”, percebemos que, nas quatro primeiras edições em que cada revista buscou retratar o caso Isabella, houve uma circulação maior dos discursos das fontes, independente do seu caráter oficial ou não. A partir da quinta semana, as vozes das fontes já não estavam presentes nas matérias. Elas foram supridas através de notas, carta ao leitor e entrevista. Por esse motivo, o material pesquisado compõe-se, então, de um total de quatro semanas de reportagens, das quais obtivemos, pelo critério de seleção adotado, 12 reportagens nas três revistas impressas. O *corpus* foi selecionado de forma a contemplar a fase inicial do processo investigativo sobre o caso Isabella, realizado tanto pelos impressos como pelo sistema da justiça. Consideramos como fase inicial os trinta dias após o assassinato de Isabella Nardoni, período em que todas as revistas pesquisadas publicaram matérias sobre o caso e período em que o campo jurídico realizou as investigações.

5.3 Procedimentos de codificação

Seguindo a perspectiva da análise de conteúdo, foram quantificadas as categorias gerais de análise para “mensurar as variáveis preestabelecidas, procurando verificar a sua frequência sobre as outras variáveis mediante incidência e correlações estatísticas” (CHIZOTTI, 1998, p. 52). As categorias a serem quantificadas versam sobre a frequência com que as fontes que representam o sistema da justiça comparecem ao discurso e a sua importância na construção do caso.

Assim, nos três primeiros gráficos, a análise inicialmente quantitativa apresentará os movimentos de presença e de ausência das fontes que representam o sistema jurídico na

construção do caso Isabella, nas revistas *Época*, *Isto É* e *Veja*, durante as quatro semanas consecutivas em que o acontecimento foi propagado na mídia, período que coincide, no campo jurídico, com o processo investigativo. No quarto gráfico, ao realizar a análise comparativa, recorreremos também aos discursos produzidos pelas fontes, buscando interpretá-los de forma mais aprofundada.

As duas últimas questões que a pesquisa propõe estudar referem-se às circunstâncias em que os semanários recorreram a outras fontes de informação, em função do conflito de temporalidade e da forma como essas fontes preencheram as lacunas de informação produzidas pelos silêncios da justiça. Nesse sentido, buscaremos, do mesmo modo que nas questões anteriores, uma análise inicialmente quantitativa, para apresentar, nos três primeiros gráficos, as outras fontes que construíram o caso Isabella na ausência das fontes que representam a justiça no referido contexto.

Nos dois gráficos seguintes, realizaremos uma análise comparativa com cada tipo de fonte utilizada nos semanários, recorrendo, também, aos discursos produzidos por essas fontes, buscando verificar em quais circunstâncias elas foram chamadas ao discurso e como elas preencheram as lacunas de informação produzidas pelos silêncios da justiça.

Para fins de análise comparativa, discorreremos sobre o que aconteceu, em cada semana, no sistema jurídico em relação ao caso Isabella. Na primeira semana, os agentes jurídicos iniciaram as investigações através de análise pericial e dos depoimentos (do casal, da mãe de Isabella e de testemunhas); ocorreu, paralelamente, a prisão preventiva do casal e a determinação do sigilo do inquérito policial. Na segunda semana, houve o pedido e a outorgação do *habeas corpus*, e a perícia concluiu a maneira como Isabella foi morta. Nos discursos produzidos pelas fontes oficiais, pudemos identificar a voz do desembargador, do advogado de defesa e do promotor.

Na terceira semana, Anna Carolina e Alexandre foram intimados a deporem; foi finalizado o laudo do Instituto de Criminalista (IC); e ocorreu o interrogatório do pai, da madrasta e da mãe. Na quarta semana, os peritos realizaram a reconstituição do crime. Foi finalizado o processo investigativo e ocorreu o protocolo do inquérito junto ao cartório.

6 ANÁLISE DO CORPUS

6.1 As fontes que representam o sistema jurídico no caso Isabella – Revista *Época*

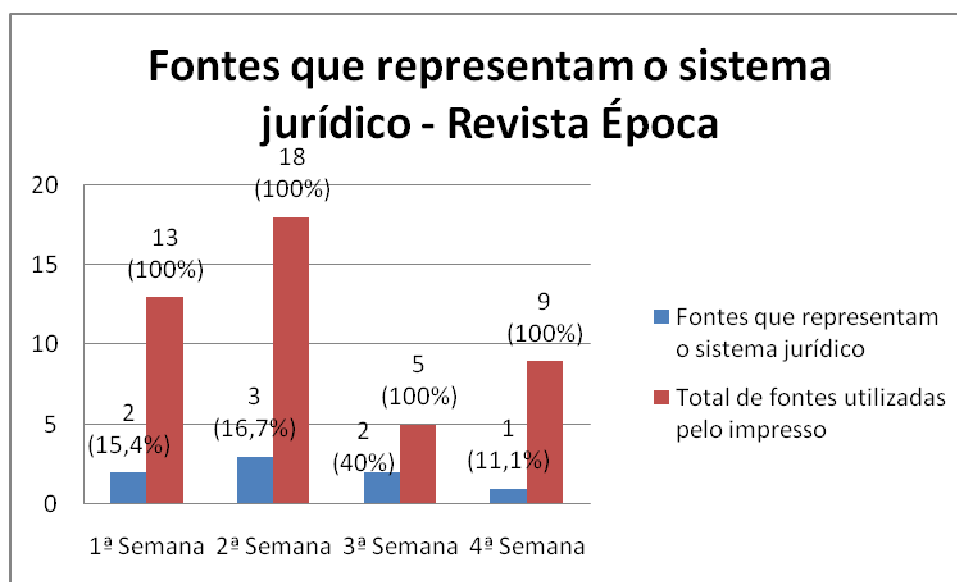


Gráfico 01: Identificação das fontes que representam o sistema jurídico na revista *Época*
Fonte: Elaboração própria

Durante as quatro semanas, a revista *Época* apresentou 45 relatos de fontes. Desse total, 8 (correspondentes a 17,8%), foram fontes oficiais que representavam o sistema jurídico no caso Isabella. O gráfico aponta que, na primeira semana, quando o caso foi capa do impresso, com o título: “Nunca vamos entender o porquê”, abordando em oito páginas a reportagem, a revista utilizou 2 fontes que representavam os agentes jurídicos, o que significa 15,4% de um total de 13 fontes empregadas na semana.

Nesse mesmo período, o impresso recorreu à primeira fonte (f1) para relatar as primeiras informações fornecidas por Alexandre Nardoni no dia do crime e à segunda fonte (f2) para discorrer sobre os depoimentos que as testemunhas (pai e madrasta) prestaram.

Verificamos que o processo inicial da investigação pericial, bem como o relato dos depoimentos das testemunhas, tanto de defesa, como de acusação, não foram retratados pelos discursos das vozes que representam a justiça. Os únicos depoimentos apresentados por uma fonte oficial (promotor) foram os de Alexandre e de Anna Carolina.

Ao sargento da PM Luiz Carvalho, Alexandre disse ter visto ‘um homem de camiseta preta’ fugindo do seu apartamento. Em um vídeo feito minutos depois da queda de Isabella e exibido na TV Globo, Alexandre aparece conversando com o sargento e apontando para as janelas do apartamento. (Época, 07/042008, p.88). –f1.

Mas seu depoimento (de Alexandre Nardoni) apresenta uma série de inconsistências, segundo o promotor Cembranelli: há contradições entre o que disseram Alexandre e Anna Carolina quanto à seqüência dos fatos. Em entrevista coletiva na sexta-feira, Cembranelli não explicou quais são essas contradições, mas foi enfático ao afirmar que o crime “não aconteceu” da maneira que o casal relatou. No primeiro depoimento prestado na delegacia, Alexandre não falou do homem de camiseta preta fugindo, mencionado inicialmente ao PM. Cembranelli descartou a existência desse terceiro personagem. (Época, 07/042008, p.88) – f2.

Na segunda semana, com a matéria de cinco páginas intitulada “O quebra-cabeça se fecha”, 3 fontes (correspondentes a 16,7%) representaram os operadores do sistema jurídico, de um total de 18 fontes utilizadas pelo impresso no período. Nessa semana, a revista recorreu ao desembargador (f3) para justificar a libertação do casal. Pela primeira vez, depois de duas semanas, foi inserida a fala do advogado de defesa do casal (f4). O relato da perícia em relação ao modo como Isabella foi morta não apareceu nos discursos das fontes oficiais.

Segundo a decisão do desembargador (Caio Canguçu de Almeida), nenhum dos dois deu, ‘ao menos até aqui, prova alguma de deliberado propósito de comprometer, dificultar ou impedir apuração dos fatos’. (Época, 14/04/2008, p.110) – f3.

‘Eles dizem categoricamente ser inocentes’, afirma Marco Polo Levorin, advogado do casal. (Época, 14/04/2008, p.110) – f4.

O promotor Francisco Taddei Cembranelli disse haver ‘vinculação’ entre o ‘casal’ e os ‘ferimentos de Isabella’. (Época, 14/04/2008, p.110) – f5.

Na terceira semana, a reportagem de duas páginas intitulada “Justiça, Justiça! ” trouxe 5 fontes para discorrer sobre o caso. Dessas, duas (ou 40%) representam a justiça. Nesse período, a revista *Época* buscou a fala de dois agentes jurídicos, num contexto de defesa, para relatar o julgamento antecipado (f6) e para discorrer sobre o testemunho da mãe de Isabella

(f7). Os resultados do laudo do IC e os interrogatórios não foram relatados pelas fontes oficiais.

‘A família está sendo julgada com uma crueldade que eu nem sequer consigo mensurar’, disse o advogado de defesa Ricardo Martins. (Época, 21/04/2008, p. 96) – f6.

‘Não vemos o testemunho da mãe de Isabella como uma acusação formal. Todas as pessoas que estiverem presentes no local (do crime) após a queda podem ser consideradas envolvidas na situação’, diz o criminalista Marco Polo Levorin, que defende o casal. (Época, 21/04/2008, p. 97) – f7.

Na quarta semana, o impresso apresentou uma matéria de três páginas com o título “E se o menino falasse?”. De um total de 9 fontes de informação, 1 fonte (ou 11,1%) representaram o sistema jurídico. Nesse período, a revista *Época* recorreu à voz do promotor (f8), que questionou a possibilidade de se ouvir ou não o irmão de Isabella. Ao que aconteceu durante a semana, como citado anteriormente, a revista não fez referência através das fontes oficiais.

A questão divide opiniões dentro da polícia e o Ministério Público. O promotor Francisco José Taddei Cembranelli, que logo depois do crime descartou categoricamente a possibilidade de ouvir Pietro, disse à *Época* na semana passada que, “se for necessário”, o garoto poderá ser chamado. Cembranelli sugeriu que Pietro não prestasse depoimento da forma tradicional, diante de um juiz e das partes envolvidas no processo. (Época, 28/04/2010, p. 88) – f8.

6.2 As fontes que representam o sistema jurídico no caso Isabella – Revista *Isto É*

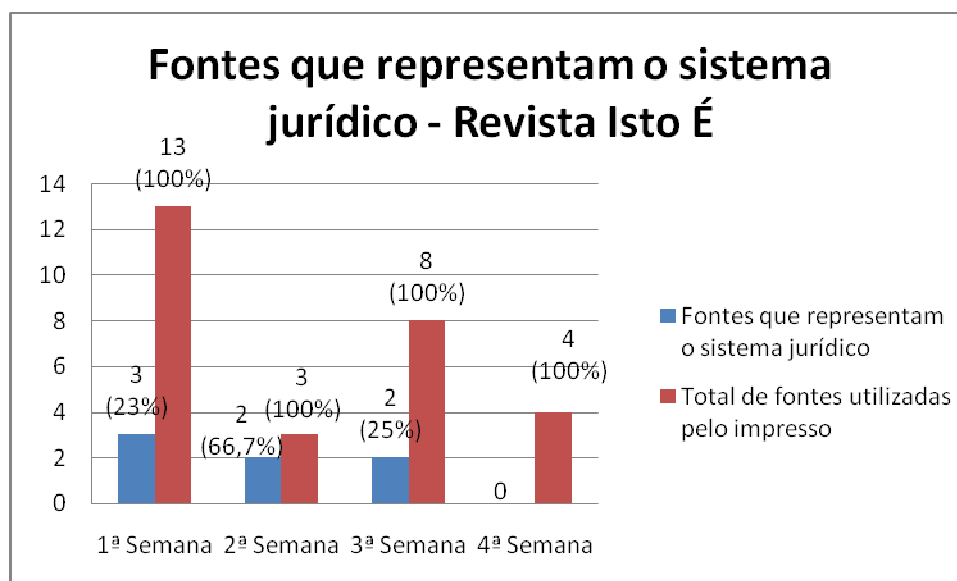


Gráfico 02: Identificação das fontes que representam o sistema jurídico na revista *Isto É*
Fonte: Elaboração própria

Em quatro semanas, a revista *Isto É* trouxe 28 relatos de fontes. Desse total, 7 (ou 25%), foram relatos de fontes oficiais que representaram o sistema jurídico. O gráfico assinala que, na primeira semana, quando o caso foi capa do impresso, com o título: “A morte inaceitável de Isabella”, na reportagem de sete páginas, a revista utilizou 3 fontes (correspondentes a 23%) que representaram os agentes jurídicos, de um total de 14 fontes. Buscando os discursos produzidos por elas na semana, pudemos verificar que, das três vozes chamadas, uma foi para retratar o estado emocional (f9) de Alexandre no dia do crime, e as outras duas vozes [do delegado (f10) e do promotor (f11)] foram para falar sobre os depoimentos das testemunhas, do pai e da madrasta. O processo inicial da investigação pericial e o relato dos depoimentos das testemunhas (defesa e acusação) não foram retratados pelos discursos das vozes oficiais.

Alexandre parecia atordoado diante da cena. Ora pedia socorro, ora colocava o ouvido no peito para checar se o coração da filha ainda batia. ‘Ele andava de um lado para o outro desesperado, estava transtornado’, conta o sargento da PM Luiz Carvalho, a primeira pessoa a chegar ao local do crime. (*Isto É*, 09/04/2008, p. 84) – f9.

‘Isso é porque o pai estava fazendo alguma coisa errada (quando perguntado sobre os gritos de criança de ‘Pára, pai, pára, pai’, na hora do incidente). Mas não se sabe se a voz era da criança que morreu’, disse o delegado Calixto Calil Filho, responsável pela investigação. (*Isto É*, 09/04/2008, p. 85) – f10.

‘As versões que temos até agora não batem. Posso adiantar, genericamente, que a história apresentada (pelo pai e pela madrasta) no dia do crime e nos depoimentos é fantasiosa’ disse, na sexta-feira 4, o promotor Francisco Cembraneli, representante do Ministério Público nas investigações. (Isto É, 09/04/2008, p. 85) – f11.

Na segunda semana, com uma nota na seção “A Semana”, intitulada “Justiça solta pai e madrasta de Isabella”, a revista recorreu a 3 vozes diferentes. Dessas, 2 fontes (ou 66,7%) foram dos operadores do sistema jurídico. Nesse período, o impresso utilizou tanto a voz do desembargador (f12), como a do advogado de defesa do casal (f13), para justificar a liberdade de Alexandre e de Anna Jatobá. Os resultados da perícia não foram destacados pelas fontes oficiais no impresso.

‘A prisão temporária excepcional, tolerada apenas nas hipóteses precisamente fixadas em lei, como a produção de provas que se tornariam inviáveis com os investigados em liberdade’, escreveu o desembargador Caio Canguçu de Almeida. (Isto É, 16/04/2008, p. 21) – f12.

‘Não havia razão para eles estarem presos. Não atrapalharam a produção de provas, não coagiram testemunhas e tampouco se negaram a colaborar com o inquérito’, disse a ISTOÉ Marco Polo Levorin, advogado do casal. (Isto É, 16/04/2008, p. 21) – f13.

Na terceira semana, a reportagem de quatro páginas intitulada “Seriam eles os monstros?” trouxe 8 fontes para discorrer sobre o caso. Destas, 2 fontes (correspondentes a 25% do total), representaram a justiça. Nesse intervalo de tempo, o impresso recorreu às falas dos delegados (f14 e f15) para acusar Alexandre e Anna Carolina pela morte da menina. Os resultados do laudo do IC e os interrogatórios (do pai, da mãe e da madrasta) não foram relatados pelas vozes dos agentes jurídicos.

A conclusão dos delegados Calixto Calil Filho e Renata Pontes, responsáveis pelo caso, é que o pai e a madrasta de Isabella mataram a menina. A hipótese mais sólida é que Anna Carolina Jatobá a agrediu e Alexandre a jogou do apartamento. Em um relatório entregue à cúpula da polícia paulista na quarta-feira 16, eles apontaram os dois como autores do homicídio...

‘A menina foi jogada pela janela para mascarar o que de fato aconteceu naquela noite na casa’, escreveu Renata Pontes. (Isto É, 23/04/2008) – f14 e f15.

A quarta semana apresentou uma matéria de duas páginas com o título “Tecnologia contra o crime”. Nenhuma, das 4 fontes apresentadas pela revista *Isto É*, foram fontes que

representavam a justiça no caso. O impresso não discutiu, baseado nas vozes dos agentes jurídicos que representavam o caso, o que estava acontecendo no período.

6.3 As fontes que representam o sistema jurídico no caso Isabella – Revista *Veja*

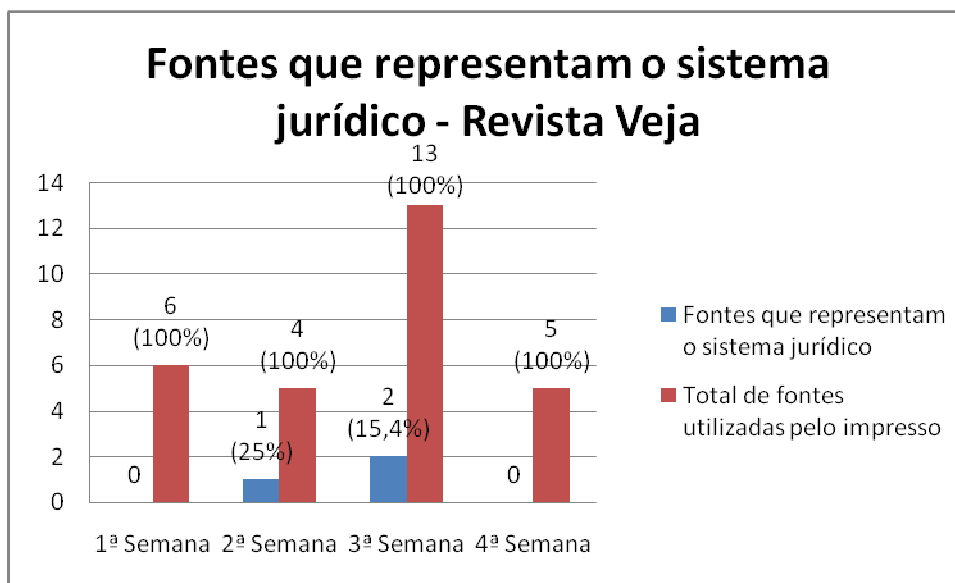


Gráfico 03: Identificação das fontes que representam o sistema jurídico na revista *Veja*
Fonte: Elaboração própria

O relato do caso Isabella na revista *Veja* foi ancorado nas citações de 28 fontes de informação. Desse total, 3 (ou 10,7%) foram relatos de fontes oficiais ligadas à justiça. Na primeira semana, o caso foi capa do impresso com título “O anjo e o monstro”, apresentando, em duas páginas, a reportagem. Nesse período, a revista *Veja* não buscou os agentes jurídicos para relatar o que acontecera no referido espaço de tempo.

Na segunda semana, com uma matéria de duas páginas intitulada “O quebra-cabeça se fecha”, a revista ouviu de um total de 4 fontes, tendo sido constatada 1 (correspondente a 20%) das fontes que representavam o sistema jurídico. Nesse período, a revista *Veja* recorreu à fala do promotor (f16), para ilustrar o resultado da perícia em relação à maneira como Isabella fora morta.

Na sexta-feira, logo depois que Alexandre e Anna Carolina foram libertados, o promotor Francisco Cembranelli, que acompanha as investigações, deu nova

declaração sugerindo o envolvimento do casal na morte de Isabella. O promotor afirmou que ‘informações preliminares dos laudos do Instituto de Criminalística permitem vincular Alexandre e Anna Carolina às agressões sofridas pela menina antes de ser jogada do 6º andar’. (Veja, 16/04/2008, p. 95) – f16.

Na terceira semana, o caso foi novamente capa da revista. Com uma matéria de oito páginas, intitulada “Frios e dissimulados”, a revista *Veja* recorreu a 13 fontes de informação. Dessas, 2 (ou 15,4%) foram fontes que representaram o sistema da justiça. Nesse período, o impresso buscou o discurso do chefe do DECAP (f17) para relatar o modo como a Justiça trabalhou no caso, e o da delegada (f18), para relatar seu interesse em ouvir o irmão de Isabella. Os resultados do laudo do IC e os interrogatórios não foram mencionados pelos operadores do sistema jurídico.

‘Fizemos um trabalho sem pressa, sem pressão, privilegiando o aspecto técnico do caso’, diz o delegado Aldo Galiano, diretor do Departamento de Polícia Judiciária da Capital (DECAP). (Veja, 23/04/2008, p.85) – f17.

A delegada Renata Pontes, assistente do inquérito que investiga o caso, queria ouvir o menino, mas o Ministério Público foi contrário à idéia. (Veja, 23/04/2008, p.85) – f18

Na quarta semana, com a matéria “Ainda mais acuados”, de uma página, a revista *Veja* recorreu a 6 fontes. Dessas, nenhuma foi fonte oficial ligada ao sistema da justiça para relatar o caso.

6.4 As fontes que representam o sistema jurídico no caso Isabella – Comparativo

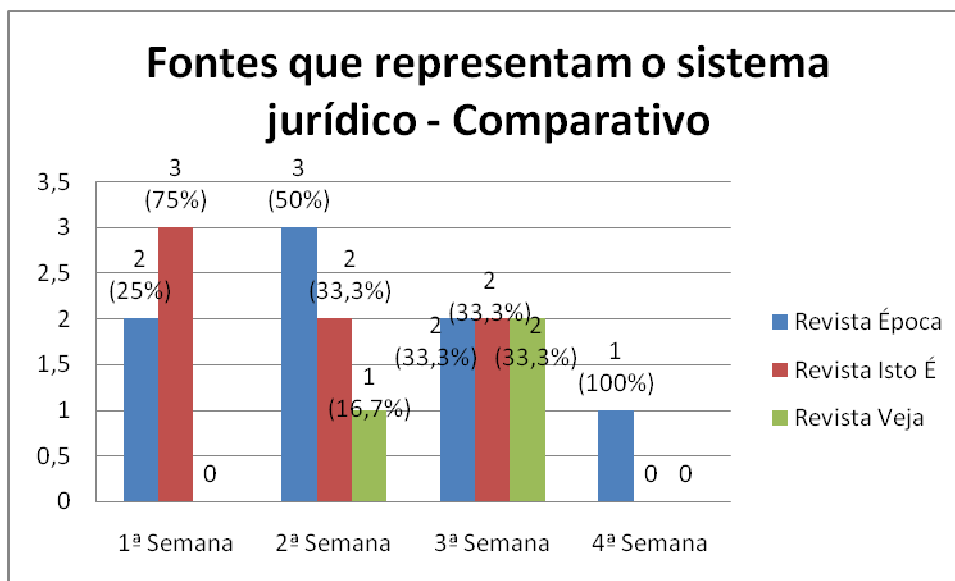


Gráfico 04: Identificação das fontes que representam o sistema jurídico – comparativo
Fonte: Elaboração própria

Nessa primeira aproximação em relação ao objeto de estudo, e, retomando algumas informações já fornecidas no item 2.5 “O caso Isabella nas revistas impressas”, pudemos verificar que, em relação ao número de páginas dedicadas ao assunto, não há diferenças entre as revistas *Época* e *Veja*. As duas dedicaram, durante as quatro semanas, 14 páginas para o caso. Já a revista *Isto É* abriu um espaço um pouco maior para o caso, com 18 páginas.

Se formos comparar o total de páginas utilizadas em relação à quantidade de fontes que representam o sistema jurídico chamadas ao discurso, podemos começar a verificar as diferenças nos três impressos. Nessa perspectiva, a revista *Época*, a cada 1,75 página sobre o caso, uma fonte que representava o sistema jurídico era solicitada a se pronunciar. Isso implica dizer que o impresso foi o que mais recorreu às vozes dos agentes jurídicos. Já a revista *Isto É*, de cada duas páginas e meia sobre o caso, uma fonte do campo jurídico era chamada a falar. A revista *Veja* obteve o menor índice de recorrências a essas vozes: a cada cinco páginas que relatavam o caso, aproximadamente, uma fonte que representava a justiça era chamada para o discurso.

Durante as quatro semanas, as revistas *Época*, *Isto É* e *Veja* apresentaram, juntas, 18 relatos de fontes que representavam a justiça. Desse total, 8 fontes (ou 44,4%) foram da revista *Época*; 7 fontes (ou 38,9%) da revista *Isto É*; e 3 fontes (ou 16,7%) da revista *Veja*.

Para fins de análise do presente gráfico, recorreremos às informações fornecidas por ele e aos discursos já apresentados nos subitens 6.1, 6.2 e 6.3.

O gráfico aponta que, na primeira semana, a revista *Isto É* foi a que mais recorreu às fontes que representavam o campo jurídico. De um total de 5 fontes representantes da justiça, 3 (ou 75%) concentraram-se nesse impresso. A revista *Época* utilizou 2 fontes, ficando com 25% do total. Nessa semana, a revista *Veja* não utilizou o discurso dos agentes jurídicos em seu impresso. Nenhum dos três semanários retratou, através das fontes que representavam a Justiça, o período inicial de investigação. Já os depoimentos de Alexandre e Anna Jatobá colhidos no decorrer dessa semana foram retratados na voz de fontes que representavam a justiça em *Época* e *Isto É*, e uma dessas fontes (desembargador) foi utilizada nas duas revistas. Os demais depoimentos (testemunhas e da mãe de Isabella) não foram apresentados.

Na segunda semana, a revista *Época* recorreu a 3 fontes (ou 50%) do total utilizados na semana pelos impressos. *Isto É* e *Veja* utilizaram, respectivamente, 2 fontes (ou 33,3%) e 1 fonte (ou 16,7%) do total de vozes utilizadas na semana que representaram a justiça. Percebemos que as revistas *Época* e *Isto É* detiveram-se mais à libertação do casal e às suas justificativas para tal finalidade do que ao processo investigativo. Para isso, os impressos recorreram às mesmas fontes (desembargador e o advogado de defesa). No mesmo período, *Veja* foi a única que apontou, na fala do promotor, algumas informações da perícia sobre a morte da menina. Até o momento, o impresso também fora o único a não recorrer à voz dos advogados de defesa do casal.

Na terceira semana, todas as revistas recorreram a 2 fontes do campo jurídico para relatar o caso, o que representa 33,3% para cada impresso. Nesse período, as revistas não se preocuparam em retratar a finalização do laudo do Instituto de Criminalista e o interrogatório das principais testemunhas (pai, mãe e madrasta), através da voz dos agentes jurídicos.

Na quarta semana, o único impresso que recorreu a uma fonte que representava a justiça foi a revista *Época*, mas não para apresentar o que estava ocorrendo na semana, e sim, para questionar o trabalho investigativo.

6.5 A utilização de outras fontes – Revista *Época*

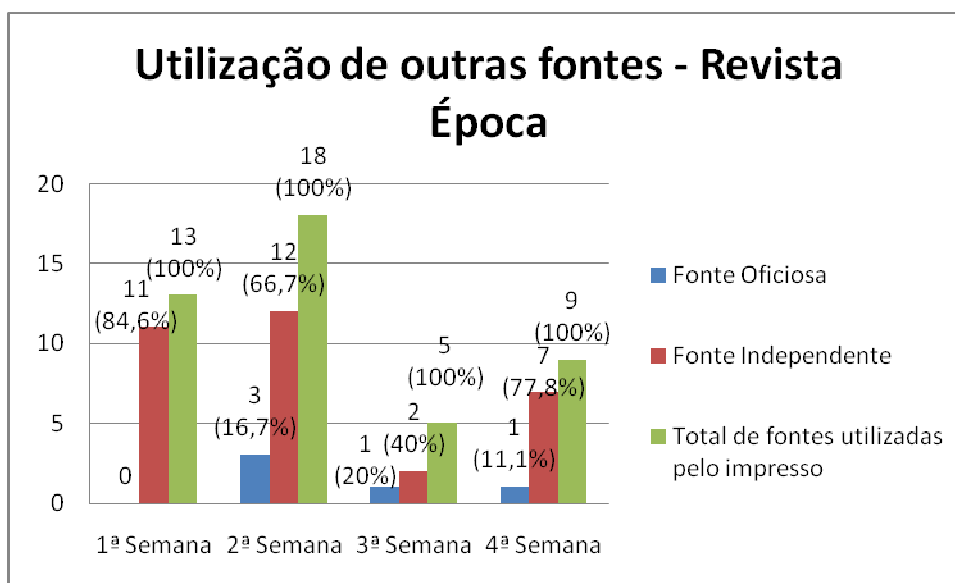


Gráfico 05: Identificação das outras fontes – revista *Época*

Fonte: Elaboração própria

Citamos, no Gráfico 01, que, nas quatro semanas em que o caso Isabella se propagou na mídia, a revista *Época* o apresentou utilizando o relato de 45 fontes. Desses, 8 (ou 17,8%) foram baseados nos discursos de fontes ligadas à justiça. Pensando nas outras fontes de informação que participaram do caso, na ausência daquelas que representam a justiça, pudemos verificar que 32 relatos (ou 71,1% do total) foram de fontes independentes, e 5 relatos (ou 11,1% do total) foram de fontes oficiais.

O gráfico também aponta que, na primeira semana, quando o caso foi capa do impresso, com o título: “Nunca vamos entender o porquê”, abordando em oito páginas a reportagem, a revista ancorou-se, de um total de 13 fontes, em 84,6% de fontes independentes e em nenhuma fonte oficial. O impresso recorreu às fontes independentes para: discorrer sobre o testemunho de pessoas que presenciaram o dia do crime (f19, f20 e f22); apresentar o relacionamento de Alexandre Nardoni com Ana Carolina Oliveira, com Isabella e com Anna Jatobá (f23, f24 e f25); contextualizar a fala de especialistas (f27 e f28); exemplificar um acontecimento semelhante que teve julgamento antecipado (f21); demonstrar a rotina de trabalho de Alexandre Nardoni (f26) e a reação de Ana Carolina Oliveira frente ao acontecimento (f29).

As luzes se acenderam no apartamento 62. Nos minutos seguintes, dois vizinhos disseram ter escutado uma voz de menina gritar ‘Pára, pai! Pára, pai!’ (Época, 07/042008, p.86). – f19.

O porteiro do prédio, Valdomiro da Silva Veloso, conta ter ouvido um barulho ‘como de uma porta corta-fogo batendo’. Olhou na direção do gramado e viu um corpo de criança (Época, 07/042008, p.86). – f20.

Em seu blog em epoca.com.br, o jornalista Guilherme Fiúza relata um drama pessoal – a morte acidental do filho numa queda. Fiúza teve de enfrentar a dor de ser considerado suspeito. ‘Foi muito rápido, instantâneo, o castigo imposto pelos homens da lei, de mãos dadas com os vizinhos diligentes’, diz. (Época, 07/042008, p.86) –f21.

Alexandre diz ter encontrado a luz do quarto de Isabella acesa. Havia um buraco na rede de proteção do quarto dos meninos. Isabella não estava lá. (Época, 07/042008, p.86 e 88) – f22.

Testemunhas afirmam que o relacionamento da menina com o pai era bom, mas não inteiramente livre de percalços. ‘Algumas vezes, a Isabella voltava chorando da casa do pai. Outras vezes, pedia para voltar mais cedo para junto da mãe’, diz uma amiga de Ana Carolina Oliveira, que não quis se identificar. (Época, 07/042008, p.89) – f23.

Elenice dos Santos Romeu, diretora do Cantinho da Alegria, diz que Isabella comentava as coisas que fazia na casa do pai. ‘Às vezes ela dizia: ‘Tia, fiz isso com a Carol (a madrasta Anna Carolina Jatobá). Mas foi com a tia Carol. Não com a minha mãe’.’ (Época, 07/042008, p.89) – f24.

Um ex-aluno da Unifig, colega de Alexandre no último ano do curso noturno, diz que ele é ‘um cara tranqüilo’ e parecia ser atencioso com a filha. ‘Lembro de uma ocasião em que o pessoal da classe ia sair para um bar à noite e ele disse que não podia porque tinha de ficar com ela’. (Época, 07/042008, p.89) – f25.

O pai de Alexandre, Antônio, é advogado e tem um escritório especializado em Direito Tributário no bairro de Santana. O escritório ficou fechado a semana inteira. Funcionários do prédio disseram não ter visto Alexandre no último mês. (Época, 07/042008, p.89) – f26.

‘Costuma-se dizer que há mais chance de ser morto por um parente que por um estranho na rua. Mas isso é falso’, diz ele no Best-seller, *Como a mente funciona*. Segundo Pinker, metade dos homicídios é cometida por conhecidos; um quarto por estranhos; e o quarto restante por parentes. (Época, 07/042008, p.91) – f27.

O psiquiatra forense Guido Palomba, presidente da Academia de Medicina de São Paulo e autor do livro *Loucura e Crime* (editora Fiúza), deparou com alguns casos de pais algozes em três décadas de profissão. Falando em tese – fez questão de não fazer referência ao caso Isabella – Palomba diz que, na maioria dos casos que analisou, a morte não foi premeditada. ... ‘É preciso uma predisposição’, afirma. Palomba cunhou o termo ‘condutopatia’, hoje dicionarizado, para classificar as pessoas que estão na ‘zona de sombra’ entre a normalidade e a doença mental. A

‘olho nu’, são sociáveis, trabalham, têm amigos e família. ‘mas, na entranhas, têm comportamentos desviados que outras pessoas não apresentariam e, num momento de estresse ou ansiedade, podem cometer crimes dos mais hediondos’, diz Palomba. (Época, 07/042008, p.91) – f28.

Na manhã da sexta-feira, Ana Carolina, a mãe, saiu de casa para buscar os desenhos que a filha deixara no Colégio Isaac Newton... Recusou-se a mostrá-los ou a falar sobre Isabella. ‘Minha relação com minha filha é minha. É o meu sentimento’, limitou-se a dizer. ‘Ela era muito pequenininha para eu expor a vida dela do jeito que está sendo exposta’. (Época, 07/042008, p.91) – f29.

Na segunda semana, com a matéria de cinco páginas intitulada “O quebra-cabeça se fecha”, a revista utilizou 3 (ou 16,7%) fontes oficiosas e 12 (ou 66,7%) fontes independentes, em relação ao total de 18 fontes utilizadas pelo impresso naquela semana. Nesse período, o impresso recorreu às fontes oficiosas para levantar informações acerca do processo investigativo (f31), sobre o fim do inquérito (f30) e para questionar o fato de Alexandre não ter ligado para a polícia (f32).

No fim de semana passada, os delegados que comandam as investigações acreditavam estar próximos do desfecho do inquérito. (Época, 14/04/2008, p. 110) – f30.

A polícia quer saber se eram as roupas que a madrastra usava na noite da morte de Isabella e verificar se foram essas sapatilhas, com solado de borracha, as que deixaram uma pegada na cama do quarto de onde a menina foi jogada. (...) Nas roupas dele (Alexandre), haveria manchas ‘semelhantes a sangue’, segundo os peritos. (Época, 14/04/2008, p. 110)

Para concluir o caso, a polícia esperava ouvir novas testemunhas, entre elas, a irmã de Alexandre, Cristiane Nardoni, e colher novas evidências. Uma delas poderia vir da quebra do sigilo telefônico de Cristiane. (Época, 14/04/2008, p. 110) – f31.

Segundo o advogado do casal, eles não acionaram o resgate porque os vizinhos já tinham feito chamadas – mas seria preciso explicar, nesse caso, como eles poderiam saber que havia um vizinho ligando para a polícia. (Época, 14/04/2008, p. 111 e 112) – f32.

Já as fontes independentes serviram como testemunho para o impresso descrever o dia do crime (f33 e f34), o relacionamento familiar e o estado emocional dos envolvidos no crime (f35, f36, f37, f38, f39, f40, f41) e para relatar, na voz de especialistas, a formação dos casamentos atuais e quais implicações eles trazem (f42, f43 e f44).

Cristiane nega ter dito qualquer frase comprometedoras depois de ter atendido o telefone celular. 'Essa testemunha é mentirosa, porque em momento nenhum eu disse isso, até porque eu não sabia o que estava acontecendo. Eu não atendi o meu celular na frente de ninguém, afirmou. Cristiane diz que a ligação partiu do pai, Antônio Nardoni. 'Ele sabia que havia acontecido algo com a Isabella e me disse para ir para lá. Eu não escutava direito, só sabia que tinha acontecido alguma coisa com a Isabella. Tentei retornar para saber aonde eles estavam indo, porque eu não sabia onde era nem o que tinha acontecido. Não consegui falar com eles. Quando liguei para a minha cunhada, ela só gritava. Aí eu falei: 'Vou embora daqui agora, porque aconteceu alguma coisa com a Isabella'', diz Cristiane. (Época, 14/04/2008, p. 110 e 111) – f33.

O pai de Anna Carolina disse que quem ligou para ele foi Alexandre. (Época, 14/04/2008, p. 111) – f34.

Pessoas que visitavam outras detentas contam ter visto Anna Carolina Jatobá deitada em um colchão posto no chão, lendo a *Bíblia* e chorando. (Época, 14/04/2008, p. 111) – f35.

Embora seja, segundo parentes, fã de doces, ela (Anna Carolina) chegou a recusar um pedaço de bolo de aniversário e refrigerante oferecidos por outras presas. (Época, 14/04/2008, p. 112) – f36.

Anna Carolina Trotta Peixoto Jatobá nunca foi considerada uma aluna brilhante... Conversava com um grupo pequeno de colegas e, depois que começou a namorar Alexandre Nardoni, no 2º ano, se distanciou dos eventos da classe, como festas e churrascos de fim de semana. 'Ela e o Alexandre eram muito colados. Então foram se afastando naturalmente da turma. Além disso, os dois eram muito reservados', diz uma ex-colega de ambos – a partir de 2004, no 3º ano do curso – que pediu anonimato. (Época, 14/04/2008, p. 112) – f37.

Outro ex-aluno, Ricardo Lázaro, diz que era um dos amigos mais próximos de Alexandre. Nem por isso tinha intimidade com Anna Carolina. 'Ela nunca deixou que a gente soubesse algo sobre sua família, seus gostos. Era quase uma incógnita dentro da classe', afirma. Ele conta que nunca presenciou nenhuma cena de ciúmes do casal. 'Mesmo quando Alexandre estava no bar com a gente, não me lembro de ele ter ligado no celular cobrando alguma coisa' (Época, 14/04/2008, p. 112) – f38.

Na Unifig, a relação também não chamava a atenção. 'Se eles tivessem feito alguma confusão no meio da faculdade, certamente teríamos aberto um processo disciplinar, o que não ocorreu', diz Ossana Tolmajian, diretora do curso de Direito da Unifig. (Época, 14/04/2008, p. 112) – f39.

Dona de um salão de beleza vizinho ao prédio onde os pais dela (Anna Carolina) moravam, em Guarulhos, a manicure Clarice Gerra diz que a atendeu algumas vezes há mais de um ano. Enquanto fazia as mãos, lembra Clarice, Anna Carolina deixava Pietro no carrinho de bebê ao lado da cadeira. 'Eu lhe perguntava; 'Por que você traz o bebê ao salão, em vez de deixá-lo com os avós?' E ela respondia que não queria ficar longe dele nem um minuto', afirma Clarice. 'O bebê chorava e ela, com paciência, ia acalmá-lo toda hora. Eu não faria isso com meus filhos'. (Época, 14/04/2008, p. 112) – f40.

Um dos irmãos, menor de idade, disse à *ÉPOCA* que é muito ligado a ela. ‘Quero que ela volte logo’. (*Época*, 14/04/2008, p. 112) – f41.

Em artigo na Folha de São Paulo, na quinta-feira passada, o psicanalista Contardo Calligaris traduziu o sentimento de muitos que estão acompanhando a investigação da morte da menina: ‘O casamento ‘moderno’ é um nó de afetos reprimidos, uma convivência explosiva que aposta no amor do casal como se fosse remédio para todos os males’. (*Época*, 14/04/2008, p.114) – f42.

Para a psicóloga Daniela Lewandoski, do grupo de Estudos de Família da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, há conflitos diferentes daqueles existentes nas famílias originais... ‘Além do ciúme e de outras questões afetivas, há aspectos cotidianos: crianças que nem sempre estão ali, que vêm e vão das casas dos ex-cônjuges, onde há outras regras e outras idéias de organização familiar. Dessas diferenças podem nascer mais conflitos’, diz (*Época*, 14/04/2008, p.114) – f43.

Mediadora em varas de família de São Paulo, a psicóloga Eliana Riberti Nazareth diz que há naturalmente mais conflitos em famílias formadas por homens e mulheres que estão no segundo casamento. ‘Aonde isso pode levar depende de onde as pessoas lidam com esses conflitos. Necessidade de poder, ciúme e inveja são inerentes aos seres humanos.’, afirma Eliana. (*Época*, 14/04/2008, p.114) – f44.

Na terceira semana, a reportagem de duas páginas intitulada “‘Justiça, Justiça!’” trouxe 5 fontes para discorrer sobre o caso. Dessas, 1 fonte (ou 20% do total) foi oficiosa e 2 fontes (ou 40%) foram fontes independentes. Nessa semana, a revista *Época* buscou a fala da voz oficiosa para relatar a finalização do caso e culpabilizar Alexandre Nardoni e Anna Jatobá (f45).

‘A polícia considera resolvido o assassinato da menina Isabella Nardoni, jogada do 6º andar de um prédio na zona norte de São Paulo há três semanas. (*Época*, 21/04/2008, p. 96)

Além dos depoimentos, vários avanços da investigação na semana passada deram à polícia a certeza de que os dois estão envolvidos no crime. Na quinta-feira, a polícia divulgou ter encontrado no apartamento do casal uma toalha e uma fralda com vestígios de sangue de Isabella. (*Época*, 21/04/2008, p. 96) – f45.

E as fontes independentes serviram de apoio para relatar o relacionamento familiar dos envolvidos no crime (f46 e f47).

Um morador do prédio em que a família vivia anteriormente disse à polícia que Anna Carolina e Alexandre discutiam com frequência. Afirmou ter ouvido a madrastra dizer que ‘Alexandre tinha ferrado ela, que ela tinha dois filhos dele e estava mal casada, uma vez que Alexandre tinha uma ex-mulher e tinha laços que não seriam desvinculados’. O mesmo vizinho disse à polícia que, no início deste ano, ‘ouviu um barulho alto’ no prédio. Mais tarde, ‘ficou sabendo que Anna teria

quebrado com as próprias mãos o vidro da lavanderia’. (Época, 21/04/2008, p. 97) – f46.

Segundo ela (Ana Carolina), num dia em que Alexandre atendeu seu telefonema, a madrasta teria jogado um de seus filhos na cama e partido para cima do marido. A menina costumava voltar para casa do pai com marcas de mordidas e beliscões atribuídas por Isabella ao meio-irmão, Pietro, de 3 anos. Nervoso com os beliscões, Alexandre teria um dia levantado o menino a ‘certa altura’ e soltado. A mãe de Isabella disse acreditar que Alexandre e Anna Carolina pudessem ‘estar de alguma forma diretamente envolvidos’ com o crime. (Época, 21/04/2008, p. 97) – f47.

A quarta semana apresentou uma matéria de três páginas, com o título “E se o menino falasse?”. De 9 fontes de informação, 1 (ou 11,1%) foi oficiosa e 7 (ou 77,8%) de fontes independentes. O impresso recorreu à fonte oficiosa para relatar informação da análise pericial (f48).

Na quarta-feira passada, depuseram a irmã de Alexandre, a estudante de Direito Cristiane Nardoni, e o pai, o advogado tributarista Antônio Nardoni. Tiveram de explicar o que foram fazer no Edifício London depois do crime – a polícia afirma que alguém tentou limpar a cena do assassinato. (Época, 28/04/2010, p. 90) – f48.

E as fontes independentes foram empregadas para questionar o trabalho da polícia (f48, f50, f51, f52 e f53) que, até o momento, não tinha ouvido o testemunho do irmão de Isabella, e para relatar o testemunho de Cristiane e Alexandre sobre o motivo de ter ido ao apartamento depois do crime (f54 e f55).

Luis Flávio Gomes, um dos mais respeitados juristas do país, diz ‘Se eu fosse o juiz do caso e tivesse informações seguras de que o menino realmente presenciou o crime, eu o ouviria’. (Época, 28/04/2010, p. 88) – f49.

Edilson Mougenot Bonfim, doutor em Direito processual penal e promotor do 1º Tribunal do Júri de São Paulo – o maior da América Latina -, diz que nunca viu um depoente com menos de 9 anos. ‘Falta lastro científico para dar credibilidade ao depoimento de alguém tão jovem. O que uma criança conta pode ser facilmente contestado, seja pela defesa, seja pelo Ministério Público’, diz. (Época, 28/04/2010, p. 88) – f50.

O psiquiatra forense Guido Palomba afirma que ‘em lugar nenhum do mundo o depoimento infantil tem valor para a psiquiatra forense. Em tão terna idade, dependendo da forma como a criança foi interrogada, ela pode misturar a fantasia com a realidade. Esse trabalho só deve ser feito por grandes especialistas em psicologia infantil’. (Época, 28/04/2010, p. 88) – f51.

‘É perfeitamente possível ouvir crianças de 3 anos. Eu já ouvi vítimas de atentado violento ao pudor que tinham essa idade’, afirma a juíza Osnilda Pisa, titular da 6ª Vara Criminal de Porto Alegre. ‘Mas se o entrevistador não tiver paciência, pode colocar as palavras na boca da criança’. (Época, 28/04/2010, p. 88) – f52.

Lilian Milnitsky Stein, psicóloga e coordenadora do Grupo de Pesquisa em Processos Cognitivos da Pontifícia da Universidade Católica do Rio Grande do Sul, diz que, se fosse a delegada do caso Isabella, Pietro seria a primeira pessoa chamada para uma entrevista. ‘Desde que fosse usada a técnica adequada, ele poderia ter trazido informações preciosas para as investigações. Crianças pequenas tendem a repetir *ipsis litteris* o que viram. Mas como também se esquecem mais rápido dos detalhes, quanto mais próximo ao evento for feito o relato, melhor’, afirma Lilian. (Época, 28/04/2010, p. 89) – f53.

Cristiane disse ter entrado no apartamento do irmão apenas para apagar as luzes. Antônio afirmou ter ido buscar roupas. (Época, 28/04/2010, p. 90) f54 e f55.

6.6 A utilização de outras fontes – Revista *Isto É*

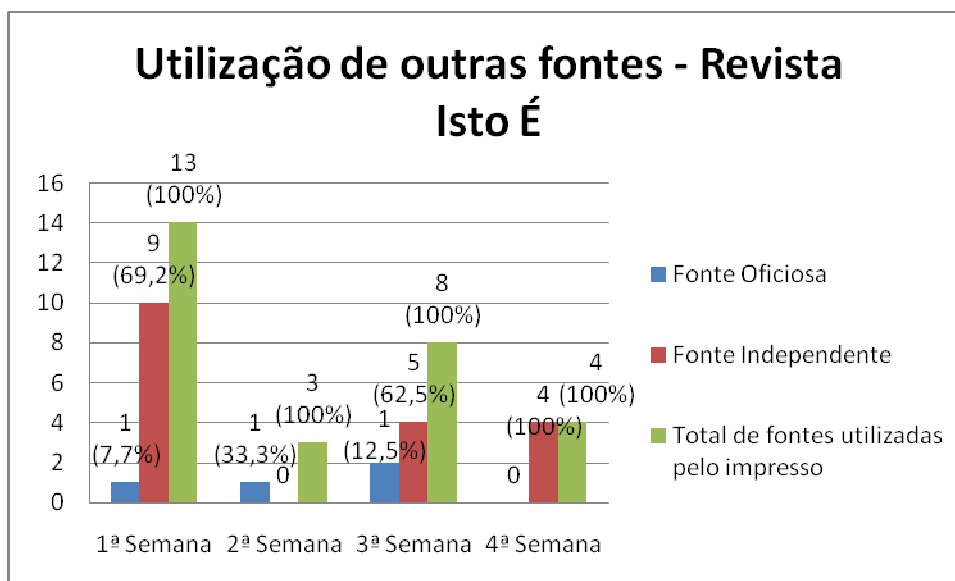


Gráfico 06: Identificação das outras fontes – revista *Isto É*
Fonte: Elaboração própria

O Gráfico 02 apontou que, dos 28 relatos de fontes que a revista *Isto É* utilizou para relatar o caso, 7 (ou 25%) foram relatos de fontes oficiais ligadas à justiça. As fontes oficiais e as independentes que participaram do caso, para cobrir a lacuna de informação das fontes que representam a justiça, foram, respectivamente, 3 fontes (ou 10,7%) e 18 fontes (ou 64,3%). O gráfico acima aponta que, quando o caso foi capa do impresso com o título: “A

morte inaceitável de Isabella”, apresentando em sete páginas a reportagem, a revista ancorou-se no discurso de 13 fontes, sendo 1 ou (7,7%) fonte oficiosa e 9 (ou 69,2%) fontes independentes. Nessa semana, o impresso buscou informação da fonte oficiosa para discorrer sobre o testemunho de Alexandre Nardoni (f56).

Para a polícia, ele (Alexandre) disse que havia um ladrão no prédio... (Isto É, 09/04/2008, p. 85) – f56.

E as fontes independentes serviram para testemunhar: o que aconteceu no dia do crime (f57, f58 e f59); o relacionamento familiar e o estado emocional dos envolvidos no crime (f60, f61, f62 e f63); a reação de Ana Carolina Oliveira, frente ao acontecimento (f64); e a reação da mãe de Alexandre diante de um julgamento antecipado do filho (f65).

Alexandre, 29 anos, diz que chegou ao prédio por volta das 23h com a segunda mulher, Anna Carolina Jatobá, 24, Isabella e os dois filhos deles, de três anos e de dez meses, depois de uma visita aos sogros, que moram em Guarulhos, na Grande São Paulo. Segundo ele, as três crianças dormiam, por isso subiu com Isabella no colo. (Isto É, 09/04/2008, p. 84) – f57.

Um vizinho disse ter visto a família subir junta no elevador. (Isto É, 09/04/2008, p. 85) – f58.

Dois outros (vizinhos), um do primeiro andar do prédio e outro de uma casa vizinha, teriam ouvidos gritos de criança na hora do incidente. ‘Pára, pai, pára, pai’, disseram ter ouvido. (Isto É, 09/04/2008, p. 85) – f59.

Duas testemunhas que vivem no prédio onde Alexandre e a mulher moravam antes de se mudar para o Edifício London, dois meses atrás, contaram que o casal brigava muito. (Isto É, 09/04/2008, p. 85) – f60.

Segundo pessoas próximas da família de Ana Carolina Oliveira, Alexandre tem um temperamento difícil, explosivo e os dois, volta e meia, se desentendiam por causa da pensão. (Isto É, 09/04/2008, p. 86) – f61.

‘Era um relacionamento cordial (de Alexandre e Ana Carolina) para não afetar a relação da Isabella com o pai, mas desgastado’, diz um amigo. ‘Às vezes, ele recebia dinheiro da pensão do pai e não transferia para Carol’. (Isto É, 09/04/2008, p. 86) – f62.

Mesmo a Carol sendo superjovem, sempre assumiu a filha com muito orgulho. Certa vez, em um feriado deixou de viajar com os amigos para levá-la ao Parque da Mônica’, conta Júnior Zanellato, amigo de infância de Ana Carolina. (Isto É, 09/04/2008, p. 88) – f63.

Diante da tragédia, Ana Carolina optou pela reclusão. ‘O pai dela escolheu escrever cartas. Eu prefiro o silêncio’, disse ela à ISTO É, em tom sereno. ‘Acabaram com a vida da minha filha, mataram a minha filha e nem ao menos sei quem foi’. (Isto É, 09/04/2008, p. 88) – f64.

‘Do fundo do meu coração, como mãe, eles são inocentes. E, se Deus quiser, todos irão pedir perdão a Alexandre’, diz a mãe dele. (Isto É, 09/04/2008, p. 88) – f65.

Na segunda semana, com uma nota na seção “A Semana”, intitulada “Justiça solta pai e madrasta de Isabella”, a revista utilizou 3 fontes, sendo 1 (ou 33,3%) fonte oficiosa, à qual o impresso recorre para relatar a finalização do processo investigativo (f66).

Em conversas reservadas, policiais admitem que pretendem indiciar o casal por homicídio. (Isto É, 16/04/2008, p. 21) – f66

Na terceira semana, a reportagem de quatro páginas intitulada “Seriam eles os monstros?” trouxe 8 fontes para discorrer sobre o caso. Dessas, 1 ou (12,5%) foram fontes oficiais e 5 (ou 62,5%) foram fontes independentes. Nesse período, a revista *Isto É* recorreu à fonte oficiosa para relatar possibilidade de erros no processo investigativo (f67).

Na tese dos advogados do casal, várias lacunas foram deixadas abertas no inquérito e esses vácuos podem jogar a solução do crime num limbo jurídico. (Isto É, 23/04/2008, p. 79) – f67

E as fontes independentes foram utilizadas para testemunhar o relacionamento familiar (f68), os procedimentos adotados no processo investigativo (69) e o que aconteceu no dia do crime (f70, f71 e f72).

Segundo Ana Carolina Oliveira, Alexandre se recusava a falar com ela, por isso os assuntos referentes à filha eram tratados com o avô paterno. A mãe de Isabella relata um episódio em que, tomada por ciúme, Anna Carolina Jatobá teria jogado o próprio filho bebê sobre a cama e que Isabella teria pegado o irmão no colo, pois ele chorava. (Isto É, 23/04/2008, p. 78) – f68.

O mais grave, segundo especialistas ouvidos por ISTO É, é que a polícia não isolou na hora o local do homicídio e, pior, deixou as chaves do apartamento com o pai e a madrasta de Isabella por quatro dias depois do crime, fator que pode ter contribuído para contaminar a cena da morte. (Isto É, 16/04/2008, p. 79) – f69.

O porteiro afirma que eles (Alexandre e Anna Carolina) não vieram no mesmo elevador e que Alexandre chegou primeiro. (Isto É, 16/04/2008, p. 79) – f70.

Uma advogada, moradora do quarto andar do prédio vizinho, disse à polícia que ouviu o casal brigar antes de a menina ser jogada pela janela e que a voz seria de Anna Carolina. (Isto É, 16/04/2008, p. 79) – f71.

A moradora do andar de cima do apartamento do casal relatou que nada escutou. (Isto É, 16/04/2008, p. 79) – f72.

A quarta semana apresentou uma matéria de duas páginas com o título “Tecnologia contra o crime”. Das 4 fontes utilizadas pela revista *Isto É*, todas foram fontes independentes. Nessa semana, o impresso recorreu a especialistas da área para relatar sobre os avanços na análise pericial que a tecnologia proporcionou (f73, f74, f75 e f76).

Entre o que surgiu ou foi aprimorado nos últimos 20 anos (*leia quadro*) está um arsenal que vem melhorando e acelerando o trabalho da perícia em crimes de difícil solução. ‘Isso é um reflexo da demanda da Justiça por provas cada vez mais precisas’, diz Roberto Augusto de Carvalho Campos, professor de Direito Penal, medicina forense e criminologia da Universidade de São Paulo (USP). (Isto É, 30/04/2008, p.52 e 53) – f73.

‘Na ocasião falou-se que a cena havia sido alterada. Se isso ocorreu, por mais meios que tivessem os peritos, a investigação ficou comprometida’, observa o legista Carlos Alberto Souza Coelho, diretor do Instituto Médico Legal de São Paulo. (Isto É, 30/04/2008, p.53) – f74.

‘O problema é o tempo entre o fato e a chegada da polícia. As pessoas entram no local e deixam vestígios que não pertencem à cena’, diz Celso Perioli, coordenador da Superintendência da Polícia Técnico-Científica de São Paulo. (Isto É, 30/04/2008, p.53) – f75.

Além do Ibis (Sistema Integrado de Identificação Balística), o Brasil tem outro moderno instrumento de combate ao crime. Desde 2004 a Polícia Federal usa o Afis – Sistema Automatizado de Identificações de Impressões Digitais – para comparar as digitais colhidas no local do crime com as registradas em um banco de dados de criminosos. ‘Se ele identifica compatibilidade, elas ainda são analisadas por um especialista’, afirma Adilson Pereira, diretor do Núcleo de Física do Instituto de Criminalista de São Paulo. (Isto É, 30/04/2008, p.53) – f76.

6.7 A utilização de outras fontes – Revista *Veja*

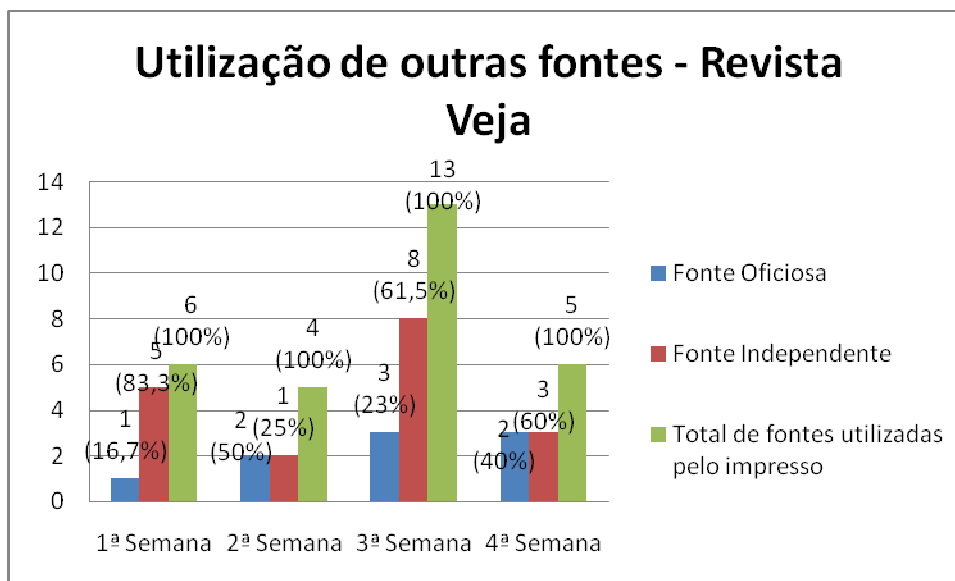


Gráfico 07: Identificação das outras fontes – revista *Veja*
Fonte: Elaboração própria

O Gráfico 03 apontou que, dos 28 relatos de fontes que a revista *Veja* utilizou para discorrer sobre o caso, 3 (ou 10,7%) foram relatos de fontes oficiais ligadas à justiça. As fontes oficiais e as independentes que participaram do caso, para cobrir a lacuna das fontes que representavam a justiça, foram respectivamente 8 (ou 28,6%) e 17 (ou 60,7%). O gráfico acima aponta que, na primeira semana, quando o caso foi capa do impresso com título “O anjo e o monstro”, apresentando em duas páginas a reportagem, a revista utilizou 1 (ou 16,7%) fonte oficial e 5 (ou 83,3%) fontes independentes.

Nessa semana, o impresso recorreu às fontes oficiais para levantar possibilidades de linha de investigação, buscar informações do processo investigativo e apontar os culpados pelo crime (f77).

A polícia estuda a possibilidade de ouvir o mais velho, cujo depoimento depende da autorização do Ministério Público (Veja, 09/04/2008, p. 96)

A polícia levanta sérias dúvidas sobre a versão do casal. Com base nos depoimentos colhidos durante a semana e nos resultados preliminares da perícia, os responsáveis pela investigação reconstituíram o crime colocando o casal suspeito na condição de assassinos. (Veja, 09/04/2008, p. 97)

A polícia cogita da possibilidade de a agressão ter continuado no apartamento e de a voz de criança que gritava ‘pária, pai, pária’ ser do irmão de 4 anos, pedindo que cessasse a agressão a Isabella. (Veja, 09/04/2008, p. 97)

Os policiais que investigam o caso contam que o pai de Isabella não se abateu. ‘Ele não chorou durante o depoimento’, disse um investigador. ‘Só chorou quando foi colocado dentro da viatura que o levaria à detenção’. (Veja, 09/04/2008, p. 97) – f77

Já as fontes independentes foram trazidas para testemunhar o dia do acidente (f79) e descrever o relacionamento familiar dos envolvidos no crime (f80, f81 e f82).

Nardoni e Anna Carolina presos desde quinta-feira disseram à polícia que, na noite da morte de Isabella, voltavam, juntamente com as três crianças, de um jantar na casa dos pais de Anna Carolina, em Guarulhos. (Veja, 9/04/2008, p. 96 e 97) – f78 e f79.

No prédio em que Nardoni e Anna Carolina residiam antes de se mudar para o atual apartamento, moradores contam que as brigas eram tão frequentes e ruidosas que já haviam resultado em quatro advertências por parte da administração do condomínio. (Veja, 9/04/2008, p. 97) – f80.

Amigos de Anna Carolina afirmaram que a relação do casal era tensa já desde o período do namoro. ‘Eles tinham muito ciúme um do outro. A Carol nem nos cumprimentava quando estava com o Alexandre’, conta um amigo que estudou com ela do colégio até a faculdade. (Veja, 9/04/2008, p. 97) – f81.

Anna Carolina, disseram testemunhas à polícia, tinha particular ciúmes da mãe de Isabella, a bancária Ana Carolina Oliveira, que Nardoni namorou por cerca de um ano. (Veja, 9/04/2008, p. 97) – f82.

Na segunda semana, com uma matéria de duas páginas intitulada “O quebra-cabeça se fecha”, a revista ouviu um total de 4 fontes, sendo 2 (ou 50%) fontes oficiais e 1 (ou 25%) fonte independente. Os discursos produzidos pelas fontes oficiais na semana foram as informações sobre o processo investigativo (f83 e f84).

Todas as últimas informações sobre o crime reveladas pela polícia nos últimos dias, porém, reforçam as suspeitas sobre o envolvimento, no assassinato, do casal Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá, pai e madrasta de Isabella. (Veja, 16/04/2008, p. 94)

A polícia detectou a presença de sangue nessas roupas e afirma que ela tentou esconder as peças na cela em que ficou presa. (Veja, 16/04/2008, p. 95)

Policiais que investigam o caso acreditam que, até terça-feira, o assassino, ou assassinos, de Isabella será conhecido. É nesse dia que a polícia espera receber os resultados de laudos periciais que considera fundamentais para a reconstituição do crime. (Veja, 16/04/2008, p. 95) – f83 .

Alguém tentou modificar a cena do crime, no dia da morte de Isabella, peritos que acompanharam os policiais ao apartamento em que Nardoni vive com Anna Carolina e os dois filhos do casal notaram vestígios de sangue em diversos lugares. (Veja, 16./04/2008, p. 94) – f84 .

A fonte independente relata a maneira como soube do acidente no dia do crime (f85).

Em entrevistas, Cristiane confirmou que recebeu uma ligação do pai, avisando-a de que ‘algo havia acontecido’ a Isabella, mas negou que tivesse dito qualquer coisa que comprometesse o irmão. (Veja, 16./04/2008, p. 95) – f85.

Na terceira semana, o caso foi novamente capa da revista. Com uma matéria de oito páginas, intitulada “Frios e dissimulados”, a revista *Veja* recorreu a 13 fontes de informação, sendo 3 (ou 23%) fontes oficiais e 8 (ou 61,5%) fontes independentes. Nesse período, a revista *Veja* buscou as falas oficiais para relatar quem são os culpados pela morte da menina (f86) e as informações da análise pericial (f87 e f88).

‘O ‘monstro’ que matou a menina Isabella e que seu pai, Alexandre Nardoni, em carta divulgada à imprensa, prometeu não sossegar até encontrar estava, afinal, diante do espelho. E a mulher, que também em carta afirmou ser a criança ‘tudo’ na sua vida, ajudou a matá-la com as próprias mãos, tal é a conclusão a que chegaram os responsáveis pelo inquérito policial que apura o assassinato de Isabella Nardoni, de 5 anos, ocorrido no dia 29 de março. A polícia está convencida de que Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá combinaram jogar Isabella pela janela na tentativa de encobrir o que supunham já ser um assassinato. (Veja, 23/04/2008, p.84 e 85) – f86.

No assoalho e no banco de trás do Ford Ka de Nardoni, a polícia encontrou marcas de sangue compatíveis com o de Isabella. (Veja, 23/04/2008, p.86) – f87.

Segundo os investigadores e os peritos, ela (Isabella) foi espancada e asfixiada pela madrasta no interior do veículo. Como sangrava ao chegar ao prédio, o casal usou uma fralda de pano para embrulhar e levar a menina desacordada até o apartamento, evitando, assim, que o sangue pingasse no chão da garagem e do elevador. (Veja, 23/04/2008, p.86) – f88.

As fontes independentes serviram para relatar informações profissionais de Alexandre Nardoni (f89 e f90), as condições financeiras da família de Alexandre (f91 e f92) e o relacionamento familiar dos envolvidos no crime (f93, f94, f95 e f96).

(Alexandre) Nardoni se apresentava como ‘consultor jurídico’ e dizia trabalhar no escritório de Antônio Nardoni, localizado no bairro de Santana, zona norte de São Paulo. Mas tanto funcionários do prédio onde fica o escritório quanto um vizinho de porta do advogado afirmaram nunca ter visto Alexandre Nardoni por lá. (Veja, 23/04/2008, p.87) – f89 e f90.

Amigos dizem que o sustento do rapaz e de sua família ainda provinha do pai. O apartamento na Zona Norte de São Paulo em que Nardoni morava com a mulher e os dois filhos – com três quartos, piscina, sauna, quadra poliesportiva e sala de ginástica, avaliado em 250.000 reais – também foi presente de Antônio Nardoni. (Veja, 23/04/2008, p.88) – f91.

Na época em que Alexandre Nardoni começou a namorar Ana Carolina Oliveira, a mãe de Isabella, tinha 21 anos de idade e fama de ‘filhinho de papai’, como dizia, em tom jocoso a mãe de Ana Carolina, Rosa Maria Cunha de Oliveira, que no princípio não aprovou o namoro da filha. (Veja, 23/04/2008, p.88) – f92.

Vizinhos relataram episódios de ciúme e agressão entre os dois. Se Nardoni tinha fama de briguento, Anna Carolina é freqüentemente descrita como ‘esquentada’ (Veja, 23/04/2008, p.88) – f93.

Um ex-empregado de uma loja de carros que Jatobá teve em Guarulhos descreve o ex-patrão como um ‘homem muito nervoso’ (Veja, 23/04/2008, p.88) – f94.

Dois dias antes de Isabella morrer, a pedido dela, Pietro foi pela primeira vez à casa da irmã. Foi a avó materna da menina, Rosa Maria Cunha de Oliveira, quem contou o episódio a uma amiga. ‘Rosa disse que a Isa havia ficado muito feliz com a visita do irmãozinho’, relata a amiga. (Veja, 23/04/2008, p.89 e 90) – f95.

Sua mãe, Rosa (mãe de Ana Carolina), contou na semana passada à mesma amiga que chegou a sair de casa um dia desses por não suportar assistir ao sofrimento da filha, que chorava compulsivamente enquanto recolhia objetos de Isabella pela casa. ‘Ela disse que Ana Carolina apanhava coisa por coisa: até uma presilha da menina que estava caída na garagem’, disse a amiga. (Veja, 23/04/2008, p.90) – f96.

Na quarta semana, a matéria de uma página “Ainda mais acuados” recorreu a 5 fontes. Dessas, 2 (ou 40%) foram fontes oficiosas e 3 (ou 60%) foram fontes independentes. Nessa semana, o impresso recorreu às fontes oficiosas para relatar informações da análise pericial (f97 e f98).

Uma informação revelada pela polícia na semana passada complicou ainda mais a defesa do casal Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá, indiciado pelo homicídio da menina Isabella Nardoni, de 5 anos. (Veja, 30/04/2008, p. 84)

A polícia afirmou que o casal teria usado uma fralda e uma toalha para estancar o sangue que escorria da testa da menina. Agora, informa que a toalha não existe. Policiais disseram que havia uma marca de sangue na sola do sapato de Anna Carolina. Não havia. (Veja, 30/04/2008, p. 84) – f97.

Dois investigadores ouvidos por VEJA relataram que, horas antes de sua morte, Isabella teria recebido um safanão de Nardoni, durante uma festa no salão do prédio onde moravam os pais de Anna Carolina. Essa festa não ocorreu e as investigações não confirmaram se Nardoni repreendeu ou agrediu a filha antes do crime. (Veja, 30/04/2008, p. 84)

Por meio de um rastreador que Nardoni havia instalado em seu carro, investigadores conseguiram descobrir que, na noite do crime, ele chegou com a família, no prédio onde mora, em São Paulo, precisamente às 23h36. (Veja, 30/04/2008, p. 84) – f 98.

Na última semana, o impresso recorreu às fontes independentes, todas especialistas, para questionar informações recebidas do inquérito pericial (f99, f100 e f101).

Como os peritos envolvidos no inquérito, especialistas entrevistados por VEJA não entraram em consenso em relação a esse detalhe. ‘É mais provável que ela tenha sido esganada no carro, já que não haveria tempo para alguém asfixiá-la no apartamento e fazer tudo que se sabe que foi feito lá’, diz Marcelo Oliveira, especialista em química forense e professor da USP de Ribeirão Preto. Já Roger Ancilloti, professor de perícia criminal e medicina legal da Universidade Castelo Branco, é de opinião contrária: ‘Isabella não teria sido encontrada com vida se tivesse sido asfixiada ainda no carro’. (Veja, 30/04/2008, p. 85) – f99 e f100.

Embora acuados por revelações como a do tempo exíguo entre a chegada do casal ao prédio e o primeiro telefonema para o resgate, os advogados de Nardoni e Anna Carolina exploram com habilidade as brechas que surgem. Uma delas é o fato de o casal ter sido interrogado sem que os laudos da perícia fossem anexados ao inquérito – o que, como afirma o criminalista Tales Castelo Branco, não é ilegal, ‘mas não é tampouco recomendável’. (Veja, 30/04/2008, p. 85) – f101.

6.8 A utilização de fontes oficiosas – Comparativo

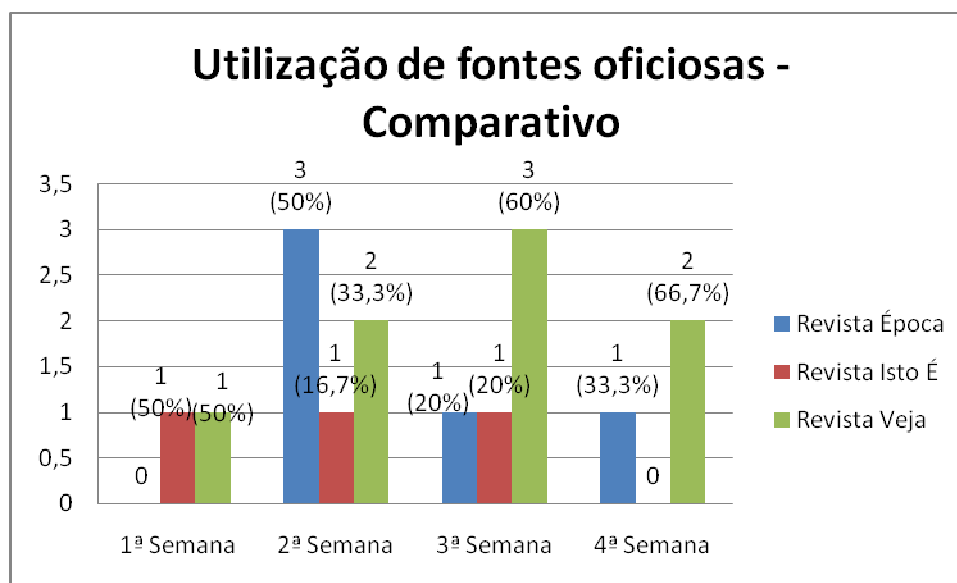


Gráfico 08: Identificação das fontes oficiosas - comparativo

Fonte: Elaboração própria

Retomando algumas informações já fornecidas no item 2.5 “O caso Isabella nas revistas impressas”, e comparando o total de páginas utilizadas para relatar o caso durante as quatro semanas em relação à quantidade de fontes oficiosas, pudemos verificar que, na revista *Veja*, a cada duas páginas, uma fonte oficiosa era solicitada a se pronunciar. Já na revista *Época*, a cada três páginas, uma fonte oficiosa era chamada a falar e na *Isto É*, a cada seis páginas, uma fonte oficiosa era chamada para o discurso. Com isso, podemos afirmar que o impresso que mais recorreu às vozes oficiosas foi a revista *Veja* e o que menos buscou essas fontes foi a *Isto É*.

Durante as quatro semanas, as revistas *Época*, *Isto É* e *Veja* apresentaram, juntas, 16 relatos de fontes oficiosas. Desse total, 5 (ou 31,3%) foram fontes oficiosas da revista *Época*; 3 (ou 18,7%) fontes da revista *Isto É* e 8 (ou 50%) fontes oficiosas da revista *Veja*. Para fins de análise do presente gráfico, recorreremos às informações fornecidas por ele e aos discursos já apresentados nos subitens 6.5, 6.6 e 6.7.

Apresentamos, nos capítulos anteriores, que as fontes oficiosas são aquelas ligadas a uma entidade, mas que não são autorizadas a falar em nome dela. Verificamos que essas fontes, em sua totalidade, apresentam-se como anônimas porque necessitam proteger a sua posição. Assim, na primeira semana, o gráfico aponta que, do total de 2 fontes, as revistas *Isto*

É e a *Veja* recorreram à mesma quantidade de fonte oficiosa: 1 (ou 50%) para cada impresso. A revista *Época* não utilizou fontes oficiosas na semana. O discurso das fontes oficiosas da revista *Isto É* serviu para relatar o testemunho de Alexandre, e, na *Veja*, para evidenciar partes iniciais do processo investigativo e para culpabilizar o casal.

Na segunda semana, do total de 6 fontes, a revista *Época* recorreu a 3 fontes oficiosas, o que representa 50% desse tipo de fonte utilizado na semana por todas as revistas. As revistas *Isto É* e *Veja* usaram, respectivamente, 1 (ou 16,7%) e 2 (ou 33,3%) fontes oficiosas na semana. Percebemos que as três revistas utilizaram tais fontes nessa semana de maneira semelhante, para levantar dados do processo investigativo. Já na segunda semana de investigação, o intuito para o mesmo uso foi o de avançar na finalização do inquérito pericial. Nessa semana, a revista *Época* foi a quem mais recorreu às fontes oficiosas.

Na terceira semana, tanto a revista *Época* quanto a *Isto É* recorreram a 1 fonte oficiosa, o que representa 20% do total para cada impresso. A *Veja* utilizou 3 (ou 60%) fontes oficiosas. O impresso recorreu a essas vozes para retratar a finalização do caso (revista *Época*); os dados da análise pericial e para apresentar os culpados (revista *Veja*); e para questionar o próprio trabalho da polícia (revista *Isto É*). Na quarta semana, o único impresso que não recorreu à voz oficiosa foi a revista *Isto É*. De um total de 3 fontes, tanto a revista *Época*, que utilizou 1 fonte (ou 33,3%), como a *Veja*, que utilizou 2 fontes (ou 66,7%) o fizeram para relatar dados finais do inquérito.

6.9 A utilização de fontes independentes – Comparativo

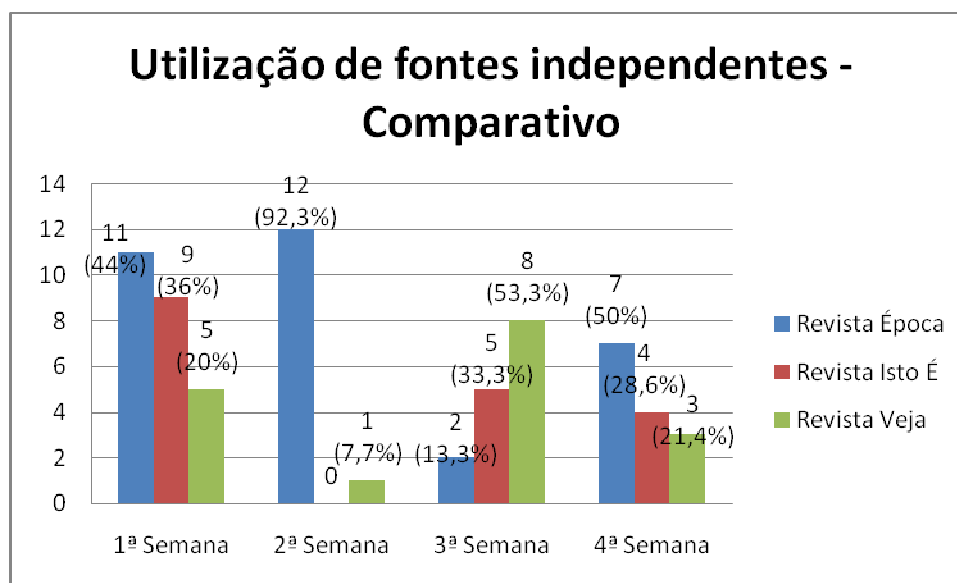


Gráfico 09: Identificação das fontes independentes - comparativo

Fonte: Elaboração própria

Se compararmos o total de páginas utilizadas para relatar o caso durante as quatro semanas, em relação à quantidade de fontes independentes a que cada impresso recorreu, pudemos verificar que, na revista *Época*, a cada página, um pouco mais de duas fontes independentes (2,28) foram solicitadas a se pronunciar. Já na revista *Veja*, a cada página, um pouco mais de uma fonte independente (1,2) foi chamada a falar. Na revista *Isto É*, a cada página, uma fonte independente foi chamada para o discurso. Com isso, podemos afirmar que o impresso que mais recorreu às vozes independentes foi a revista *Época* e o que menos buscou essas fontes foi a *Isto É*.

Durante as quatro semanas, as revistas *Época*, *Isto É* e *Veja* apresentaram, juntas, 67 relatos de fontes independentes. Desse total, 32 fontes (ou 47,8%) foram da revista *Época*; 18 fontes (ou 26,9%) foram da revista *Isto É* e 17 fontes (ou 25,3%) foram da revista *Veja*. Para fins de análise do presente gráfico, recorreremos às informações fornecidas por ele e aos discursos já apresentados nos subitens 6.1, 6.2 e 6.3.

O gráfico aponta que, na primeira semana, a revista *Época* foi a que mais recorreu a fonte independente. De um total de 25 fontes, 44% concentraram-se no impresso, ou seja, 11 fontes independentes. As revistas *Isto É* e *Veja* utilizaram, respectivamente, 9 (ou 36%) e 5 (ou 20%) fontes independentes. Na segunda semana, de um total de 13 fontes, a revista *Época*

recorreu a 12 (ou 92,3%) fontes independentes. A revista *Veja* utilizou 1 fonte (ou 7,7%). Já a *Isto É* não recorreu às vozes independentes no mesmo período. Na terceira semana, foram utilizadas 15 fontes independentes. Dessas, 2 (ou 13,3%) foram encontradas na revista *Época*; 5 (ou 33,3%), na revista *Isto É* e 8 (ou 53,3%) na revista *Veja*. Na quarta semana, de um total de 14 fontes independentes, a revista *Época* recorreu a 7 fontes (ou 50%) do total utilizados na semana por todas as revistas. As revistas *Isto É* e *Veja* utilizaram, respectivamente, 4 ou (28,6%) e 3 (ou 21,4%) do total.

Verificamos que, no decorrer das quatro semanas, os três impressos recorreram às fontes independentes, e elas serviram tanto para evidenciar o testemunho das pessoas que presenciaram o dia do acidente como o testemunho das pessoas que conheciam o relacionamento familiar dos envolvidos no crime. A predominância de fontes anônimas no interior dos relatos de testemunhos é utilizada pelos impressos para confirmar suspeitas em relação aos culpados pela morte da menina, para introduzir novos elementos no processo investigativo e para orientar a própria investigação. Com destaque para a última semana de análise, as fontes independentes ou *experts* (LAGE, 2001) foram usadas para questionar o trabalho de investigação policial, como no caso das revistas *Época* e *Veja*, e para ilustrar a evolução tecnológica no que se refere às análises periciais, no caso da revista *Isto É*.

7 CONSIDERAÇÕES

Pesquisar o tema “mídia e justiça”, em especial nos crimes de grande repercussão midiática, significa identificar informações que permeiam as esferas midiática e jurídica, informações essas que estão além do que parece óbvio na visão do senso comum. Temos a tarefa de rastrear detalhes, muitas vezes ocultos nos discursos produzidos.

Nosso esforço foi centralizado na identificação de como o discurso das revistas *Época*, *Isto É* e *Veja* organizou-se, tanto para receber a participação do sistema jurídico, através das fontes que o representam, como para atender o seu próprio tempo de produção, em termos de fontes jornalísticas, quando relataram, em seus impressos, o caso Isabella. A discussão partiu da ideia de que existe uma tensão entre os dois campos supracitados, no que se refere à diferença temporal, e que essa tensão poderia ser verificada no discurso das revistas impressas, pela presença das fontes de informação.

Nesta pesquisa, observamos doze edições de revistas: quatro da *Época*, quatro da *Isto É* e quatro da *Veja*, que foram publicadas em abril de 2008, período que coincide com o da investigação policial. O tempo maior das revistas para a construção do caso, fornecendo mais alternativas para o estudo com as fontes, foi um dos motivos para a escolha das revistas impressas. A marcação temporal na produção noticiosa, realçando ainda mais a diferença na dinâmica de funcionamento que rege o jornalismo e o campo jurídico, foi o segundo motivo para a escolha dos semanários.

A possibilidade de um vínculo entre as diferentes temporalidades e as fontes de informação permitiu-nos formular algumas questões que ancoraram a nossa trajetória: a frequência com que as fontes que representam a justiça no caso Isabella comparecem ao discurso; a importância dessas fontes na construção do caso; as circunstâncias em que as outras fontes de informação foram chamadas ao discurso, na ausência das vozes que

representam o sistema jurídico, e as formas de preenchimento das lacunas de informação produzidas pelos silêncios da justiça.

Das duas primeiras questões, referentes à frequência e à importância com que as fontes que representam a justiça no caso Isabella comparecem ao discurso, percebemos que, do total de 18 fontes oficiais ligadas à justiça utilizadas na semana pelos três impressos, a revista *Época* foi a que mais recorreu a essas vozes, utilizando 44,4% de fontes do campo jurídico. Em seguida, destacamos a revista *Isto É*, que se valeu de 38,9% dos discursos dos agentes jurídicos e, por último, com menos recorrência às fontes oficiais, está a revista *Veja*, que utilizou apenas 16,7% de fontes oficiais ligadas à justiça, no mesmo período.

A revista *Época*, na primeira semana, tomou o cuidado de recorrer às falas dos operadores do sistema jurídico de maneira a não se posicionar em relação ao caso. Na edição seguinte, percebemos que o impresso cedeu espaço à defesa do casal, em duas falas oficiais ligadas à justiça, período em que mais se buscou essas fontes. Na terceira semana, o espaço destinado a essas vozes permaneceu num contexto de defesa. Com isso, observamos que metade das fontes do campo jurídico que o impresso buscou foram de defesa dos personagens que se configuravam como suspeitos. Na quarta semana, a revista sentiu-se apta a intervir nos processos investigativos e recorreu à voz de um agente jurídico para sugerir o que o Poder Judiciário devia fazer (ouvir o menino). Dessa forma, *Época* buscou fontes que representavam o sistema jurídico de forma a posicioná-la como neutra e cuidadosa, além de sugerir freqüentemente o que devia ser feito no processo investigativo.

Isto É, na primeira semana, mapeou implicitamente, os rumos do inquérito policial através das fontes oficiais de acusação, delineando os principais personagens da trama. Na segunda semana, com a hipótese de não envolvimento do pai e madrasta, a revista recuou em nota fria, enunciando-se como neutra. Na terceira semana, o caso culminou e a revista reforçou o envolvimento dos dois, decretando sua culpa através das vozes dos agentes jurídicos. Como para o impresso o caso já estava solucionado, na quarta semana, não houve recorrência às falas oficiais ligadas à justiça. Assim, *Isto É* recorreu às fontes que representavam a justiça para levantar tanto informações iniciais quanto finais do processo investigativo, de maneira a reafirmar a culpa dos envolvidos no crime.

Veja assume outra postura. Na primeira e na quarta semanas não houve recorrência às vozes oficiais que representavam a justiça. Na segunda semana, a revista “vendeu” a imagem de contenção e prudência: sugeriu o envolvimento do casal no crime. Na terceira semana, a revista reiterou de forma positiva, através da voz do agente jurídico, o trabalho desenvolvido

pelo sistema jurídico. Na mesma semana foi questionado, através da voz de outro agente jurídico, o procedimento de não se ouvir o irmão mais novo de Isabella. Percebemos que a revista *Veja* comportou-se como a instância que detinha as informações do processo investigativo na mão, não havendo necessidade de buscá-las nos discursos das fontes que representavam a justiça.

Diferente do que aponta a própria literatura, segundo a qual os jornalistas preferem fazer referência a fontes oficiais que ocupam posições institucionais de autoridade que, presumidamente, têm maior credibilidade (WOLF, 1995; LAGE, 2001), no caso Isabella, percebemos que pouca foi a recorrência às fontes oficiais ligadas à justiça. Com isso, a pesquisa foi buscar as circunstâncias em que as outras fontes de informação foram chamadas ao discurso na ausência das fontes do campo jurídico e para suprir as lacunas de informação produzidas pelos silêncios da justiça. Assim, pudemos verificar que a revista *Veja* foi a que mais se apoiou na fala de fontes oficiosas. Do total de 16 relatos utilizados nas quatro semanas por todos os impressos, *Veja* recorreu à parcela de 50% do discurso das fontes oficiosas. Já a revista *Época* foi a que mais utilizou as fontes independentes. De 67 relatos utilizados por todos os impressos durante as quatro semanas, *Época* utilizou 47,8% de relatos das fontes independentes.

Com o cuidado de não se posicionar em relação aos personagens que já se configuravam como suspeitos, como citado anteriormente, *Época*, nas primeiras semanas, buscou a fala das fontes independentes, como uma forma de reconstituir o dia do crime. Essas falas, na primeira semana, enunciaram-se dentro de uma postura de neutralidade. Essa aparente neutralidade, na edição seguinte, já se configurou, nos testemunhos das fontes oficiosas e independentes, como uma possibilidade de culpa do casal, o que foi ratificado na terceira semana pelos dois tipos de fontes. Na quarta semana, o impresso recorreu às falas de especialistas, para questionar etapas do processo investigativo.

Isto É, na primeira semana, reconstituiu a cena do crime e demonstrou o envolvimento do pai e da madrasta, através do relato tanto das fontes independentes quanto das oficiosas. Na segunda semana, o recuo, já mencionado anteriormente, foi demonstrado em nota fria e na recorrência à fonte oficiosa, mas que ainda sugeria o envolvimento dos dois. Na terceira semana, o impresso passou a imagem de equilíbrio e de neutralidade na cobertura e levantou a possibilidade de erros na investigação. Na quarta semana, a ideia de neutralidade foi reiterada com novos contornos: a revista transcendeu o acontecimento para falar dos avanços dos equipamentos de perícia através das falas dos especialistas.

Ao contrário do que ocorreu com as fontes que representam o sistema jurídico, *Veja*, nas primeiras semanas, suscitou possibilidades de linhas de investigação e, através das fontes oficiais e independentes, apontou, na fala dessas fontes, “sérias dúvidas” em relação ao pai e à madrasta. Tal afirmação foi corroborada na semana seguinte e, como portadora de uma verdade indiscutível, a revista decretou, de forma mais contundente, ancorada na voz das fontes oficiais policiais, peritos, advogados, delegados e investigadores), que pai e madrasta eram os culpados. Na quarta semana, a revista recorreu ao conhecimento dos especialistas para questionar os procedimentos jurídicos adotados.

A partir das análises, ficou evidenciado que, enquanto o sistema jurídico utiliza-se de procedimentos oficiais, cujas regras estão previamente estabelecidas em lei, a mídia, mais especificamente os impressos, privilegia o imediato. E, para isso, os veículos de comunicação recorrem a outros tipos de fontes, ajustando o discurso à temporalidade da semana. Essa disparidade é resultado da diferença do ritmo de produção dos campos midiático e jurídico. E, para suprir a demanda semanal de informação, as revistas tendem a privilegiar as informações fornecidas pelas fontes oficiais e pelas fontes independentes, em detrimento das produzidas pelas fontes que representam a justiça, já que, nesse campo, os fatos são apurados em um momento posterior, quando, para a mídia, já são de menor relevância.

Diante da impossibilidade de se obter informações diretamente das fontes que representam o sistema jurídico, devido às diferentes temporalidades entre a esfera midiática e a jurídica, os impressos empenham-se em uma construção paralela do processo investigativo, através das fontes oficiais e independentes. Nas fontes oficiais, os impressos buscam informações relacionadas ao inquérito policial, enfatizando a reconstituição do crime. Já nas fontes independentes, as revistas buscam obter informações das testemunhas envolvidas no acontecimento.

Assim, o que as revistas fizeram foi assumir o papel da justiça, na investigação do caso, adotando uma justiça-paralela (MACHADO e SANTOS, 2008) ou agindo como “mídia – tribunal” (FAUSTO NETO, CASTRO e LUCAS, 1995). Para julgar, acusar e sentenciar, num intervalo de quatro semanas, os suspeitos pelo crime, os impressos recorreram, com maior ou menor intensidade, dependendo das revistas, às outras fontes de informação.

Com estes resultados, chegamos ao final. Consideramos com o que foi mostrado que, numa perspectiva aprofundada, apresentamos os dilemas que cercam uma relação complexa entre o midiático e o jurídico. E, mais especificamente, entre as fontes de informação e os

tempos diferenciados da mídia e da justiça, em crimes de grande repercussão como foi o assassinato da menina Isabella Nardoni.

REFERENCIAS

ANDRADE, Livia. **Construção do discurso não-sensacionalista de Veja**. 2008. Disponível em: <<http://www.semanadojornalismo.ufsc.br>>. Acesso em 05 nov. 2008.

BARBOSA, H. H.A.L. **O uso mercadológico da imagem infantil e o julgamento sumário em capas da revista Veja – um olhar bakhtiniano**. Universidade de Taubaté, São Paulo. 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARSI LOPES, Daniel; KLEIN, E. J. C.; SILVA, Lourdes. **Um olhar para o caso Isabella: tempo real e drama ao vivo**. In: SBPJor, 2008, São Bernardo. Anais do VI Encontro da SBPJor, 2008.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del3689.htm>>. Acesso em 12 nov. 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difusão Editorial, 1989

CARNEVALLI, Maria Alice. **Indispensável é o leitor: o novo papel das revistas semanais de informação no Brasil**. São Paulo: USP, 2003. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. Escola de Comunicação e Artes, 2003.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998

CORTES, Verónica Aravena; ESPERIDIÃO, Maria Cleidejane e GOMES, Ingrid. **Isabella e João Hélio: “nossas” crianças em perigo**. SBPJor, 2008, São Bernardo, Anais do VI Encontro da SBPJor, 2008.

COSTA, Pâmela Berton; OTA, Daniele Cristiane. **Análise do conteúdo televisivo no caso Isabella Nardoni.** 2008. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0996-1.pdf>>. Acesso em 05 nov. 2008.

DITTRICH, Ivo José; LAGE, Nilson. **Ideologia e marketing: o espaço da opinião nas editorias econômicas dos magazines semanais de informação.** XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Salvador (BA), 2002

ÉPOCA. São Paulo: Globo, n. 516, 07 abr. 2008.

ÉPOCA. São Paulo: Globo, n. 517, 14 abr. 2008.

ÉPOCA. São Paulo: Globo, n. 518, 21 abr. 2008.

ÉPOCA. São Paulo: Globo, n. 519, 28 abr. 2008.

FAUSTO NETO, Antônio. **O corpo falado: a doença e morte de Tancredo Neves nas revistas semanais brasileiras.** 2. ed. Belo Horizonte: Fumarc, 1989.

FAUSTO NETO, Antônio; CASTRO, Paulo César e LUCAS, Ricardo J. de Lucena. **Mídia-tribunal. A construção discursiva da violência: o caso do Rio de Janeiro.** Comunicação & Política, v. 1, n. 2, p. 109-140, 1995.

FIDALGO, Joaquim; OLIVEIRA, Madalena. **Da justiça dos tribunais à barra da opinião pública - As relações entre a Justiça e a Comunicação Social.** Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Universidade do Minho, 2005.

FONSECA JUNIOR, Wilson Corrêa da. **Análise do conteúdo.** In: DUARTE, Jorge e BARROS, Antônio (org). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2005. p.280 – 304.

FONTCUBERTA, Mar De. **La noticia: pistas para percibir el mundo.** Barcelona: Paidós, 1993.

FORD, Aníbal. **La exasperación del caso.** In: _____. **La marca de la bestia – Identificación, desigualdades e infoentretenimiento em la sociedad contemporánea.** Buenos Aires: Norma, 2002. p. 245 – 287.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A atualidade no jornalismo.** In: FAUSTO NETO, Antônio (org). **Práticas midiáticas e espaço público.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **O Jornalismo e a reformulação da experiência do tempo nas sociedades ocidentais.** 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/doc2004/franciscato2004.doc>>. Acesso em 25 abr. 2009.

GUIRADO, Maria Cecília; PETTENUCCI, Tiago. **Processos de produção jornalística: o caso Isabella Nardoni**. Revista Cereus, Tocantins, n.º. 2 – dez. 2009/jun. 2010.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GOMES, Francelino Araujo. **Pesquisa e análise de conteúdo: mass média**. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 1979.

GOMIS, Lorenzo. **Teoría del Periodismo: cómo se forma el presente**. Barcelona: Paidós, 2001

GUEDES, Maria da Consolação Resende. **Jornal Nacional apresenta em 36 capítulos a novela Isabella Nardoni**. 2008. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-1290-1.pdf>> Acesso em 05 nov. 2008.

HENRIQUE, Cláudio. **Revistas semanais – a notícia em sete dias**. In: CALDAS, Álvaro. Deu no jornal: o jornalismo impresso na era da Internet. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio. 2002.

HERNANDES, Nilton. **A revista Veja e o discurso do emprego na globalização: uma análise semiótica**. São Paulo: USP, 2001. Dissertação. (Mestrado em Linguística), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2001.

HERSCOVITZ, Heloiza. **Análise de conteúdo em jornalismo**. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

ISTO É. São Paulo: Três, n. 2005, 09 abr. 2008

ISTO É. São Paulo: Três, n. 2006, 16 abr. 2008

ISTO É. São Paulo: Três, n. 2007, 23 abr. 2008

ISTO É. São Paulo: Três, n. 2008, 30 abr. 2008

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 1998.

LISBOA, Ingrid Valéria. **A construção da violência urbana na revista Veja**. São Paulo: PUCSP, 2007. Dissertação. (Mestrado em Comunicação e Semiótica). Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica. Pontifícia Universidade Católica da São Paulo, 2007.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LAGE, Nilson. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LÓPEZ, Manuel. **Cómo se fabrican las noticias: fuentes, selección y planificación**. Barcelona: Paidós, 1995.

LÓPEZ RODRIGUEZ, Maria Pilar. **Motivaciones de las fuentes informativas locales para suministrar datos a los médios de comunicación**. Universidad Autônoma de Barcelona, Facultad de Ciências de la Informacion. 1988.

MACCALÓZ, Salette Maria Polita. **O poder judiciário, os meios de comunicação e opinião pública**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

MACHADO, Helena; SANTOS, Filipe. **Crime, drama e entretenimento. O caso Maddie e a meta-justiça popular na imprensa portuguesa**. Publicação seriada do Centro de Estudos Sociais em Coimbra. 2008. Disponível em <<http://www.ces.uc.pt/ces/>>. Acesso em 12 nov. 2008.

MARTINI, Stella. Las fuentes periodísticas. In: _____. **Periodismo, noticia y noticiabilidad**. Buenos Aires: Norma, 2000. p. 45 – 72.

MARTINS, Maura Oliveira; AZEVEDO, Anna Carolina. **A tragédia jornalística: análise das estratégias discursivas em eventos potencialmente trágicos que não correspondem ao critério 'quantidade de mortes**. SBPjor, 2008, São Bernardo, Anais do VI Encontro da SBPjor, 2008.

MAZZARINO. Jane Márcia. **O agendamento na perspectiva das fontes do campo jornalístico: observando fazeres do movimento socioambiental** revista Fronteiras. estudos midiáticos IX(1): 53-63, jan/abr 2007.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século xx**. São Paulo: Olho D'água, 2001.

MORAES, Renato. **Memória: Tales Alvarenga fala sobre Veja, capitalismo e democracia** 2004. Disponível em: < <http://portalimprensa.uol.com.br/portal/>>. Acesso em 12 de dez. 2009.

MORETZSOHN, Sylvia. **O crime que chocou o Brasil: mídia, justiça e opinião pública na primeira. fase do caso Isabella Nardoni**. SBPjor, 2008, São Bernardo, Anais do VI Encontro da SBPjor, 2008.

NASCIMENTO, Patrícia Ceolin. **Jornalismo em revista no Brasil: um estudo das construções discursivas em Veja e Manchete**. São Paulo: Annablume, 2002.

OLIVEIRA, E. A. S. M.; SANTOS, G. S. dos. **Revista Veja: uma análise do sensacionalismo na cobertura do caso Isabella Nardoni**. Revista Anagrama, São Paulo, n.4. Jun – Ago 2009.

OLIVEIRA, F. L. de; CATTELAN, J. C. **Análise comparada do trabalho jornalístico: a cobertura do caso Isabella.** VIII Seminário Nacional de Literatura, História e Memória. Paraná. 2009.

PEDEMONTE, Damián Fernández. El relato como constituyente del caso policial In: _____. **La violencia del relato** – discurso periodístico y casos policiales. Buenos Aires: La Crujía Ediciones, 2001.

PEREIRA, Luiza Helena. **Análise de conteúdo:** um approachdo social. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v.9, p.87-114, 1998.

PINTO, Manuel. **Fontes Jornalísticas:** contributos para o mapeamento do campo. Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, Vol. 14 (1-2), 2000, p. 277 – 294.

PIVETA, Patrícia; BONI, Paulo César. **Caso Isabella Nardoni:** a condenação premeditada na cobertura fotográfica da Veja. In Travessias. 2008. Disponível em <<http://www.unioeste.br/prppg/mestrados/letras/revistas/travessias/ed003/artecomunicacao/CASO%20ISABELLA%20NARDONI..pdf>>. Acesso em 12 nov. 2008.

PORCELLO, Flávio Antônio Camargo. **Culpado ou Inocente? Direito à informação x Direito à Privacidade - As sentenças condenatórias do telejornalismo.** SBPjor, 2008, São Bernardo, Anais do VI Encontro da SBPjor, 2008.

PRADO, José Luiz Aidar. **O perfil dos vencedores em Veja.** Disponível em <<http://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/doc2002/prado2003>>. Acesso em 20 nov. 2009.

PRIMO, Alex. **A cobertura e o debate público sobre os casos Madeleine e Isabella:** encadeamento midiático de blogs, Twitter e mídia massiva. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 16, p. 43-59, dez. 2008.

RODRIGUES, Cunha. **Comunicar e Julgar.** Coimbra: Minerva, 1999.

RODRIGUES, Adriano. **Experiência, modernidade e campo dos media.** 1999. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-expcampmedia.pdf>>. Acesso em 05 nov. 2008.

SANTANA, Amélia, el all. **Jornalismo e Melodrama:** a cobertura do caso Isabella pelo Jornal Nacional. In: Coloquio Internacional Televisão e Realidade. Bahia, 2008.

SANTOS, Boavventura de Sousa. **A Justiça em Portugal:** diagnósticos e terapêuticas. Revista Manifesto. 2005, p. 74 – 84.

SANTOS, Rogério. **A negociação entre jornalistas e fontes.** Coimbra: Minerva, 1997.

SANTOS, Rogério. **Práticas produtivas e relacionamento entre jornalistas e fontes de informação**. In: TRAQUINA, Nelson. et all. O Jornalismo português em análise de casos. Lisboa: Editorial Caminho, 2003. P. 93 – 133.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2003.

SCHLESINGER, P. Os jornalistas e a sua máquina do tempo. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"**. Lisboa: Veja, 1999. p. 177 – 190

SILVA, José. **A Justiça e a Comunicação Social**. Porto: Fólio Edições, 2003.

SOUSA, Cristiane Pereira Morais. **Discurso e mídia: O mote do desarmamento em VEJA e ISTO É**. Três Lagoas: UFMS, 2008. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2008.

SOUSA, Jorge Pedro. **A utilização de fontes anónimas no noticiário político dos diários portugueses de referência: Um estudo exploratório**. Universidade Fernando Pessoa, 2002. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/texto.php3?html2=sousa-jorge-pedro-utilizacao-fontes-anonimas.html>>. Acesso em 05 jun. 2009.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media** 2 ed. rev.amp. Porto, 2006. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pequisa-comunicacao-media.pdf>>. Acesso em 05 jun. 2009.

SPONHOLZ, Liriam. **Neutralizando conhecimento: como jornalistas lidam com *experts***. Sociedade e Estado, Brasília, v. 23, n. 3, p. 591-619, set./dez. 2008

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001

TRAQUINA, Nelson. (Org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"**. Lisboa: Veja, 1999.

VAZ, P. B. F.; FRANÇA, R. O. **Através do Espelho: o acontecimento Isabella na revista Veja**. Logos 31. Comunicação e Filosofia. Ano 17. 2º semestre. 2009

VEJA, São Paulo: Abril, n. 2055, 09 abr. 2008.

VEJA, São Paulo: Abril, n. 2056, 16 abr. 2008.

VEJA, São Paulo: Abril, n. 2057, 23 abr. 2008.

VEJA, São Paulo: Abril, n. 2058, 30 abr. 2008.

VIDAL – BENEYTO, José. **Diario de una ocasión perdida**. Barcelona: Kairós, 1991.